



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Celine Gomes da Silva Blotta

A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal

Rio de Janeiro
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Celine Gomes da Silva Blotta

A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Rio de Janeiro
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

B656 Blotta, Celine Gomes da Silva.
A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal /
Celine Gomes da Silva Blotta. - 2009.
149 f.

Orientadora: Lúcia Maria Paschoal Guimarães.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Política e cultura – Brasil – 1940 – Teses. 2. Relações
internacionais e cultura – Brasil – 1940 – Teses. 3. Portugal – Política e
governo – 1940 – Teses. I. Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

CDU 32(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Celine Gomes da Silva Blotta

A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovada em: 26 de junho de 2009.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins
Instituto de Ciências Humanas da UNB

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Rio de Janeiro
2009

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que queiram saber mais sobre a nossa história e a da nossa “Nação-Irmã”:
Portugal.

AGRADECIMENTOS

A Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Paschoal Guimarães, pela dedicada orientação, pelo constante apoio e incentivo na elaboração dessa dissertação, pela confiança em mim depositada, pela amizade e pelos cafés e biscoitinho que sempre deram um sabor especial aos nossos encontros.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, pela recepção em seu acervo, pela simpatia, pela presteza e disposição e pelo auxílio à realização da pesquisa documental.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, pelo excelente curso oferecido.

Ao corpo docente do PPGH UERJ por sua constante preocupação com a formação acadêmica dos alunos.

A minha família pela compreensão e por agüentar uma intelectual em casa.

E ao meu noivo, Daniel, pelo inestimável apoio, pelo constante incentivo e pelo auxílio na montagem final dessa dissertação.

Seja o poema de Camões
Santificado mil vezes,
Como livro de orações
De todos os Portugueses

E do poema de Camões
Sejam únicos herdeiros
Os filiais corações
De todos os Brasileiros!

*Alberto d'Oliveira. Carta ao Brasil sobre a sua participação no duplo
centenário de 1940.*

RESUMO

BLOTTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas comemorações centenárias de Portugal*. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

O principal objetivo dessa dissertação é analisar a participação do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal realizadas no ano de 1940, pondo em evidência as relações entre política e cultura. Parte-se do pressuposto que a matriz cultural portuguesa e os tradicionais vínculos entre intelectuais constituíram os elementos chaves para uma aproximação oficial entre os governos de Antonio de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, o exame da Exposição do Mundo Português e do Congresso Luso-Brasileiro de História revela que os dois eventos foram habilmente transformados em “arenas pacíficas”, nas quais as pretensões do Estado Novo salazarista e as aspirações do governo getulista se digladiaram em um embate simbólico. De qualquer forma, os resultados da participação do Brasil nos Centenários portugueses, baseada em uma retórica cultural, acabaram por abrir caminho para acordos de outras naturezas entre as nações de ambos os lados do Atlântico.

Palavras-chave: Comemorações Centenárias de Portugal. Política e Cultura. Intelectuais e Poder.

ABSTRACT

The main subject of this dissertation is analyzing the Brazilian participation in the Centenarian Commemoration of Portugal occurred in 1940, pointing out the relation between Politic and Culture. It will be seen that the Portuguese cultural matrix and the intellectuals became the key elements to an official approaching between the Antonio de Oliveira Salazar's and Getúlio Vargas' governments. At the same time, the examination of Exposition of Portuguese World and the Portuguese-Brazilian Congress of History, show how these two events were skillfully turned on "peaceful arenas", in which the pretences of Salazarist New State (Estado Novo) and the Getulist government aspirations fought in a symbolical combat. Any way, the results of Brazilian participation into the Portuguese Centenarian, based on a cultural rhetoric, cleaned the way to agreements to other nature between both nations.

Keywords: Centenarian Commemoration of Portugal. Politics and Culture. Intellectuals and Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartaz do pintor Roberto de Araujo Lisboa.....	19
Figura 2 - Primeira reunião dos membros da comissão nacional dos Centenários com o Presidente do Conselho, no Secretário da Propaganda Nacional.....	21
Figura 3 - A Nau Portugal ancorada no Rio Tejo, junto ao terreiro do Paço em Lisboa.....	22
Figura 4 - Esfera dos Descobrimentos e Porta da Fundação.....	23
Figura 5 - Centro Regional da Exposição do Mundo Português.....	24
Figura 6 - Planta Geral da Exposição do Mundo Português.....	25
Figura 7 - Sessão inaugural do Congresso do Mundo Português, na sala da Assembléia Geral.....	26
Figura 8 - Figurinos do artista Manuel Lapa para o Cortejo do Mundo Português.....	27
Figura 9 - Cenas do Cortejo Histórico.....	29
Figura 10 - Epitácio Pessoa e o almirante Canto e Castro vistos pela sátira de O Século (23/06/1919).....	41
Figura 11 - Gal José Pinto entregando a cópia do quadro “A Batalha dos Guararapes.....	67
Figura 12 - Chegada a Lisboa da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias.....	69
Figura 13 - Sua Excelência o Chefe de Estado lê o discurso inaugural das Comemorações Centenárias, na sessão solene da tarde de 2 de Junho, na Câmara Municipal de Lisboa.....	70
Figura 14 - Alguns membros da Embaixada Especial do Brasil com o Chefe de Estado, Ministro da Educação Nacional e Presidente da Comissão Executiva do Centenários, na festa de glorificação da língua portuguesa, realizada na Academia das Ciências de Lisboa, na noite de 10 de Junho.....	71
Figura 15 - Tribuna do corpo diplomático e convidados na missa pontifical do mosteiro dos Jerônimos.....	72
Figura 16 - Foto do Presidente Getúlio Vargas exibida na Revista dos Centenários.....	73
Figura 17 - A Embaixada Especial do Brasil na cerimônia de entrega da efígie de Olavo Bilac.....	73
Figura 18 - O público à entrada do Pavilhão do Brasil na inauguração.....	74
Figura 19 - Augusto de Lima Júnior entrega as chaves do Pavilhão do Brasil ao Presidente Carmona.....	74
Figura 20 - General Francisco José Pinto discursando na inauguração do Pavilhão do Brasil.....	74

Figura 21 - O delegado do Brasil, segurando nas mãos as bandeiras portuguesa e brasileira, pronuncia o seu discurso na entrega do terreno onde será construído o Pavilhão do Brasil.....	77
Figura 22 - Átrio do Pavilhão do Brasil arquitetado por Raul Lino.....	80
Figura 23 - Maquete inicial do Pavilhão do Brasil.....	81
Figura 24 - Vista do Pavilhão do Brasil a partir de seu átrio.....	81
Figura 25 - Fonte Marajoara na entrada do Pavilhão do Brasil.....	82
Figura 26 - Pavilhão do Brasil na New York World's Fair de 1939.....	84
Figura 27 - Público na fila para degustar o café brasileiro no estande do Departamento Nacional do Café.....	86
Figura 28 - Maquete brasileira na New York World's Fair que reproduz a região cafeeira do Vale do Paraíba.....	86
Figura 29 - Vista geral do salão principal do Pavilhão do Brasil.....	87
Figura 30 - Salão principal com vista para os estandes.....	87
Figura 31 - Fotomontagem no salão principal com os estandes do Livro Brasileiro e da Imprensa.....	87
Figura 32 - Sala de Leitura.....	87
Figura 33 - Rotunda com o busto do Presidente Getúlio Vargas e as bandeiras do Brasil nos diversos períodos da sua história.....	88
Figura 34 - Detalhe do estande da saúde e assistência com material impresso.....	88
Figura 35 - Vista geral do Stand de Arte.....	91
Figura 36 - Stand de Arte.....	91
Figura 37 - Gal Francisco José Pinto e Salazar no Palácio de Sintra.....	92
Figura 38 - Gal José Pinto e Salazar se despedem.....	92
Figura 39 - Gal José Pinto e Salazar em meio à chuva de pétalas de rosas na despedida da Embaixada.....	92
Figura 40 - Entrevista de Afrânio Peixoto ao periódico Diário de Lisboa em 5 de março de 1937.....	101
Figura 41 - O Gal Carmona presidindo a inauguração do Congresso Luso-Brasileiro na Academia das Ciências de Lisboa.....	103
Figura 42 - Foto da assinatura do Acordo Cultural em 4 de setembro de 1941. Da direita para a esquerda: António Ferro, Getúlio Vargas, Lourival Fontes.....	121
Figura 43 - Abertura da Exposição do Livro Português.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Naturalidade dos membros da Embaixada	60
Gráfico 2 - Formação por Estado	60
Gráfico 3 - Formação superior dos membros por áreas afins	62
Gráfico 4 - Órgãos do Poder executivo em que trabalhavam os membros	65
Gráfico 5 - Funções dos membros na Embaixada especial por áreas afins	66
Gráfico 6 - Temas apresentados no Congresso Luso-Brasileiro de História	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Datas significativas para as relações culturais entre Brasil e Portugal	39
Quadro 2 - Data e local de nascimento dos membros da Embaixada	59
Quadro 3 - Formação superior dos membros da Embaixada	61
Quadro 4 - Afiliação dos membros da Embaixada	63
Quadro 5 - Profissão dos membros em 1940 e função na Embaixada Especial	64
Quadro 6 - Plano Geral do Congresso do Mundo Português	94
Quadro 7 - Plano Geral do Congresso Luso-Brasileiro de História	106
Quadro 8 - Programação do Congresso Luso-Brasileiro de História	107
Quadro 9 - Nacionalidade dos autores das comunicações apresentadas no Congresso Luso-Brasileiro de História	145

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O "ANO AUREO"	19
1.1	As Comemorações Centenárias	19
1.2	O convite ao Brasil	30
1.3	Portugal e Brasil: As Nações-Irmãs	37
2	O BRASIL NA "ARENA PACÍFICA" DE PORTUGAL	52
2.1	Ajudando a fazer as "honras da casa"	52
2.2	O Pavilhão do Brasil: a "arena pacífica" da Exposição do Mundo Português	75
3	A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO E DE UM FUTURO EM COMUM	93
3.1	O Congresso Luso-Brasileiro de História	93
3.2	O patrimônio comum das duas Nações-Irmãs	106
3.3	O Império Atlântico do Futuro	117
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	FONTES PRIMÁRIAS	133
	REFERÊNCIAS	135
	ANEXO A – Programa Calendário das Festas Nacionais de 1940	140
	ANEXO B - Nacionalidade dos autores das comunicações apresentadas no Congresso Luso-Brasileiro de História	145

INTRODUÇÃO

Esta dissertação dá continuidade ao trabalho de investigação desenvolvido no projeto *Perspectivas de um passado comum: o Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)* e vinculado ao Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais, cujas atividades organizam-se em torno de dois eixos analíticos: cultura, intelectuais e poder; história, cultura e relações internacionais. O presente trabalho situa-se na confluência dessas duas linhas, na medida em que contempla as relações culturais entre Brasil e Portugal com ênfase no estudo das "Comemorações Centenárias" promovidas pelo Estado Novo salazarista para celebrar os centenários da fundação do Reino (1140) e da Restauração (1640).

Comecei a participar do referido projeto de pesquisa ainda na graduação como bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Na ocasião, o propósito era examinar o Congresso Luso-Brasileiro de História, partindo-se do pressuposto que congressos de história constituem objetos de pesquisa privilegiados, uma vez que são experiências cuja análise possibilita traçar um balanço retrospectivo do conhecimento disponível, avaliando-se os temas, os problemas e as principais matrizes interpretativas que orientam os estudos da disciplina em uma determinada época. Não obstante, era preciso também colher informações sobre o evento como um todo. Ao realizar essa tarefa, a minha curiosidade foi instigada por questões que extrapolavam os limites do Congresso Luso-Brasileiro de História. Assim, surgiu o projeto dessa dissertação, que pretendia contemplar não só a participação do Brasil no Congresso Luso-Brasileiro de História, como também nas Comemorações Centenárias de Portugal e em seus preparativos, investigando os papéis desempenhados pelos governos e pelos intelectuais de ambas as Nações.

Apesar de o Arquivo Histórico do Itamaraty constituir-se no lugar mais propício para a pesquisa, uma vez que possui um extenso e variado corpo documental acerca das Comemorações Centenárias, abrangendo desde atos internacionais até correspondências e reportagens publicadas na imprensa, foram visitados também os acervos das seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras, Real Gabinete Português de Leitura, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Brasileira, nos quais se identificou fontes das mais variadas naturezas, como documentos oficiais, reportagens de jornais, artigos de revistas, fotos, mapas, filmes, panfletos, entre outros registros.

Não obstante, a principal fonte para se examinar o quadro das Comemorações Centenárias é a própria *Revista dos Centenários*, um mensário lançado por Julio Dantas, em janeiro de 1939, com o objetivo de dar publicidade ao projeto dos festejos e de granjear a simpatia dos leitores para a sua consecução. Ademais, a *Revista* exerceria a função de arquivo, divulgando projetos, estudos, plantas, pareceres, relatórios, investigações, pesquisas e outros trabalhos relevantes.

Para a análise da presença brasileira na Exposição, da montagem de seus pavilhões e das intenções de seus idealizadores tomou-se como base o texto de Margarida Neves *As arenas pacíficas*. Para essa autora, as exposições internacionais são arenas, nas quais o engenho e a arte substituem o poder de fogo no embate moderno pela preeminência mundial. Nesses espaços, organizados para um suposto lazer didático do público, há todo um jogo de interesses que se realizam e se conservam pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e pela organização em um quadro cerimonial.

A historiografia acerca das Comemorações Centenárias portuguesas ainda é escassa, sobretudo no Brasil. Em Portugal, de um modo geral, a situação não é muito diferente. A historiografia lusa - representada por autores como José Carlos Almeida, Zília Osório de Castro, Antonio Rego e Fernando Catroga - aborda o tema dos centenários a partir de três questões importantes. A primeira delas é o entendimento da celebração dos Centenários de Portugal como uma operação de encenação das ideologias do Estado Novo, como um ato de devoção patriótica, como uma mostra iconográfica na qual os grandes temas da mitologia salazarista e o inventário das realizações da Nação foram exaltados e esteticamente emblematizados. Em seu trabalho “Ritualizações da História”, Fernando Catroga diz que a Exposição do Mundo Português foi (...) *a exaltação direta do que mais importava recordar: os Descobrimentos. (...) a fundação e a refundação da Nação deviam ser simbolizadas como momentos matriciais e preparatórios da construção do Império*¹.

A segunda questão consiste no desenvolvimento da noção de Império Português contemporâneo como pilar ideológico do regime salazarista. Essa idéia seria utilizada em montagens de exposições internacionais como forma de afirmar, categoricamente, os direitos dos portugueses no além-mar e a firmeza de propósitos em defendê-los perante ambições ou agravos de terceiros. De acordo com José Carlos Almeida, em *Memória e Identidade Nacional: (...) Para*

¹ Fernando Catroga. Ritualizações da História. In: CATROGA, F., TORREAL, Luís R. e MENDES, J. A., *História da História em Portugal: Da Historiografia à Memória Histórica* (séculos XIX e XX). Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998, p. 267-368.

*o regime era importante também afirmar os nossos direitos históricos e espirituais ao império que era um império diferente dos outros*².

No livro *Tratados do Atlântico Sul*, a historiadora Zília Osório de Castro, em um texto intitulado “A Varanda da Europa e o Cais do Lado de Lá”, afirma que o paradigma de um Império atlântico remonta, na verdade, à época da vinda da corte ao Brasil. Diz ainda que se esse Império não foi possível por meio de uma regência efetiva por Portugal, devido à Independência brasileira, tal paradigma foi sendo construído moral e espiritualmente por meio das negociações e das celebrações. Cristina Montalvão Sarmiento, no mesmo livro, reforça tais argumentos: (...) *Concordamos com os que afirmam que as comemorações festivas de efemérides do passado respondem a necessidade de unir sociedades em torno da sua própria história*³.

A terceira questão importante que permeia o estudo das Comemorações Centenárias consiste na preocupação com o cenário político europeu. Na percepção do já citado José Carlos Almeida: (...) *A exposição de 1940 era destinada principalmente aos membros nacionais, mas tinha, também, como alvo a comunidade internacional*⁴. Com efeito, um dos objetivos das Comemorações Centenárias era afirmar, em contraste com a situação de guerra que afetava o resto do continente europeu, a excelência presente e futura do Estado-Novo salazarista, o qual foi capaz de regenerar Portugal e manter a Nação unida e em paz. Nesse sentido, as festividades do “Ano Áureo” de Portugal buscavam retratar um país pacífico, rural e espiritual.

Quanto à participação do Brasil nos Centenários portugueses, quem nos diz algo são os historiadores brasileiros Luciene Lehmkuhl, Omar Ribeiro Thomaz e Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Lehmkuhl, em sua tese “Entre a tradição e a modernidade: o Café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português”, analisou a representação do Brasil levada a Lisboa por ocasião dos festejos, privilegiando o estudo da imagem da nação brasileira divulgada na Exposição do Mundo Português.

Já Omar Ribeiro Thomaz, no livro *Ecos do Atlântico Sul*, narra que o Brasil foi o único país estrangeiro com pavilhão próprio, o qual ressaltava os laços históricos e sentimentais que o uniam a Portugal. Para esse autor, o Brasil constituía um entrave para Portugal, pois atraía os migrantes que deveriam ser canalizados para as colônias africanas. Por outro lado, também era exemplo de um futuro possível, já que simbolizava o encontro das raças. Já em outra obra, *Do saber colonial ao luso tropicalismo*, Thomaz analisa de que modo a participação do Brasil na

² José Carlos Almeida. *Memória e identidade nacional: As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação*. S.I.: s.n., 2004 Disponível em: www.ces.uc.pt/LAB2004. Acesso em: 20 out. 2006. p. 13

³ Cristina Montalvão Sarmiento. *Tratado do Milênio: 500 anos para redescobrir a história*. In: *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006. p. 305

⁴ José Carlos Almeida, Op. Cit., loc. Cit.

Exposição do Mundo Português, com sua imagem de nação forte, servia para Portugal como prova da solidez de sua potência colonizadora. Indo além, o autor diz que:

(...) o Brasil surge não apenas como exemplo de uma criação lusitana no passado, mas como a possibilidade de realização no futuro: o mesmo espírito manteria o Brasil próximo à lusa grei, e a Independência não teria rompido com os laços espirituais existentes entre Portugal, as diferentes partes do Império e o país sul-americano. O Brasil surge aqui não apenas como uma criação bem-sucedida de Portugal: é uma imagem forte, a partir da qual Portugal procurará mostrar ao mundo a sua força, aquilo que está ainda em fase de criação, sobretudo nos territórios africanos.⁵

A historiadora Lúcia Guimarães, por seu turno, vem se dedicando há algum tempo ao estudo das efemérides lusas. Em seu artigo “Intelectuais portugueses no Silogeu: IV Congresso de História Nacional (Rio de Janeiro, 1949)”, ao abordar o IV Congresso de História Nacional promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1949) como um prolongamento das festividades realizadas em Portugal em 1940, Lúcia Guimarães acaba por dar uma importante colaboração sobre a participação do Brasil na celebração do Duplo Centenário português. A autora não só rastreou os responsáveis pelo ajuste da presença do Brasil em Portugal, como também evidenciou o papel de instituições cultural-científicas nesse processo de entendimentos. Por sua vez, em “Relações luso-brasileiras: alguns pontos de confluência” Lúcia Guimarães demonstra que os laços culturais entre Brasil e Portugal conheceram grande incremento em finais do século XIX e início do XX, quando se deu o aparecimento de grande número de revistas literárias e de jornais nos quais colaboravam letrados dos dois países. A autora evidencia que, mais tarde, tais laços serviriam de base para o fortalecimento dos vínculos institucionais entre os governos de Getúlio Vargas e de Antonio de Oliveira Salazar, cujo coroamento foram os festejos do Duplo Centenário. Já em “A censura do Palácio do Catete e o malogro do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)” Guimarães estuda o envolvimento brasileiro nas Comemorações Centenárias de Portugal de 1940, detendo-se nos antecedentes do Congresso Luso-Brasileiro de História, o qual fora planejado com o objetivo de reunir historiadores das duas margens do Atlântico para a discussão de temas comuns. Revela enfim de que modo o governo de Getúlio Vargas interferiu na programação da jornada acadêmica, atuando mormente por meio do Ministério das Relações Exteriores.

As relações entre Brasil e Portugal, no período tratado, eram bastante peculiares. Como observa Williams Gonçalves, depois de superada a situação metrópole/colônia, e tendo o Brasil deslocado, na primeira década do século XX, seu eixo diplomático da Europa para os Estados Unidos, parecia que as relações entre os dois governos teriam perdido sentido, comportando-se

⁵ Omar Ribeiro Thomaz. *Ecossistema Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPESP, 2002.

como duas entidades interligadas apenas na dimensão cultural. Em sua opinião: (...) *para um observador não muito atento, fica a impressão que as relações entre os dois países só se realizam no plano cultural (...)*⁶.

Essa idéia é defendida pelo religioso português António da Silva Rego. Em seu livro “Relações Luso-Brasileiras”, ele reconhece que se houve certa dificuldade no acerto de questões de cunho econômico, não se registrou nenhuma complicação nos assuntos de caráter cultural, pois a cultura sempre fora o elo entre as duas nações. Para o autor, a partir de 1922, as relações culturais entre Brasil e Portugal se intensificaram com a visita do Chefe de Estado português, Dr. Antonio José de Almeida, ao Brasil por conta do Centenário da Independência, trazendo consigo a proposta da assinatura de um acordo literário.

Seja como for, a historiografia brasileira admite para o período tratado uma cumplicidade da cultura com a política, conforme Williams Gonçalves:

Quando os interesses de qualquer um dos dois Estados criam a necessidade de maior aproximação, é costume se valer dos elementos culturais para justificar a iniciativa. Nesses períodos, geralmente as trocas culturais acabam desempenhando papel central. Por outras palavras, as relações culturais entre os dois países terminam exercendo funções eminentemente políticas, sem que isso fique devidamente claro para os agentes diretamente empenhados nessas relações.⁷

Pode-se dizer que os principais agentes empenhados no desenvolvimento das relações culturais entre Portugal e Brasil foram os diplomatas e os homens de letras, que muitas vezes não passavam das duas faces da mesma moeda. O livro organizado pelo acadêmico e Embaixador Alberto da Costa Silva, *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, demonstra que a chancelaria sempre foi um celeiro de letrados. Efetivamente, o Ministério das Relações Exteriores tem sido, tradicionalmente, um pólo de atração de intelectuais oriundos dos mais variados campos do saber.

Quem também vai ao encontro dessa problemática é Teresa Malatian no artigo “Diplomacia e Letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima”. Ainda que o trabalho trate de um período cronologicamente diferente do proposto aqui, ele serve para ilustrar de que modo o Itamaraty operava como um abrigo de intelectuais que utilizavam a “carriere” para tornar possível sua dedicação às letras, estabelecendo uma ponte o *Petit Trianon* e o Itamaraty.

Na mesma linha situa-se o estudo de João Almino, doublé de escritor e diplomata, intitulado “O diálogo interrompido: as relações literárias entre o Brasil e Portugal”. Almino aponta a existência de uma linhagem de escritores que cumpriram função diplomática ou

⁶ Williams da Silva Gonçalves. *Brasil e Portugal no Sistema das Relações Internacionais*. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 35, 2003. p. 391-2

⁷ Ibidem, loc. Cit.

consular em Portugal desde a segunda metade do século XIX. Esta linhagem iniciou-se com Varnhagen e Gonçalves Dias, tendo continuação com Raimundo Correia, Oliveira Lima, Raul Bopp, A.G. de Araújo Jorge, entre outros.

De um modo geral, todos esses trabalhos permitem constatar como as relações oficiais com Portugal estavam sob o desígnio das relações culturais. Por sinal, no entender de Hugo Suppo, os fatores culturais são extremamente determinantes na política exterior dos Estados, podendo ser poderosos elementos de aproximação ou de conflito entre as Nações. Não por acaso, os Estados procuram estabelecer cooperações técnicas e científicas, intercâmbios e acordos universitários; difundir autores e idéias por meio de conferências, seminários ou cursos; bem como organizar comemorações internacionais e eventos de caráter transnacionais⁸. Aliás, a importância do fator cultural no âmbito das relações exteriores já havia sido exposta com propriedade nas seguintes reflexões de Jean-Baptiste Duroselle:

Os governos dotam-se cada vez mais de organismos, públicos ou semipúblicos, de propaganda intelectual. Negociam acordos de troca, tentam atrair estudantes para suas universidades, organizam viagens, exposições, promoções de livros e filmes. (...) É óbvio que aí existe a procura de uma certa forma de solidariedade que pode favorecer alguns sucessos políticos, assegurar concursos. Portugal sabe que pode se apoiar sobre o enorme Brasil.⁹

A par de todos esses estudos e da pesquisa documental, pode-se dizer que a participação brasileira nas Comemorações Centenárias de 1940 constituiria o coroamento de uma política de aproximação de Vargas com o Estado Novo salazarista. Assim no primeiro capítulo será demonstrado que a matriz cultural portuguesa e os círculos intelectuais que se espalhavam dos dois lados do Atlântico desde as primeiras décadas do século XX se tornaram os elementos-chaves para uma aproximação oficial entre os governos de Antonio de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas. Já no segundo e no terceiro capítulos, a partir do exame da Exposição do Mundo Português e do Congresso Luso-Brasileiro de História, mostrar-se-á como esses dois eventos foram habilmente transformados pelos governos dos dois países em arenas pacíficas, onde as pretensões do Estado Novo salazarista e as aspirações do governo de Vargas se digladiaram em um embate simbólico. Por fim, serão examinados os resultados da participação do Brasil nos Centenários portugueses, identificando de que modo os elementos culturais, reforçados na ocasião, abriram caminho para acordos de outras naturezas.

⁸ Hugo R SUPPO; Mônica L. LESSA. Contribuciones teóricas y metodológicas al estudio de la dimensión cultural en las relaciones internacionales. *Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad*. Buenos Aires, v. 28, 2004. passim

⁹ Jean-Baptiste DUROSELLE, *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 271

1 O ANO ÁUREO

1.1 - As Comemorações Centenárias

No início da década de 1930, revoltas nas províncias ultramarinas de Açores, de Madeira e de Guiné, bem como boatos disseminados pela imprensa europeia, principalmente a inglesa, sobre uma suposta cessão ou venda de parte dos territórios coloniais portugueses à Itália de Mussolini e à Alemanha de Hitler¹ ameaçavam a legitimidade histórica e a capacidade econômica de Portugal para administrar e para explorar com eficácia suas possessões coloniais. Para responder a esses rumores, o Estado-Novo português, dirigido por Antonio de Oliveira Salazar, lançou um conjunto de ações de cunho nacionalista que pretendiam afirmar não só os direitos dos portugueses no além-mar, como também a grandeza da ação civilizadora da Nação lusitana. Dentre essas iniciativas apologéticas as mais importantes foram o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, a Exposição Histórica da Ocupação (ambas realizadas no ano de 1937), culminando com as Comemorações do Duplo Centenário de Portugal de 1940. Vale lembrar também a presença pomposa de Portugal na Exposição Colonial de Paris (1931)².



Figura 1: Cartaz do pintor Roberto de Araujo Lisboa

¹ De meados do ano de 1936 até ao início da Segunda Guerra Mundial (1939-40), o governo Estado-novista de Portugal foi constantemente bombardeado por diversos periódicos, nacionais e estrangeiros, que noticiavam a existência de negociações entre as principais potências europeias para a transferência de parte dos territórios coloniais portugueses à Alemanha de Hitler e à Itália de Mussolini. Segundo os jornais europeus, principalmente os ingleses, tratava-se, na verdade, da concessão à Alemanha nazista da possibilidade dessa em administrar uma colônia na África, cujo território seria cedido pelas quatro principais potências coloniais europeias da época: Inglaterra, França, Bélgica e Portugal. Isso significava que o governo português estava prestes a perder um pedaço de seu império ultramarino, um pedaço muito importante: Angola.

² Sobre a participação de Portugal na Exposição Colonial de Paris, Armindo Monteiro, Ministro das Colônias e presidente da representação portuguesa, em carta a Salazar, diz o seguinte: "O país foi festejado: e creio que esta viagem deu ótimo pretexto para que a Portugal fossem ditas palavras que podem ser elementos de defesa em matéria colonial".

As Comemorações Centenárias de 1940 foram, de fato, o maior dos empreendimentos político-culturais do Estado Novo português. A princípio, celebrar-se-iam a fundação do reino (1140), a restauração da soberania (1640) e o pico da expansão marítima (1540). No entanto, o enfoque foi posto nas duas primeiras datas, as quais, fundidas no mesmo significado de independência nacional, passaram a constituir um ciclo único de festividades, que ficaria conhecido como Duplo Centenário de 1940. O evento tinha como propósito, nas palavras do próprio Salazar:

(...) dar ao povo português um tônico de alegria e de confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência. Em segundo lugar, conseguir-se-ia pela pressão do tempo e pelo entusiasmo criador, levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo de sua atividade com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis. Por um e por outro modo demonstraríamos com clareza da evidência aos nossos próprios olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo.³

Para organizar o programa comemorativo do ano áureo, Salazar convidara, primeiramente, o diplomata Dr. Alberto d'Oliveira⁴ para presidir a Comissão Nacional dos Centenários. Contudo, esse comitê não chegou a se concretizar, permanecendo apenas como um grupo de função consultiva. Diante desse primeiro insucesso Salazar criou, então, a Comissão Executiva dos Centenários, a qual seria presidida pelo escritor e diplomata Júlio Dantas⁵, que assim se pronunciou a respeito da sua designação:

A recente nomeação da Comissão Executiva, a que tenho a merecida honra de presidir, marca o início dos trabalhos de realização das comemorações do Duplo Centenário. Temos, diante de nós, ano e meio. É talvez pouco. Mas vamos trabalhar com vontade e com fé, procurando, na rapidez da ação, compensar a relativa brevidade do tempo. Está, pode dizer-se, quase tudo por fazer, e é preciso que o zelo da Comissão corresponda, não só à transcendente razão nacional das celebrações, mas ao alto pensamento do Senhor Presidente do Conselho e à confiança que Sua Ex.^a em nos depositou.⁶

3 Antonio de Oliveira Salazar. Independência de Portugal (Nota oficiosa da Presidência do Conselho). *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.1, Jan, 1939. p. 3

4 Escritor português, nasceu a 16 de Novembro de 1873, no Porto, e faleceu a 23 de Abril de 1940, na mesma cidade. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde fundou, com António Nobre, a revista *Boémia Nova* cuja polémica com a publicação fundada por Eugénio de Castro, *Os Insubmissos*, funcionou como pedra-de-toque para a afirmação dos movimentos simbolista e decadentista em Portugal. Colaborador da *Revista de Portugal*, fundada por Eça de Queirós, o nome de Alberto de Oliveira está umbilicalmente ligado, porém, ao movimento neogarrettista, cujo programa enunciou na coletânea de ensaios *Palavras Loucas*, onde preconiza, nomeadamente em "Do Neogarrettismo no Teatro", sob a figura tutelar de Garrett, exaltado pelo seu papel na defesa do nacionalismo, na recuperação da literatura popular enquanto fonte genuína da cultura portuguesa, no renascimento do drama e da poesia nacional, o abandono de modelos culturais estrangeiros, a defesa do que é nacional, a recolha da literatura oral de tradição popular, a recuperação do drama e romance histórico, o retorno ao rusticismo e à vernaculidade, vetores que viriam a plasmarse de forma exemplar na própria produção poética de Alberto de Oliveira. Tendo, no início dos anos 20, dirigido o semanário monárquico e integralista *Ação Nacional* (1921), dedicou-se, nos últimos anos de vida, à redação de páginas de memórias sobre o período em que foi cônsul no Brasil e sobre figuras literárias com quem privou como Eça de Queirós ou António Nobre.

5 Júlio Dantas nasceu em Lagos em 1876 e faleceu em 1962. Estudou no Colégio Militar e na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa onde se formou em Medicina. ocupou ao longo da sua vida diversos cargos públicos: foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, deputado, diretor do Conservatório de Lisboa, inspetor das Bibliotecas e Arquivos Eruditos, presidente da Academia das Ciências e pertenceu à Academia Espanhola de História e à Academia Espanhola de Letras. A sua obra compreende diversos gêneros literários desde o romance, passando pelo ensaio, poesia, teatro, tradução, crônica e conto. Colaborou com produções suas em vários jornais e revistas portuguesas e estrangeiras.

6 Júlio Dantas. Alocução aos Portugueses. *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.1, Jan, 1939. p. 15



Figura 2 - Primeira reunião dos membros da comissão nacional dos Centenários com o Presidente do Conselho, no Secretário da Propaganda Nacional.

A despeito dos receios sobre o pouco tempo que dispunha, Júlio Dantas se empenhou e planejou cortejos históricos, missas solenes, desfiles alegóricos, marchas populares, congressos e exposições por todo o país, entre outras solenidades (vide anexo A). O Duplo Centenário foi, certamente, um empreendimento de grande magnitude, sendo superado apenas pela Expo 98, que marcou os 500 anos da viagem de Vasco da Gama à Índia.

A grandiosidade dos festejos de 1940 deve-se em parte ao fato de a ocasião ter servido de pretexto para a concretização de diversas obras públicas relevantes, que tinham como finalidade reafirmar o poder empreendedor de Portugal. Entre as obras previstas para o “Ano Áureo” estavam: a edificação de estabelecimentos de ensino primário (dos Centenários) e de hospitais-escolas; a completa remodelação urbana da zona ocidental de Lisboa, cuja área central deu origem à Praça do Império, uma das maiores da Europa; a abertura da auto-estrada para Cascais; o acabamento da Casa da Moeda; a restauração do Palácio, do Jardim e do Parque de Queluz; a liberação definitiva da Torre de Belém; a conclusão das obras do Palácio de S. Bento e a urbanização do local; a construção de um Palácio de Exposições no Parque de Exposições Eduardo VII; a arborização da encosta marginal do Tejo; a criação do Parque Florestal de Monsanto; o planejamento de bairros populares nas cercanias de Lisboa; a ligação radiofônica de Portugal com o seu Império, de modo a permitir que toda a metrópole e seus domínios ultramarinos pudessem acompanhar as comemorações centenárias; e a construção do Aeroporto da Portela.

Apesar da realização de solenidades diárias durante os oito meses em que se celebrou a fundação e a restauração de Portugal, três eventos dominaram o Duplo Centenário, em volta dos quais se agruparam todos os demais: a Exposição do Mundo Português; o Cortejo do Mundo Português; e o Congresso do Mundo Português. Segundo Júlio Dantas, organizador oficial dos festejos:

A Exposição é o documentário triunfal; o Cortejo, a apoteose; o Congresso, a história. A Exposição constitui a síntese plástica de oitocentos anos de vida de um

povo cuja ação se projetou no Mundo. O Cortejo representa a Nação em marcha, préstito refulgente de armas, de cruces, de pálios, de coches, os estandartes, em que desfilarão os séculos e os heróis, e em que Portugal se verá passar a si próprio. O Congresso, enfim, revestido da dignidade da augusta da Historia, é o texto magnífico que a Exposição ilustra por imagens fixas e o Cortejo por imagens móveis.⁷

A Exposição do Mundo Português foi inaugurada em Belém a 23 de Junho na Praça do Império, tendo sido fruto dos esforços do Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição, do engenheiro Sá e Melo e do arquiteto Cottineli Telmo. Eles levaram dezessete meses para conceber, delinear, montar e decorar uma pequena cosmópolis histórica, que tinha como função reviver a glória do passado lusíada. Com efeito, a Exposição do Mundo Português de 1940 tinha como pretensão, nas palavras do próprio Augusto de Castro, ser a cidade simbólica da história de Portugal.

Assentada em uma área de 450 mil metros quadrados, a Exposição do Mundo Português situava-se entre dois marcos da epopéia das Descobertas. De um lado, à margem direita do Rio Tejo, erguia-se a Torre de Belém, marcando o local de onde as naus e caravelas partiram, séculos antes, para as aventuras marítimas; do outro lado, funcionando como um imponente pano de fundo, estava o Mosteiro dos Jerônimo, construído por D. Manuel I após a descoberta do caminho marítimo para as Índias. Não obstante, a instalação que mais se sobressaia era uma grande nau do século XVII que, ancorada no Tejo, constituir-se-ia na antecâmara da Exposição.



Figura 3: A Nau Portugal ancorada no Rio Tejo, junto ao terreiro do Paço em Lisboa

⁷ Júlio Dantas. O Congresso do Mundo Português. *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.7, Jul, 1939. p. 12

No interior desse simbólico espaço, a Exposição do Mundo Português desenvolvia-se em dois planos:

O primeiro junto ao Tejo, tendo como centro a formosa Praça do Império, com a sua feérica fonte luminosa e ladeada por duas ordens de pavilhões; o segundo em terras mais elevadas, arborizadas de espécies exóticas, onde se construiu a seção colonial. Uma passagem liga as duas partes, seguindo os visitantes um trajeto único, de traçado racional e, tanto quanto possível, direto.⁸

O acesso a Exposição fazia-se pela Porta da Fundação, projetada por Cottineli Telmo e que *se recorta em quatro colunas majestosas, nas quais se erguem estátuas de guerreiros medievais*⁹. Uma vez dentro do recinto da Exposição do Mundo Português, era possível vislumbrar um grande número pavilhões. Um dos mais notáveis, a primeira vista, era o Pavilhão da Fundação adornado com bandeiras que datavam da origem da nação e *com o seu aspecto de entrada de castelo roqueiro, fosso, ponte levadiça segura por pesadas cadeias de ferro, guardas medievais de broquel e morrião, empunhando as lanças de D. Afonso Henriques*.

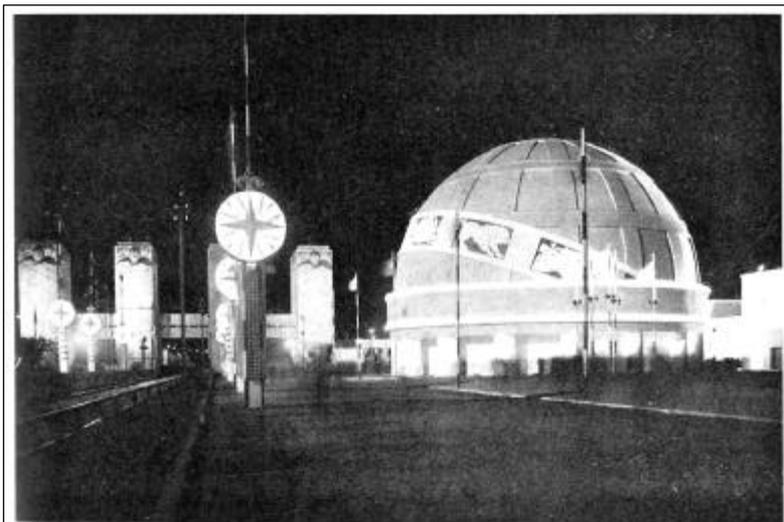


Figura 4 - Esfera dos Descobrimentos e Porta da Fundação

Os pavilhões agrupavam-se em três setores, cada um com seu caráter e expressão própria: seção histórica; seção de etnografia metropolitana (Centro regional); e seção de etnografia colonial. A seção histórica era composta por oito pavilhões e por um pitoresco bairro seiscentista, tendo por objetivo fornecer uma lição de história ilustrada. A seção de etnografia metropolitana, por sua vez, comportava cinco pavilhões e o outeiro das aldeias portuguesas, o qual se estendia à sombra do Palácio dos Portugueses no Mundo e procurava exaltar os costumes, a arte e a arquitetura dos camponeses. Já a seção colonial, com o seu magnífico jardim tropical, tinha como proposta reproduzir o Império em miniatura,

⁸ Exposição do Mundo Português. *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.19-20, Jul-Ago, 1940, p. 18

⁹ *Ibidem*, loc. cit.

retratando, para o júbilo dos visitantes, os ambientes e as paisagens das colônias portuguesas. Para tanto, suas vegetações, suas faunas, bem como seus habitantes foram trasladados para Lisboa e lá permaneceram durante os meses da *Exposição*. Havia, ainda, um espaço com os pavilhões secundários, onde se localizavam o Padrão dos Descobrimentos¹⁰, restaurantes, centros de informações, parques, jardins, espelhos d'água.

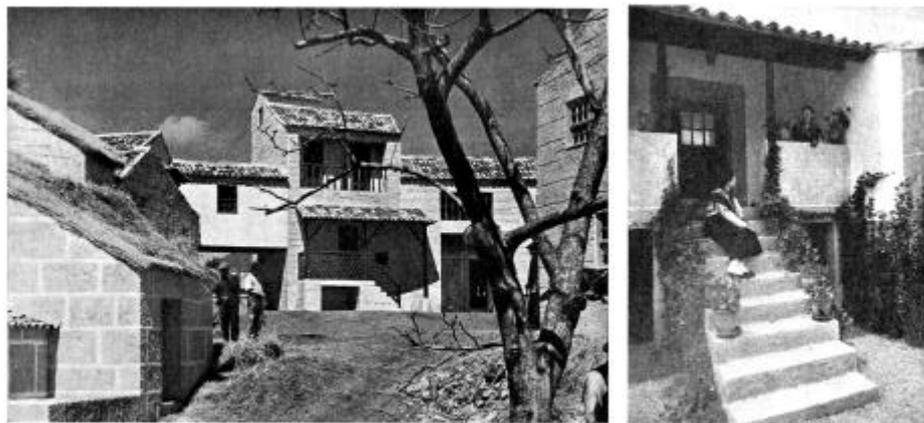
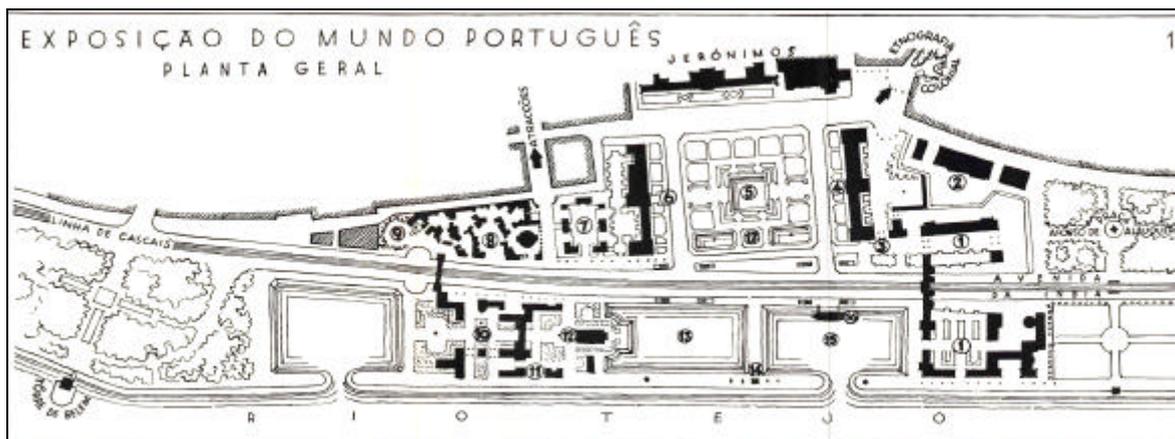


Figura 5: Centro Regional da Exposição do Mundo Português

A *Exposição* não possuía um estilo definido, tendo sido aproveitadas todas as sugestões da arquitetura continental, bem como o pitoresco exótico de alguns territórios do Império. Apesar de a *Exposição* procurar valorizar os aspectos tradicionais e rurais da Nação, era possível admirar também, na esplanada dos Jerônimos, a fina-flor de um certo modernismo europeu, como a arquitetura de Carlos Ramos e de Cristino da Silva; a pintura e o design decorativo de Almada Negreiros (opositor ferrenho de Júlio Dantas), de Milly Possoz, de Fred Kradolfer, de Carlos Botelho e até mesmo de Portinari, com o seu quadro o *Café*; ou a escultura de Canto da Maia e de Hein Semke; tudo isso em matizes francamente nacionalista. Assim foi que, durante cerca de cinco meses (de 23 junho a 2 de dezembro de 1940), Lisboa transformou-se na capital da cultura e da história.

¹⁰ O Padrão dos Descobrimentos que podemos hoje observar já não é o original. O original foi desmontado em 1958. Com efeito o atual foi inaugurado em 1960, e é, construído em betão e com esculturas em pedra de lioz, uma réplica do original, construído em materiais frágeis, que fora construído para a Exposição do Mundo Português, em 1940, pelos arquitetos Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida.



1. Pavilhões da seção histórica 2. Lisboa seiscentista 3. Lisboa do futuro 4. Pavilhão de festas 5. Praça do Império 6. Portugal-1940 Brasil 7. Pavilhões da Imprensa, C.T.T., etc. 8. Aldeias portuguesas 9. Parque infantil 10. Seção de etnografia metropolitana 11. Restaurantes 12. Teatro 13. Espelho de água 14. Infante D. Henrique 15. Doca 16. Nau 17. Síntese do Mundo Português.

Figura 6: Planta Geral da Exposição do Mundo Português

Realizado nas três cidades universitárias portuguesas – Coimbra, Lisboa e Porto –, o Congresso do Mundo Português teve seus trabalhos abertos no dia 1 de Julho de 1940 e encerrados em 13 do mesmo mês. A sessão inaugural do Congresso ocorreu à noite no Palácio da Assembléia Nacional, sob a presidência do Chefe de Estado, General Oscar Carmona. O evento fora idealizado pelo próprio Salazar com o propósito de se estudar a Nação portuguesa sob diferentes aspectos: suas origens, suas instituições, suas crises de crescimento, bem como o esplendor da sua expansão imperial, o que implicava examinar não só a história de Portugal propriamente dita, mas todas as contribuições portuguesas para a história de outras nações e para a história geral da civilização. Como declarou Júlio Dantas:

A história de um povo que conta com oito séculos de existência, que criou um vasto Império e cuja ação civilizadora se fez sentir no Mundo, não possui apenas interesse nacional restrito. Além disso, as relações de natureza política, econômica e cultural, e, nomeadamente, as vicissitudes da política dinástica tornaram tão íntimo o convívio da comunidade europeia, que não é fácil, ao estudar o passado histórico de um povo, isolá-lo de todos os outros¹¹.

Por isso, desde o primeiro momento, previu-se a participação de entidades estrangeiras naquelas jornadas, quer a título individual, quer coletivo. Assim, o Congresso do Mundo Português desdobrar-se-ia em nove jornadas acadêmicas ligadas entre si pela definição de um tema em geral, a história da Nação portuguesa e a sua inserção na história universal¹².

¹¹ Júlio Dantas. Op. Cit, Jul, 1939, p. 13

¹² Estes foram os nove congressos, segundo a *Revista dos Centenários*: 1º Congresso - Pré e Proto-Histórico; 2º Congresso - Portugal Medieval; 3º Congresso - dos Descobrimentos e da colonização portuguesas (século XV e XVI); 4º Congresso - Monarquia Dualista; 5º Congresso - Paz com a Espanha até o Constitucionalismo; 6º Congresso - Constitucionalismo à Grande Guerra; 7º Congresso - Luso-Brasileiro de História; 8º Congresso - História da Atividade Científica Portuguesa; 9º Congresso - Congresso Colonial. Participaram dos congressos representantes de universidades, academias e institutos da Alemanha, da Bélgica, do Brasil, da Espanha, dos Estados Unidos da América, da França, da Grã-Bretanha e da Itália, os quais levaram suas mensagens.



Figura 7: Sessão inaugural do Congresso do Mundo Português, na sala da Assembléia Geral

Por sua vez, a organização do Cortejo do Mundo Português foi entregue ao Capitão Henrique Galvão, que outrora arquitetara a Exposição Colonial do Porto e o Cortejo Folclórico em Lisboa. O Cortejo, que se iniciou na tarde de 30 de Junho de 1940, atravessou todo o recinto da *Exposição do Mundo Português* e foi admirado, das sacadas do Convento dos Jerônimos, pelo presidente da República, pelas altas autoridades portuguesas e pelas missões diplomáticas estrangeiras, sendo um exemplo impressionante de reconstituição histórica. O Capitão Galvão estudara minuciosamente a indumentária e a armaria portuguesa a fim de proporcionar ao público um espetáculo vivo de cor e de ornamentos, como também de transportá-lo às várias épocas da história lusa. O cortejo fora idealizado por Galvão como um grande livro de história viva, que seria aberto por um grupo de cavaleiros dos tempos afonsinos entoando acordes heróicos em suas trombetas. O “livro” de Galvão estaria dividido em três seções: Portugal histórico; o Portugal de hoje; e o Portugal do futuro.

A parte histórica aparecia dividida em seis “capítulos”. O primeiro reportava-se à Fundação, tendo sido, a espada de D. Afonso Henriques, conduzida por uma figura simbólica e enquadrada por todas as bandeiras históricas de Portugal. Em seguida, a platéia tinha a nítida visão da entrada do rei-fundador na cidade de Lisboa, conquistada aos infiéis em 1144. O alferes-mor apareceria, então, empunhando o pendão com os cinco escudos das armas de Portugal, seguido pelos Bispos do Porto, de Viseu, de Braga e de Lamego, que cavalgavam à sombra da insígnia dos Templários. Por fim, vinha Afonso Henriques e sua comitiva encabeçando as turmas dos cavaleiros vilãos, dos Templários, dos Hospitalários e da peonagem, secundados da pesada máquina de guerra.

O segundo “capítulo” referia-se à Consolidação da Independência, no qual a figura central era a do General Nuno Álvares - também conhecido como o Santo Condestável. O general vinha acompanhado de sua comitiva, sendo sucedido pela “ala dos namorados”, que

representava todos aqueles que pelejaram nas cruéis batalhas com a elegância de campeões de torneios e eram coroados apenas com os sorrisos de suas mulheres. Por fim, aparecia a figura de D. João I ladeado pelos infantes da Ínclita Geração¹³.

O terceiro “capítulo” estava voltado para as Descobertas e Conquistas. Nele se sobressaía a figura do infante D. Henriques, impulsionador desses grandes feitos. Como nota do deslumbramento desse período, figuravam os grandes capitães dos mares e das conquistas asiáticas: Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro Álvares Cabral, D. João de Castro e D. Francisco de Almeida, secundados por um elefante coberto de brocados, um cavalo persa, uma onça domesticada e uma síntese da artilharia lusa.

No quarto “capítulo”, por sua vez, revia-se a colonização portuguesa por meio de um carro alegórico em que a Fé e o Império, os evangelizadores e os comerciantes estavam simbolicamente representados. Já o quinto “capítulo” teve como tema o Século XVIII, representado pela *enviatura do Rei D. João V, ao Sumo Pontífice Clemente XI, quadro de rara beleza sumptuaria, quase a deixar perder de vista tudo o que fez Luiz XV – embaixada própria de um soberano que era Senhor de um Império que possuía as minas do Brasil*¹⁴. Arrematando o cortejo, o último “capítulo” dessa história viva contemplava a ocupação militar das colônias no século XIX, contando inclusive com a presença de ex-combatentes coloniais, com as tropas negras e com as bandeiras das campanhas ultramarinas.



Figura 8: Figurinos do artista Manuel Lapa para o Cortejo do Mundo Português

13 A “Ínclita Geração” é o nome dado por historiadores portugueses aos filhos do rei João I de Portugal e de Filipa de Lencastre. O epíteto refere-se ao valor individual destes príncipes que, de várias formas, marcaram a História de Portugal e da Europa. Eles foram: Duarte, Rei de Portugal (1391-1438); Pedro, Duque de Coimbra (1392-1449, morto na Batalha de Alfarrobeira, foi regente de Afonso V, seu sobrinho; considerado o príncipe mais culto da sua época; Henrique, Duque de Viseu (1394-1460), Isabel de Portugal (1397-1471), casada com Filipe III, Duque da Borgonha, atuou em nome do marido em vários encontros diplomáticos e é considerada como a verdadeira governante da Borgonha no seu tempo. Em honra deste casamento, o Duque criou a Ordem do Tosão de Ouro; João, Infante de Portugal (1400-1442), condestável de Portugal e avô da rainha Isabel de Castela e do rei Manuel I de Portugal; Fernando, o Infante Santo (1402-1433), morre no cativeiro em Fez, depois de recusar entregar Ceuta em troca da sua própria liberdade.

14 O Cortejo do Mundo Português – uma lição viva de história pátria. In: *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.4, Abr, 1939, p. 8

A seção de Portugal de hoje, segundo o Capitão Galvão, teria como prólogo a guarda de honra à bandeira, feita por tropas metropolitanas e coloniais, a qual se seguia uma alegoria aludindo à unidade do Império português. Dando continuidade, aparecia grupos de homens e mulheres desfilando com trajes típicos de todas as províncias de Portugal, dançando e cantando à moda de suas terras como cartões postais vivos. Por fim, viriam os representantes indígenas de Cabo Verde, de Guiné, de S. Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique, da Índia, de Macau e de Timor, trazendo exemplares de sua fauna característica: cavalos, zebras, mulas, girafas, elefantes, camelos e búfalos.

O Portugal do futuro, última parte do “livro” de Galvão, era representado por um carro alegórico rodeado pela apoteose dos estandartes de todos os núcleos da Mocidade portuguesa, que segundo os organizadores constituíam:

Bandeiras simbólicas que, aureoladas pelo sol, são a garantia do Portugal imortal, do Portugal terra de santos e heróis, de lavradores e de nautas, que, vivendo na fé cristã e dominados pela idéia de pátria, festejam oito séculos de independência, quer dizer de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor de outros povos da terra.¹⁵

¹⁵ Ibidem, p. 9



O CARRO EVOCATIVO DA LUSITANIA



CAVALEIROS AMPUNHANDO AS SIGNAS COM AS COMES ANUNCIADORAS DAS DIVERSAS EPOCAS DO CORTEJO



O DESFILE DO CORTEJO EM FRENTE DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO



O COCHE DA EMBAIXADA DE D. JOÃO V AO PAPA CLEMENTE XI



ASPECTO DA PARTE POLCLÓNICA DO CORTEJO, VENDO-SE À DIREITA OS SARGACEIROS DE ESPOSENDE



D. JOÃO I E D. FILIPA DE LENCASTRE, EM FRENTE DOS PAVILHÕES DE HONRA E DE LISBOA



O ELEFANTE DA INDIA, NA EPOCAÇÃO DA EMBAIXADA DE D. MANUEL I A BOMBA

Figura 9: Cenas do Cortejo Histórico

1.2 - O convite ao Brasil

Em 27 de Março de 1938, o Ministério das Relações Exteriores recebia um telegrama do Embaixador do Brasil em Lisboa, o Dr. Arthur Guimarães de Araújo Jorge, que continha a seguinte mensagem:

8 – Sábado – 21hs.30 - todos os jornais publicarão, amanhã, comunicado oficial sobre as grandes festas nacionais com que o Governo Português celebrará, em 1939 e em 1940, o oitavo centenário da nacionalidade e o terceiro centenário da restauração da monarquia portuguesa. O Presidente do Conselho [de Ministros] convocou-me, especialmente, esta noite, para dar-me leitura antecipada da parte daquele documento relativa ao Brasil, cuja íntegra remeterei pela primeira mala.¹⁶

O comunicado oficial a que se referia A. G. de Araújo Jorge, era uma Nota oficiosa da Presidência do Conselho, publicada em 27 de março de 1938, que estabelecia os parâmetros para a realização das Comemorações Centenárias de Portugal, e nela constava uma referência especial ao Brasil. Com certeza, essa menção a jovem nação fora elaborada sem nenhuma pressa, pois uma carta de 28 de fevereiro do mesmo ano, assinada simplesmente com a expressão “Amigo Gratíssimo”, já informava a Salazar que durante os trabalhos da Comissão Preparatória dos Centenários concordou-se unanimemente com a necessidade de *convidar o Brasil a tomar parte, ao nosso lado, nas festas, e que o seu Presidente a assistir a elas, e nos melindros que temos de respeitar para que o Brasil, não só aceite, mas venha com sincero interesse e até desvanecimento.*¹⁷

Cerca de dois meses mais tarde, chegava às mãos do mais novo Ministro das Relações Exteriores, o Dr. Oswaldo Euclides de Sousa Aranha¹⁸, o seguinte comunicado da Embaixada do Brasil em Lisboa:

14 - Segunda-feira – 19hs.00 – (...) o Presidente do Conselho [de ministros] convocou-me, especialmente, para informar-me das últimas resoluções referentes às comemorações centenárias da fundação e restauração, que serão realizadas na primavera do ano de 1940. Disse-me que os chefes de Missão de Portugal foram autorizados a solicitar dos governos junto aos quais estão acreditados a sua participação naquela comemoração.¹⁹

Os dois telegramas reproduzidos acima prenunciavam que tão logo o Brasil seria, oficialmente, convidado a participar dos festejos do Duplo Centenário. A princípio, supunha-se que a presença da antiga colônia estaria restrita a simples exibição de sua história, de sua

16 A. G. de Araujo Jorge. *Telegrama de (...) Ao Ministério das Relações Exteriores, datado de 26-27/3/38*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Comemorações e Celebrações, Portugal. Festas Centenárias. 641.7 (88) Lata 664 Maço 9884.

17 *Carta do Amigo Gratíssimo ao Presidente do Conselho*. Lisboa. 24 de fevereiro de 1938, AOS/CO-22PT.2. Fólio 28.

18 Em 1937, Oswaldo Aranha demitira-se do cargo de Embaixador em Washington por não aceitar os caminhos que o Brasil traçara com a declaração do Estado Novo. Contudo, em março de 1938, é convencido por Vargas a assumir o ministério das Relações Exteriores.

19 A. G. de Araujo Jorge. *Telegrama de (...) Ao Ministério das Relações Exteriores, datado de 30/05/38*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Comemorações e Celebrações, Portugal. Festas Centenárias. 641.7 (88) Lata 664 Maço 9884.

cultura e de sua economia em um dos pavilhões temáticos da Exposição do Mundo Português, um dos principais eventos realizados no âmbito das Comemorações Centenárias. Nessa *Exposição*, conforme já se disse, estariam presentes todas as províncias ultramarinas portuguesas, representadas tanto por seus nativos quanto por suas faunas e floras, como que se pedaços de longínquas terras tivessem sido transplantadas para a Praça do Império em Lisboa.

O Brasil, apesar de não mais fazer parte do Império, também se exibiria na Exposição, pois, do ponto de vista simbólico, a mostra de sua história, de sua cultura e de suas feições modernas servia de antídoto às críticas que desqualificavam a colonização lusa, funcionando como uma espécie de prova viva das virtudes civilizadoras portuguesas. Ademais, no imaginário os lusos, o Brasil ainda fazia parte do Império, enquanto um Império moral, espiritual e cultural. De fato, como explicou Alves Azevedo, a expressão “Império Português” correspondia ao imperativo da raça e representava a consciência que Portugal tinha do seu destino histórico e do seu papel de defensor do patrimônio espiritual da humanidade²⁰.

Entretanto, a menção de Salazar à jovem nação americana, em sua nota oficiosa, deixava claro que ao Brasil era solicitado não somente a comparecer às comemorações, mas principalmente, a colaborar na organização delas, figurando ao lado de Portugal e ajudando a fazer as honras da casa:

Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil (...) Eis algumas razões porque havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos oitocentos anos de idade ajudar-nos a fazer as honras da Casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas como da família, a par de nós acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica (...) Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efetivo e intenso como nunca o foi²¹.

Poucos meses depois, chegava o convite oficial ao governo brasileiro para participar das comemorações lusas, feito pelo então presidente português, o General António Oscar de Fragoso Carmona, que ratificava as palavras de Salazar e elevava o Brasil à condição de Nação-irmã de Portugal:

Que a grande Nação-irmã venha colocar-se a nosso lado, como família, que é, e ‘erga seu padrão de história ao lado do nosso, e traga às nossas festas o maior número dos mais egrégios de seus filhos’ foi o primeiro pensamento do meu Governo, logo transformado em voto unânime de todos os portugueses.²²

20 F. Alves Azevedo apud José Carlos Almeida. *Memória e identidade nacional: As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação*. S.I.: s.n., 2004 Disponível em: www.ces.uc.pt/LAB2004. Acesso em: 20 out. 2006.

21 Antonio de Oliveira Salazar. Independência de Portugal (Nota oficiosa da Presidência do Conselho). *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.1, Jan, 1939. p. 3

22 General Carmona. *Convite de (...) ao governo do Brasil*. *Arquivo Histórico do Itamaraty*. Rio de Janeiro. Comemorações e Celebrações, Portugal. Festas Centenárias. 641.7 (88) Lata 664 Maço 9884.

A nota oficiosa de Antonio de Oliveira Salazar teve uma boa recepção por parte da imprensa brasileira, a qual se mostrou uma das mais valiosas colaboradoras da iniciativa. Com efeito, a grande maioria dos principais diários do país publicou, em lugar de destaque, o documento na íntegra, salientando as palavras do Presidente do Conselho que se referiam à cooperação do Brasil nas comemorações. Contudo, pouca publicidade foi dada ao convite que o Gal Carmona dirigiu a Getúlio Vargas, tendo alguns jornais noticiado primeiro a participação do Brasil nas efemérides portuguesas para depois dar relevo à solicitação do Presidente luso. Não por acaso, em janeiro de 1939, a nota oficiosa de Salazar estaria presente no primeiro número da *Revista dos Centenários*, reiterando o convite ao Brasil.

Algumas semanas após o lançamento da *Revista dos Centenários*, os jornais portugueses publicaram um texto de Augusto de Castro, Comissário-Geral da Exposição do Mundo Português, que requisitava novamente a presença do Brasil e esclarecia o teor da sua participação: *O Governo Português convidou o Brasil a construir ou decorar, ele próprio, esse segundo Palácio [Pavilhão do Brasil Independente]. O Brasil será assim se aceitar, como esperamos, o convite, a única Nação que colaborará conosco, numa representação da sua própria iniciativa, na Exposição de 1940*²³. De fato, o Brasil foi o único país a possuir um pavilhão próprio na Exposição.

Tanto o convite do Gal Carmona quanto a nota oficiosa de Salazar e o texto de Augusto de Castro foram escritos de maneira familiar e fraternal, de modo a fazer desaparecer quaisquer indícios de desavenças e conflitos e a transformar as relações luso-brasileiras em um relacionamento de extrema cordialidade. O fato é que havia preocupações quanto à receptividade brasileira com relação ao chamado luso. Segundo Luciene Lehmkuhl: (...) *o convite à participação brasileira, sobretudo para desempenhar um papel de herdeiro e continuador das tradições portuguesas, poderia soar um tanto quanto sórdido e levar a uma recusa, ou, (...) a um descaso e a um descompromisso alicerçados em uma não-ação*.²⁴ Era claro para o governo Português que o aceite do Estado brasileiro dependia de uma vontade política.

O temor português não era infundado. Do lado de cá do Atlântico, o governo brasileiro demorou quase um ano (a contar da nota oficiosa de Salazar) para dar uma resposta oficial a Portugal, o que gerou certa preocupação na colônia de portugueses do Brasil e nos intelectuais interessados na representação brasileira, que aguardavam ansiosamente uma posição do

23 Augusto de Castro. O pensamento e o programa da Exposição. In: _____. *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1940

24 Luciene Lehmkuhl. *Entre a Tradição e a Modernidade: o Café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFSC. Florianópolis (SC), 2002. P. 44-45

governo. Em 20 de dezembro de 1938, Albino do Souza Cruz, Presidente do Conselho da Colônia, escrevia a Salazar, expressando a sua inquietação no que tange à presença brasileira. Levantava dúvida a respeito de um provável mal-entendido em relação à visita do Presidente Vargas e à participação do Brasil, sugerindo que o convite fosse reiterado²⁵. Pouco tempo depois, a 12 de janeiro de 1939, Souza Cruz enviou outra carta a Salazar, tratando dos mesmos assuntos. Transcrevia ainda as palavras do Gal Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República: *V^a. Ex^a. queira dar uma forma especial a esse convite em harmonia com a Nota de V^a. Ex^a., e por isso se justifique a demora*²⁶. Contudo, a resposta do general não foi suficiente para que o governo português deixasse de persistir na convocação. Assim, em 26 de Março de 1939, uma nota da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, redigida em termos expressivos e afetuosos, demandava mais uma vez a presença da ex-colônia nos festejos. Já em 28 de Março de 1939, chegava ao MRE um comunicado transmitindo o convite do governo de Portugal e solicitando que a nação-irmã colaborasse nas comemorações de 1940.

Mal sabiam os lusos que, nos salões do Itamaraty, a participação do Brasil nas Comemorações Centenárias estava na pauta do dia. Uma nota, de 10 de março de 1939, dirigida a Cyro de Freytas Valle, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores deixa bem claro essa preocupação:

Nessas condições, impõe-se de nossa parte um longo trabalho prévio que exige longo período de tempo para a execução de um programa que, embora seja reduzido ao mínimo, mesmo assim fica de grande extensão e dificuldade. Respeitando os limites fundamentais traçados pela nota do Ministro Oliveira Salazar, teríamos que, sem prejuízo de outras iniciativas que possam surgir, cuidar desde já de organizar: exposição histórica (...); gráficos com a história do desenvolvimento do povoamento, cruzamento e adaptação do homem ao solo (...); fotografias e dados sobre as cidades e vilas coloniais do litoral e do interior (...); exposição retrospectiva da arte colonial (...); apresentação de mapas sobre o desenvolvimento do Brasil independente (...); exposição sobre a cultura brasileira (...); exposição industrial (...); exposição etnográfica (...); exposição da arte brasileira; exposição do livro brasileiro (...); organização de filmes sobre o Brasil (...); ida de uma esquadra composta do encouraçado “Minas Gerais”, um cruzador, um destróier e um navio-tanque, conduzindo o Ministro Oswaldo Aranha e sua comitiva (...); designação de missões militar e naval, técnicas e culturais (...); missões culturais relativas às representações do Congresso de História, Música e Literatura brasileiras. (...) Na nota da Presidência do Conselho diz o Senhor Salazar que deseja que o Brasil erga o seu padrão ao lado do nosso. Poderá, então, o Brasil erguer um grande monumento aos navegadores, encimando-o com a estátua de Pedro Álvares Cabral e compondo em medalhões nas bases os principais episódios de nossa formação²⁷.

25 Albino de Souza Cruz. *Carta ao Exmo. Sr. Dr. Antonio d'Oliveira Salazar. Rio de Janeiro, 20/12/1938.* AOS/CO/PC-22 – PT.1 –fólios 29 e 30

26 Albino de Souza Cruz. *Carta ao Exmo. Sr. Dr. Antonio d'Oliveira Salazar. Rio de Janeiro, 12/01/1939.* AOS/CO/PC-22 – PT.1 –fólios 29 e 30

27 Nota entregue ao Ex.mo. Sr. Ministro Cyro de Freytas Valle, Ministro de estado interino das relações exteriores em 10 de março de 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Comemorações e Celebrações, Portugal. Festas Centenárias. 641.7 (88) Lata 664 Maço 9884.

Além disso, na mesma semana, instituiu-se a Comissão Brasileira dos Centenários, a qual deveria cooperar com o Itamaraty na montagem de uma eficiente representação do Brasil às comemorações de 1940. Essa seria constituída por: Gal Francisco José Pinto; Dr. Caio de Mello Franco; Dr. Abelardo Bretanha Bueno do Prado; Dr. Heitor Lyra; Maj Francisco Afonso de Carvalho; Contra-Cap de Fragata Didio Affonso da Costa; Dr. Oswaldo Orico; Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade; e Dr. Augusto de Lima Jr. Já em 12 de abril de 1939, eram publicadas, pelo MRE, as *Bases de um Programa de Participação do Brasil nas Comemorações Centenárias Portuguesas de 1940*, as quais previam: construção de um Pavilhão na Exposição do Mundo Português; organização de uma exposição cultural, contendo tudo o quanto pudesse interessar a História e a Geografia comum dois países; elaboração de livros, memórias, estudos, etc. que representassem a colaboração espiritual do Brasil na História comum dois países; assinatura de uma série de atos internacionais, que aproximem e estreitem ainda mais os laços que unem as duas nações irmãs; envio de uma delegação, onde figurem as classes representativas da nação; oferta a Portugal de uma estátua do padre Antonio Vieira, como forma tangível do apreço brasileiro pela colaboração comum na era colonial; restituição a Portugal dos numerosos pacotes existentes no Ministério das Relações Exteriores, de interesse exclusivo para a história militar portuguesa na Europa.

De qualquer modo, o silêncio do governo brasileiro só foi quebrado em 13 de Abril de 1939, quando se reuniu pela primeira vez, no Itamaraty, a Comissão encarregada de acertar a participação do país nas Comemorações Centenárias. Nesse dia, o Ministro Oswaldo Aranha se pronunciou, esclarecendo os termos da inserção do Brasil e dizendo que *por seu governo, por sua cultura, por suas forças armadas, por suas expensas econômicas, estará o Brasil presente em Portugal em 1940, aceitando o convite que Portugal nos transmitiu e que nós sabemos honrar fraternalmente*²⁸. Três dias depois, no mesmo tom lisonjeiro e cerimonioso empregado pelos lusos, o Ministro escrevia ao Embaixador do Brasil em Lisboa, A. G. de Araújo Jorge, transmitindo o desejo do Presidente Getúlio Vargas de participar das Comemorações Centenárias:

Em toda a nossa existência de povo independente, nunca deixamos de dedicar a mais viva afeição ao povo de que descendemos, nem abdicamos do grato direito de participação no patrimônio indestrutível de serviços à civilização que constituem a epopéia lusitana.

O Brasil irá a Portugal, numa romagem cívica e afetiva, a fim de ajudá-lo a fazer as honras da casa, no momento em que este festejará os seus oitocentos anos de idade e trezentos de restauração, quando serão prestadas ao grande descobridor de mundos as homenagens que lhe devem os povos civilizados.

²⁸ A Presença do Brasil nas Comemorações Centenárias. *A voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 16 abril 1939.

Todos os corações brasileiros celebrarão como acontecimento próprio e local os gloriosos episódios para cuja comemoração é a nossa presença reclamada em termos tão afetuosos.

Aceitando o convite que Vossa Excelência me transmitiu, não é só o Governo do Brasil que estará presente em Portugal, mas as expressões mais lídimas da nacionalidade.²⁹

Não obstante, a manifestação pública mais contundente com relação ao envolvimento do Brasil nas efemérides de Portugal, foi o discurso pronunciado por Vargas no Real Gabinete Português de Leitura:

O Brasil, carinhosamente convidado, comparecerá, e timbra em fazer não como visitante cortês; mas como membro da família que, embora politicamente separado, permanece fiel ao seu espírito e leal à sua amizade (...) no Brasil sabemos o que vale a ascendência da raça que dominou o mundo na fase histórica em que tal hegemonia significava audácia, espírito de empreendimento, excepcional vocação colonizadora. E em Portugal sabe-se o que representa perpetua-se num povo jovem como o nosso, com raras qualidades de inteligência e de ação, donos de vastos e variados recursos materiais, orgulhoso das suas tradições falando o mesmo idioma.³⁰

Como se pode perceber, nos discursos laudatórios trocados entre os dois governos, o Brasil era constantemente referido como um membro da família da Nação portuguesa. A adjetivação não soava estranha aos ouvidos de Vargas e de seus conselheiros, pois como explica Luís Reis Torgal, o Brasil, não raro, percebia-se como filho dileto da diáspora ultramarina portuguesa³¹, qualidade que Portugal fazia questão de reforçar, chamando o Brasil ora de "suprema criação de Portugal" ora de "glória de sua energia e do seu gênio político". Essa postura filial do país para com Portugal está bem presente, também, em uma nota sobre o convite feito ao Brasil, redigida pelo escritor brasileiro Afrânio Peixoto para o primeiro número da *Revista dos Centenários*:

Chega o dia em que o filho mais amoroso, a filha mais obediente, põem casa, novo lar, a vida que se prolonga...; mas, bem nascidos, os povos continuam os mesmos, na autonomia, na soberania, na independência, sem por isso abolir a história, a fé, a língua, as tradições, o sangue, a identidade. Brasil é e será sempre Portugal. De 1580 a 1640 não éramos apenas um; sofremos juntos a mesma aflição; justo é que, na celebração da alegria restaurada, o regozijo seja recíproco. Por isso é o Brasil convidado à festa de Portugal. Por isso, não pode faltar. Não é delicadeza, convite e aceitação. É dever. Não era lícito Portugal nos esquecesse. Não é possível que o Brasil não compareça. A festa é comum: é a nossa restauração.³²

Contudo, o Brasil não se associaria as Comemorações Centenárias na condição de um filho dileto, mas sim na qualidade de Nação irmã, estando, agora, em par de igualdade com Portugal, ajudando, inclusive, nos próprios preparativos do evento. Assim foi que Salazar

29 Osvaldo Aranha. *Documento enviado por (...) à Embaixada do Brasil em Lisboa, datado de 19/04/1939*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Comemorações e Celebrações, Portugal. Festas Centenárias. 641.7 (88) Lata 664 Maio 9884.

30 Getúlio Vargas. *Discurso, pronunciado em 17 de junho de 1939, no Real Gabinete Português de Leitura*. A Ação dos portugueses do Brasil na Exposição do Mundo Português (...). Rio de Janeiro:[s.n], 1940.

31 Luís Reis Torgal. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 189. (Coleção Minerva - História nº 3).

32 Afrânio Peixoto. Nossa foi a restauração. *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.1, Jan, 1939, p. 3

brindou o Brasil com um pavilhão próprio, que ressaltava os laços históricos e espirituais que o uniam fraternalmente à antiga metrópole.

Vargas, por seu turno, autorizaria a construção, em Belém, de um solar, que provocou a admiração incondicional de quantos cruzaram as suas portas e desfilaram pelas suas admiráveis galerias. Os Centenários de Portugal transformaram-se, assim, em uma espécie de encontro familiar, no qual as duas nações irmãs com destinos comuns e idênticos a cumprir se encontravam para não mais se separar.

Havia duas almas irmãs e viris, vivendo a-par [sic] uma da outra, sem procurarem penetrar-se intimamente, sem tentarem, senão episodicamente compreender-se em toda a sua profundidade. O Brasil seguia o seu resplandecente trajeto, em direção a um futuro magnífico e definitivo. Portugal via-o caminhar e admirava a audácia com que aquele que dimanara do seu esforço de antigo desbravador de mundos procurava ocupar o lugar que de direito lhe pertencia na comunidade universal.³³

33 Comunidade de Raça, Identidade de Destinos. *O SÉCULO*. Lisboa, 22 Ago. 1941.

1.3 - Portugal e Brasil: As Nações-Irmãs

As Comemorações Centenárias de 1940, nas palavras do próprio Salazar, pretendiam ser: (...) *uma síntese da nossa ação civilizadora, da nossa ação na história do mundo, mostrando, por assim dizer, todas as pegadas e vestígios de Portugal no globo*³⁴. Tratava-se, em essência, de um mega evento cultural de pura exaltação nacionalista, formado por congressos, exposições e outras manifestações do gênero. O convite para colaborar com a antiga metrópole gerou fortes expectativas no governo brasileiro, ainda mais quando esse ganhou o epíteto de Nação-Irmã. Os dois chefes de Estados pareciam dispostos a tirar proveito das *Comemorações* para revigorar os tradicionais laços de amizade. Como observou o redator do jornal português *O Século* um ano após a celebração dos festejos:

Os dois povos guardavam entre si um protocolo, cuja aparente elasticidade se quebrava freqüentemente de encontro a obstáculos de difícil remoção. Um imenso acontecimento veio, porém, pôr termo a uma situação, em extremo prejudicial para os dois países-atlânticos. A Exposição do Mundo Português chamando o Brasil a confraternizar com Portugal, na hora do jubileu nacional luso, rasgou todos os véus, desfez todos os nevoeiros e diluiu todos os equívocos, que não deixavam que os portugueses deste lado do Grande Mar e os das terras que Cabral descobrira se vissem tais quais eram: amigos de sempre, irmãos pela raça, gentes que, vindo da mesma fonte, tinham destinos comuns e idênticos a cumprir. De todos os benefícios que à Pátria trouxeram as Comemorações Centenárias, levadas a cabo com tanto esplendor e com tanta dignidade, esse não foi, por certo, o menor.³⁵

Durante algum tempo as relações entre Portugal e Brasil permaneceram num estado de quase hibernação. Como salienta Willians Gonçalves, parece que, depois de superada a situação metrópole/colônia, o relacionamento entre as duas nações teria perdido o sentido³⁶. Essa situação se agravaria ainda mais no decurso da Primeira República, quando vários acontecimentos praticamente minaram os vínculos político-institucionais com a pátria mãe. A começar pelo incidente de 1894, durante a gestão do Mal Floriano Peixoto, quando houve o rompimento diplomático com Portugal, ocasionado pela decisão do Conde de Paraty de conceder asilo, em navios de guerra lusos, aos oficiais da marinha brasileira que se insurgiram contra o Presidente da República na Revolta da Armada. Apesar de as relações oficiais terem sido logo restabelecidas, em 1895, o sentimento antilusitano, suscitado pelo evento, perduraria por um longo tempo. De fato, nas primeiras décadas do século XX, setores mais nativistas da intelectualidade brasileira ainda cultivavam a memória de Floriano Peixoto e

34 José Carlos Almeida. *Memória e identidade nacional: As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação*. S.I.: s.n., 2004 Disponível em: www.ces.uc.pt/LAB2004. Acesso em: 08 fev. 2008.

35 Comunidade de Raça, Identidade de Destinos. *O SÉCULO*. Lisboa, 22 Ago. 1941.

36 Williams da Silva Gonçalves. *Brasil e Portugal no Sistema das Relações Internacionais*. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 35, 2003. p. 392

responsabilizavam a colonização lusa pelo atraso cultural, econômico e social do Brasil, além de incitar, freqüentemente, a população local a participar de campanhas antiportuguesas.

Além de um acentuado nativismo, os primórdios da República foram marcados por uma proeminente exaltação do sistema norte-americano, a qual ficou ainda mais patente quando o Brasil deslocou, por meio da política externa do Barão do Rio Branco (1902-1912), o seu eixo diplomático da Europa para os Estados Unidos. Esse novo relacionamento teve como momentos marcantes: o estabelecimento, em 1905, da Embaixada Brasileira em Washington, tendo Joaquim Nabuco como o primeiro embaixador; a vinda, em 1906, do secretário de Estado americano Elihu Root para tratar da aproximação dos dois países (era a primeira vez na história americana que um secretário de Estado deixava o país para uma missão no exterior); a aliança, em 1917, do Brasil aos Estados Unidos no contexto da I Guerra Mundial, tornando-se a única nação sul-americana a entrar no conflito.

Em 1907, o anúncio da intenção do rei português, D. Carlos, de visitar o Brasil, prometia reanimar o clima de cordialidade e o entendimento entre os dois países. Contudo, o plano foi frustrado pelo assassinato do monarca e de seu herdeiro. Tinha-se, portanto, a impressão de que o ajuste e, mais dificilmente, de que a convergência entre as duas diplomacias raramente se realizariam. Veja-se o relato do diplomata Alberto d'Oliveira sobre a sua experiência como Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro:

(...) Em 1914, foi me entregue a direção do nosso Consulado Geral no Rio de Janeiro. Era um posto pouco ambicionado nessa ocasião, apesar da sua importância, porque se conhecia as fundas divisões da nossa colônia depois do advento da República e se conjecturava que a vida do Cônsul Geral seria espinhosa³⁷.

Os desencontros e as divergências entre os dois países seriam ultrapassados pelos elementos culturais e pelos afetos. Se por um lado, os elos oficiais haviam se tornado cada vez mais pueris, por outro, as relações de natureza cultural haviam se intensificado gradativamente. Prova disso é que, paradoxalmente, foi durante os últimos anos do Império e ao longo de toda Primeira República que os laços culturais entre as duas nações ganharam maior consistência, embora se deva dar valor também a certas iniciativas como a criação, no Rio de Janeiro, do Gabinete Português de Leitura (1837), do Retiro Literário Português (1859), do Liceu Literário Português (1868) e do Real Clube Ginástico Português (1868). Ademais, não se pode negar a influência que a Universidade de Coimbra exercia sobre os eruditos brasileiros desde os tempos da colônia. Mas o fato é que só em 1889, pouco tempo antes da deposição do Imperador, houve um manifesto desejo em se estreitar ainda mais as relações culturais, o que efetivamente se deu por meio de um acordo, assinado em setembro daquele ano, a respeito da proteção de obras

³⁷ Alberto de Oliveira. *Carta ao Brasil sobre a sua participação no duplo centenário de 1940*. Lisboa: S.P.N., 1940. p. 3

literárias e artísticas. Vejam-se algumas outras datas significativas para as relações culturais luso-brasileiras.

1900	Portugal é representado nas comemorações do 4º Centenário do Brasil.
1908	Inauguração da Exposição Nacional comemorativa do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil.
1916	É criada a cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa.
1920	Os restos mortais do Ex-Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Tereza, que estavam sepultados em S. Vicente de Fora, seguem para o Rio de Janeiro.
1922	Gago Coutinho e Sacadura Cabral partem no hidroavião <i>Lusitânia</i> , na 1ª experiência aérea que ligou os dois países a 3 de Março e chegam ao Rio de Janeiro. Comemoração do 1º Centenário da Independência do Brasil. 1ª visita oficial de um Presidente da República português ao Brasil.
1931	1º Congresso dos Portugueses no Brasil que criou a Federação das Associações Portuguesas
1935	Inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, em Lisboa
1937	Inauguração da Sala Brasil na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que, em 1941, tornou-se o Instituto de Estudos Brasileiros. Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo.
1940	Criação da Associação dos Amigos de Portugal no Rio de Janeiro O Brasil se faz representar nas comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração do reino de Portugal.

Quadro 1 - Datas significativas para as relações culturais entre Brasil e Portugal. Fonte: Quadro elaborado a partir das informações registradas no artigo de Isabel Nobre Vargas “Cultura e política: relações luso-brasileiras nas mudanças de regime (1889-1874)”

O escritor e diplomata João Almino, em seu artigo “Diálogo Interrompido”, chama a atenção para o período de 1885-1915 em particular, pois, foi quando começaram as edições portuguesas de autores brasileiros, como José de Alencar, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, João Ribeiro, Olavo Bilac e Coelho Neto. Igualmente, nesse mesmo período, no Brasil, eram amplamente lidas obras de Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Gomes Leal, Cesário Verde, Antônio Nobre, Guerra Junqueiro e Eugênio de Castro. Ademais, segundo esse mesmo autor, esses anos foram marcados por intensa atividade literária com o surgimento de almanaques, de jornais e de revistas, nos quais participavam escritores de ambas as nacionalidades³⁸.

Em Lisboa, no ano de 1899, iniciava-se a publicação quinzenal da revista *Brasil-Portugal*, cujo conteúdo evocava todo um programa de consolidação das relações luso-brasileiras, procurando divulgar entre os portugueses aspectos da cultura e da sociedade brasileira. Com efeito, os seus diretores - Augusto de Castilho, Jaime Victor e Lorjô Tavares –

38 João Almino. O diálogo interrompido. In: JUNIOR, Benjamin Abdala (org.). *Incertas Relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 127

tinham como lema *tornar conhecido o Brasil em Portugal e Portugal conhecido no Brasil*³⁹. O espírito que animava a publicação foi, de certa forma, resumido pelo português Brito Aranha no artigo intitulado “Brasil e Portugal”: *O Brasil é, e será, uma grande nação na grande América. Tem vida própria, tem civilização própria, tem independência, tem brio, tem patriotismo! [...] Mas o Brasil também é nosso irmão*⁴⁰. Em 1900, a revista *Brasil-Portugal*, fez uma larga cobertura do Quarto Centenário da Descoberta do Brasil, dedicando-lhe todo um número, que reuniu colaborações de autores brasileiros. Já a capa do primeiro número em cores da revista, ilustrada por A. Roque Gameiro, trazia os retratos do então presidente do Brasil, Campos Sales, e do rei D. Carlos⁴¹.

Por sua vez, *Atlântida: Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil* (1915-1921) era uma revista dirigida, concomitantemente, por João do Rio (Paulo Barreto) e por João de Barros, contando com a colaboração de Júlio Dantas, Olavo Bilac, Ronald de Carvalho, Graça Aranha, Afrânio Peixoto, Tristão de Ataíde, Teófilo Braga, Jaime Cortesão, Antonio Sérgio e Aquilino Ribeiro. No primeiro número da revista, sob a forma de manifesto, os diretores explicitavam a linha programática que pretendiam seguir:

Há muito tempo que a publicação d’uma revista literária que defendesse os interesses comuns do Brasil e de Portugal se impunha e se tornava indispensável. (...) As características especialíssimas criadas pela Guerra européia determinaram um irresistível movimento de solidariedade entre aqueles países e aqueles povos que vivem d’um mesmo ideal, que se alimentam da mesma tradição ou que descendem do mesmo tronco originário (...). Dentro da vasta família latina o Brasil e Portugal são, mais do que nenhuns outros países, fraternos e semelhantes. É uma banalidade afirmá-lo. É uma inutilidade repeti-lo. Acontecem, porém, que não se conhecem. (...) É precisamente para que Portugal conheça o Brasil e que o Brasil mais se aproxime de Portugal e melhor se conheça que se vai publicar a *Atlântida*. (...) É uma obra patriótica esta nossa. E ensinando as duas democracias que o Oceano Atlântico separa a melhor amar-se e compreender-se a *Atlântida* tentará substituir, no domínio intelectual e social aquele lendário continente que dantes ligou a América à Europa.⁴²

A cumplicidade cultural luso-brasileira também estaria patente nos periódicos *Orpheu* (1915), de Ronald de Carvalho e Fernando Pessoa, *A Rajada* (Lisboa e Rio de Janeiro, 1920), *Terra de Sol* (Rio de Janeiro, 1924), de Tasso da Silveira e Álvaro Pinto, *Presença* (Lisboa, 1927)⁴³ e *d’A Águia* (1910-1930), que, editada na cidade do Porto e no Rio de Janeiro (1920-21), publicava freqüentemente artigos dos brasileiros Ronald de Carvalho, Coelho Neto, Vincent de Carvalho e Lima Barreto. Além dessas cooperações, era expressiva a relação entre

39 Isabel Nobre Vargues. Cultura e política: relações luso-brasileiras nas mudanças de regime (1889-1874) In: *Portugal-Brasil no século XX*: Sociedade, Cultura e Ideologia, São Paulo, EDUSC, 2003. p. 285

40 Maria Isabel João. Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX. *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, n. 8 jan/mar 2000. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/percursmemo.htm>. Acesso em: 28 Jul 2008.

41 Isabel Nobre Vargues. Op. Cit., loc. cit.

42 Cf. *Atlântida*. Lisboa, nº 1, novembro de 1915.

43 Lucia Maria P Guimarães. A “*Sala do Brasil*”: Uma vitrine para a *Terra de Santa Cruz*; na *Universidade de Coimbra*. Conferência proferida em 7 de dezembro de 2007, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. MS. Inédito.

os modernistas portugueses e brasileiros, como prova a correspondência entre Oswald de Andrade e Antonio Ferro, nos anos 20, e entre Mario de Andrade e José Osório de Oliveira, nos anos 30. Não por acaso, o escritor e diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro, colaboraria nos números 3 e 5 da revista *Klaxon*. Os espaços literários e culturais do Brasil e de Portugal aproximavam-se cada vez mais.



Figura 10: Epitácio Pessoa e o almirante Canto e Castro vistos pela sátira de *O Século* (23/06/1919)

Nesse período, também era comum a publicação de artigos de escritores portugueses na imprensa brasileira, que, quando já não pertencia a algum português, contratava frequentemente redatores lusos. No Rio de Janeiro, diversos jornais divulgavam autores como Alberto d'Oliveira, Maria Amália Vaz de Carvalho, Luiz da Câmara Reis, Carlos Malheiro Dias e Jaime Séguier, o qual assinava uma coluna no *Jornal do Comércio*. Já no diário *O País*, de circulação nacional, era possível ler as “Cartas de Lisboa” de José Maria Alpoim, as “Cartas de Paris” de Xavier de Carvalho, bem como os artigos de Santo Tirso.

Essa identificação intelectual não se deu, contudo, apenas entre indivíduos, havendo também uma notável proximidade

ideológica entre as instituições científico-culturais brasileiras e portuguesas. É de conhecimento que, desde sua origem, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro manteve intelectuais portugueses em seus quadros, tanto na categoria de membros honorários quanto na classe dos correspondentes. Já a Academia Portuguesa da História, depois de reaberta em 1936, destinava dez dos seus cinqüentas assentos para acadêmicos de nacionalidade brasileira. Uma pesquisa realizada pela historiadora Lúcia Guimarães revela que, em 1937, essas vagas já se encontravam ocupadas, recaindo todas as indicações sobre sócios do Instituto Histórico, a saber: Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d'Escragnole Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge (Embaixador do Brasil em Lisboa), Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro

Calmon e Rodolfo Garcia⁴⁴. Outras duas instituições científico-culturais que também apresentavam certa afinidade entre si eram a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia das Ciências de Lisboa, em cujo Estatuto estava arrolado o objetivo de preservar e aperfeiçoar a língua portuguesa em coordenação com a ABL. Foi com essa solidariedade que, em 1931, ambas as Academias elaboraram o primeiro acordo ortográfico da língua Portuguesa, que seria posteriormente ratificado por Vargas em 1933.

Para o historiador português Antonio Rego, as relações culturais luso-brasileiras começaram a se firmar somente a partir de 1922, quando houve a visita do Chefe de Estado português, Dr. Antonio José de Almeida, às festas do Centenário da Independência do Brasil. Nessa ocasião, o Dr. Antonio José de Almeida aproveitou para abordar diversas questões, salientando a elaboração de um acordo literário, o qual foi levado às vias de fato em 26 de setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, pelo Dr. José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e pelo Dr. José Manuel Azevedo Marques (Ministro das Relações Exteriores)⁴⁵. Dois anos mais tarde, em 18 de outubro de 1924, foi assinado um acordo postal entre as duas nações, cujo primeiro artigo estipulava que os livros, brochados ou encadernados, as revistas e os jornais, expedidos pelos respectivos editores de cada um dos países contratantes com destino ao outro, gozarão da redução de 50% sobre as taxas internacionais em vigor. Já o artigo seguinte previa a mesma redução às publicações literárias e científicas dos dois países. Como bem observou o Pe. Antonio Rego:

Se houve certa dificuldade na conclusão do primeiro tratado comercial, não se registrou dificuldade alguma na assinatura de vários acordos de caráter cultural (...) os contatos culturais, por desinteressados, tem-se impostos a quantos, nas duas margens do Atlântico, se interessam pelo bem estar dos dois países.⁴⁶

Foi também no ano de 1922 que se deu a Semana de Arte Moderna, evento, aliás, que prometia interromper o diálogo literário entre Brasil e Portugal. Com efeito, a partir desse momento, observa-se um rareamento de trabalhos de autores portugueses nas revistas brasileiras, as quais buscavam desenvolver a brasilidade, ou seja, uma identidade própria e auto-referenciável do Brasil. Como se pronunciou Graça Aranha, antigo colaborador da revista *Atlântida*, em seu manifesto: (...) *em vez de tendermos para a unidade literária com Portugal, alarguemos a separação*⁴⁷. Entretanto, o modernismo representaria apenas uma pequena fissura no espaço cultural luso-brasileiro, pois, de acordo com João Almino, depois do modernismo, poetas brasileiros, como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade,

44 Lucia Maria P Guimarães. Intelectuais portugueses no Silogeu: IV Congresso de História Nacional (1949). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 165 (425): 58-59, out/dez 2004

45 Antonio da Silva Rego. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1966. p.113-114

46 Ibidem, P.112

47 Graça Aranha apud João Almino. Op. Cit. p. 130

ou portugueses, como Fernando Pessoa, foram lidos e comentados, indistintamente, no Brasil ou em Portugal. Ainda, segundo o mesmo autor, nos anos 30, haveria uma efetiva penetração da literatura brasileira na nação lusitana por meio dos romances regionalistas de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Amando Fonte, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz e Jorge Amado, que acabaram por influenciar o chamado neo-realismo português⁴⁸.

A despeito da Semana de Arte Moderna e do seu declarado antilusitanismo, o ano de 1922 foi bem significativo para as relações culturais luso-brasileiras. Para as comemorações do 1º centenário da Independência, o Real Gabinete tomou a iniciativa de editar por si próprio, em fascículos, a monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. A coordenação literária ficaria a cargo do cronista e romancista Carlos Malheiro Dias, enquanto que a direção artística seria responsabilidade de Roque Gameiro, e a parte cartográfica seria incumbência do Conselheiro Ernesto de Vasconcelos. Dessa grandiosa obra colaboraram as figuras mais eminentes dos dois países nas artes, nas ciências e na literatura, como Luciano Pereira da Silva, Duarte Leite, Júlio Dantas, Oliveira Lima, Paulo Merea, Pedro Azevedo, António Baião, Jaime Cortesão, Henrique Lopes de Mendonça, entre outros.

Além das relações estabelecidas por meio da ação de grupos privados, da cooperação entre instituições ou do concerto entre o Itamaraty e o Palácio das Necessidades, havia também aquelas relações culturais tidas como espontâneas, ou seja, que se constituíram de maneira fortuita ou acidental entre os indivíduos de ambas as nações. Esse tipo de relação costuma recrudescer-se com as migrações e a conseqüente formação de colônias no país estrangeiro. Como observa Williams Gonçalves, o fenômeno da imigração constitui uma espécie de ponte cultural entre os povos, e no caso do Brasil, a imigração de portugueses só fez reforçar as bases de um ligação que já existia, sobretudo devido à conservação de laços familiares deixados na mãe pátria, o que impedia uma completa ruptura com o passado português⁴⁹. Segundo o mesmo autor, entre os anos de 1901 e 1930, vieram para o Brasil 754.147 imigrantes portugueses. Já o período seguinte (1931-1950) assistiria a uma drástica redução da migração lusitana⁵⁰, o que, no entanto, não impediu que os vínculos culturais se reforçassem, tanto por força de iniciativas governamentais como institucionais.

Dentre as iniciativas de cooperação luso-brasileira destaca-se o I Congresso dos Portugueses do Brasil realizado, em 1931, no Real Gabinete Português de Leitura. Desse encontro resultou a criação da Federação das Associações Portuguesas, a qual tinha como

48 Ibidem, p. 131-133

49 Williams da Silva Gonçalves. *O Realismo da fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade Ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2003, p. 147-8

50 Ibidem, p. 149

objetivos: a exaltação de Portugal e do Brasil; o fortalecimento dos laços de amizade luso-brasileira; o testemunho público da gratidão dos portugueses pelo Brasil; a promoção e o patrocínio de comemorações e de festas de caráter patriótico que honrem Portugal. O primeiro presidente da referida Federação foi o escritor e historiador português Carlos Malheiro Dias, que seria o porta-voz das aspirações e dos anseios das mais de 80 associações que integravam o organismo federativo. Em decorrência do 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, passou-se a comemorar, anualmente, na sede do Real Gabinete, o “Dia de Portugal”, evento que contava com a presença de ilustres oradores luso-brasileiros. Mais tarde, em 1939, a Federação das Associações Portuguesas, sob o patrocínio do Embaixador de Portugal, promoveria a comemoração do 8º centenário da Batalha de Ourique (que representa a fundação política da nação portuguesa) com uma sessão solene no Real Gabinete Português de Leitura.

Por meio da comemoração das datas nacionais e do estímulo à conservação das tradições culturais populares, pretendia-se exaltar a história, difundir-se as artes, fomentar a unidade moral e congregar os imigrantes no culto da prática portuguesa, além de adensar os laços de amizade com o povo brasileiro, à base do sentimento comum de lusitanidade.⁵¹

Parecia, portanto, que os vínculos culturais existentes constituíam o caminho mais eficiente para facilitar o entendimento político-diplomático entre os governos instaurados por Salazar e por Vargas. A cultura, por certo, constitui um importante elemento na formulação de política externa de um país, sendo considerado um fator de associação ou mesmo de conflito entre Estados. Não é demais lembrar que afinidade cultural entre duas nações pode facilitar o diálogo e a compreensão recíproca, bem como reforçar interesses comuns, sejam eles econômicos, militares, geopolíticos, entre outros. Assim, se Getúlio Vargas e Oliveira Salazar tentavam revitalizar os tradicionais laços de amizade luso-brasileiros, bem como superar o relativo impasse que se impunha sobre as suas relações oficiais, a existência de um patrimônio cultural comum se afigurava como a via mais adequada. Nas palavras de Williams Gonçalves:

Quando os interesses de qualquer um dos dois Estados criam a necessidade de maior aproximação, é costume se valer dos elementos culturais para justificar a iniciativa. Nesses períodos, geralmente as trocas culturais acabam desempenhando papel central. Por outras palavras, as relações culturais entre os dois países terminam exercendo funções eminentemente políticas.⁵²

Para tal propósito, a história constituía um dos lastros mais fortes ao lado da língua comum. Brasil e Portugal se empenhariam na construção de um passado comum que

51 *Ibidem*, p. 153

52 Williams da Silva Gonçalves. *Brasil e Portugal no Sistema das Relações Internacionais*. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 35, 2003. p. 391

afirmasse não só a grandeza da obra civilizadora portuguesa, mas também a condição do Brasil como guardião do legado português, como bem deixou transparecer Salazar:

A história dos dois povos é comum a ambos, até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua língua e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quase um continente, um mundo novo, e dele jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade, em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão de ser herdeiros, em sagrada partilha conosco⁵³.

Fazendo eco com Salazar, o diplomata e escritor Alberto d'Oliveira escrevia o seguinte em sua *Carta ao Brasil sobre a sua participação e presença no Centenário de 1940*:

É preciso que a história do Brasil que se ensina em Portugal aos portugueses, e de Portugal que se ensina no Brasil aos brasileiros, não sofram de contradições graves, e fáceis de remediar desde que os historiadores dos dois países se concentrem e documentem mutuamente. Um acordo neste sentido geral será de altíssimas conseqüências⁵⁴.

Do ponto de vista brasileiro, não era tão simples moldar um passado comum e aceitar a herança deixada por Portugal, uma vez que setores mais nativistas da sociedade acreditavam, veementemente, que os obstáculos ao desenvolvimento do país estavam ligados às raízes portuguesas. Tampouco, era fácil incutir na mentalidade dos brasileiros que a Independência do Brasil não havia sido uma ruptura, e sim, como diriam os lusos, uma emancipação pacífica, tal qual faz um filho ao alcançar a sua maturidade. Ademais, haviam sido publicados, poucos anos antes, os livros *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Jr., e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, obras que enfatizavam a ruptura com o passado, que priorizavam a mudança em relação à continuidade, que preferiam o brasileiro ao português, o Brasil moderno ao tradicional⁵⁵. Não obstante, na contracorrente, surgia, nesse mesmo período, o grande livro conciliador do Brasil com Portugal: *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, o qual, no entender de Willians Gonçalves: (...) fez mais por essa reconciliação do que os esforços realizados pelos homens de governo, ao mesmo tempo em que preparou terreno para a exacerbada fraternidade luso-brasileira⁵⁶.

Casa Grande & Senzala trazia uma nova compreensão do passado brasileiro. A bem da verdade, não tão nova, pois Freyre retomava os fios da corrente historiográfica inaugurada por Varnhagen em meados do século XIX, a qual priorizava a continuidade em relação à

53 Antonio de Oliveira Salazar. Independência de Portugal (Nota oficiosa da Presidência do Conselho). *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.1, Jan, 1939. p. 3

54 Alberto de Oliveira. Op. p. 12

55 José Carlos Reis. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro, FGV, 1999. p 17

56 Willians da Silva Gonçalves. Op. Cit., 2003. p. 90

mudança, preferia o Brasil português ao Brasil brasileiro, a nação tradicional a nação moderna. Com efeito, Freyre, por meio de *Casa Grande & Senzala*, faria um reelogio à conquista e à colonização portuguesa, afirmando que a ação civilizatória lusa havia sido de fato um êxito. Êxito esse que transcendera o seu lócus original para se eternizar no mundo de alma português. Aqui, cabe ressaltar que uma das premissas fundamentais para entender a obra de Gilberto Freyre é a de que o autor compreende o Brasil em termos culturais e não raciais. Foi justamente com essa compreensão que Freyre reverteu a lusofobia difundida por setores da intelectualidade brasileira e mostrou os benefícios e as vantagens tanto do legado lusíada como da miscigenação do povo português com os ameríndios e os africanos.

Além de *Casa Grande & Senzala*, outra obra de Freyre que iria contribuir para a fraternidade luso-brasileira foi *O Mundo que o Português Criou* (1940), na qual o autor, por meio dos seus argumentos culturais, consagrou, de vez, a grandeza da ação colonizadora portuguesa, abarcando não apenas o Brasil, mas todo o Império lusíada:

O que os homens do Estado Novo [salazarista] não haviam ainda conseguido fazer - isto é, legitimar historicamente a ação colonizadora portuguesa, contrapondo ao discurso da racionalidade econômica um discurso fundado nos valores culturais-civilizacionais -, Gilberto Freyre o fez através da luso-tropicologia.⁵⁷

Gilberto Freyre é um exemplo de como um intelectual pode servir a propósitos políticos. Segundo Raymond Aron, os intelectuais são, de fato, importantes atores da política externa cultural, uma vez que são os construtores dos vínculos mais profundos⁵⁸. Foi com a percepção desse mecanismo - bem como dos vínculos já existentes entre os intelectuais brasileiros e portugueses - que Vargas procurou acercar-se, desde o início de seu governo, de letrados das mais diversas formações e correntes de pensamento para estreitar suas relações institucionais com o governo salazarista, de tal forma que a sua política envolveu a nomeação de intelectuais para postos de destaque, como também a criação de diversos órgãos capazes de atraí-los para junto do governo. Foi assim que, muitos dos eruditos que mantinham alguma relação com Portugal ou que eram membros do IHGB ou da Academia Brasileira de Letras foram agraciados com cargos na burocracia estatal. Intelectuais como Rodrigo Melo Franco de Andrade, jornalista e escritor, que foi chefe de gabinete de Francisco Campos (Ministro da Educação e Saúde Pública), chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e que fez parte da Comissão Brasileira nos Centenários Portugueses de 1940. Ademais, em termos institucionais, tem-se o exemplo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual desfrutava do mecenato de Vargas. Assim foi que, a partir de então, brasileiros ilustres

⁵⁷ Ibidem, p. 95

⁵⁸ Raymond Aron apud, Hugo R Suppo; Mônica L. Lessa. *Contribuciones teóricas y metodológicas al estudio de la dimensión cultural en las relaciones internacionales*. Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad, Buenos Aires, v. 28, 2004, p. 158

começaram a circular com assiduidade em Portugal, viajando, na maioria das vezes, a convite do Secretariado da Propaganda Nacional ou comissionados pelo Serviço de Cooperação Intelectual do MRE. Esse último patrocinara a viagem de Procópio Ferreira, para a apresentação da peça “Deus lhe pague”, de Joracy Camargo, no Teatro São Luiz, bem como a ida de Mário Melo, de Manuel Cícero Peregrino, de Gilberto Freyre e de Luiz Camilo de Oliveira Neto para o Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo⁵⁹.

Com efeito, o órgão público onde os intelectuais mais se fizeram presente, durante o primeiro governo Vargas, foi o Ministério das Relações Exteriores e suas representações. Aliás, no que tange as relações entre Brasil e Portugal, os intelectuais há muito já vinham servindo como diplomatas. João Almino revela que desde a segunda metade do século XIX existe uma linhagem de escritores que vinham cumprindo função diplomática ou consular em Portugal. Essa linhagem teria começado com Varnhagen e Gonçalves Dias, tendo continuação com Raimundo Correia, Oliveira Lima, Raul Bopp, Luiz Guimarães Junior, Cardoso de Oliveira, Guerra Durval, Álvaro Teixeira Soares, A.G. de Araújo Jorge, João Neves da Fontoura, Olegário Mariano, Heitor Lira, Álvaro Lins, Odilo Costa Filho, Oto Lara Resende, Josué Montello, Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, entre outros⁶⁰.

O escritor e Embaixador Alberto da Costa e Silva corrobora essa informação em seu livro *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, demonstrando que o Itamaraty é, desde sua origem, um celeiro de intelectuais. O fato, segundo Costa e Silva, não é de se estranhar, uma vez que a diplomacia brasileira, em seu momento inicial, estabeleceu seus alicerces no plano cultural por meio da atuação de escritores diplomatas como Gonçalves de Magalhães e Francisco de Adolfo Varnhagen. Ademais, os países americanos, após obterem a sua independência, costumavam mandar para a Europa os melhores quadros de sua elite intelectual como representantes oficiais. Para o Brasil, tratava-se, ainda, de mostrar que não apenas o Imperador fazia parte das grandes famílias reais européias, *mas que suas elites se entroncavam nas nobrezas do Velho Continente e que até mesmo aquela parcela que se via mais do que morena, por cabocla, mulata ou cafuzada, não destoava em conhecimentos e gostos dos seus pares da Europa*⁶¹. Desde então, o Ministério das Relações Exteriores tem sido, tradicionalmente, um pólo de atração de intelectuais oriundos dos mais variados campos do saber, sobretudo devido ao fato da carreira diplomática favorecer, em certa medida, a produção intelectual:

59 Lucia Maria P Guimarães, Op. Cit., 2007

60 João Almino. Op. Cit. p. 132

61 Alberto da Costa Silva. Diplomacia e cultura. In: _____ (Org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001. p. 22

Em alguns, o viver no estrangeiro favoreceu a criatividade. Noutros, dispersou-a. A fama deste cresceu com a distância e a duração do exílio, o mesmo exílio que para outros representou o esquecimento. Houve os que sempre viveram o dia-a-dia da saudade. E os que da terra natal emotivamente se apartaram. Os que não sabiam sonhar senão com o Brasil. E os que só conseguiam compor versos em Frances. Ou que pensavam que seus escritos não poderiam ter outro público se não o europeu.⁶²

Nesse contexto, merecem destaque as figuras de Arthur Guimarães de Araújo Jorge e de Hildebrando Accioly, os quais foram intelectuais para melhor serem diplomatas. Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores à época dos Centenários portugueses, Hildebrando Accioly⁶³ se dedicou com mais afinco ao tema do direito internacional como prova o seu monumental *Tratado de Direito Internacional Público* (1933-35). Não satisfeito, também se fez presente no campo da história, contribuindo com obras como *O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América* (1930) e *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai* (1938)

Arthur Guimarães de Araújo Jorge, por sua vez, fora ex-secretário e discípulo dileto do Barão do Rio Branco, herdando de seu mestre o estilo limpo, rigoroso e conciso, patente nas páginas de *Introdução às obras do Barão do Rio Branco* e *Ensaio de história e crítica*. Homem de confiança de Getúlio Vargas, A. G. de Araújo Jorge, foi nomeado, em 1936, para chefiar a Embaixada do Brasil em Lisboa, a qual vinha ganhando importância gradativamente. Veja o relato do novo Embaixador ao apresentar suas credenciais diplomáticas: (...) *aos governos do Brasil e de Portugal, além da fácil tarefa de aproximação moral e espiritual, cabe, sobretudo, a sagrada missão de velar pelos destinos futuros da raça luso-brasileira, não permitindo que se cerceie de uma polegada o patrimônio territorial herdado dos seus maiores*⁶⁴. Com efeito, A. G. de Araújo Jorge atuaria em Portugal priorizando as relações culturais entre os Governos de Vargas e de Salazar, bem como se pronunciando favoravelmente no que tange a questão colonial lusa.

O escritor, historiador e diplomata A. G. de Araújo Jorge foi, de fato, um importante agente para a promoção das relações culturais luso-brasileiras. Segundo Lúcia Guimarães, durante a vigência do seu cargo em Portugal, o diplomata: atuou em estreita sintonia com o *Programa moderno e prático de propaganda cultural do Brasil no estrangeiro* delineado por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde; converteu a Embaixada em um posto avançado do Serviço de Cooperação Intelectual; buscou incrementar as relações com o

62 Ibidem, p. 37-38

63 Sobre Hildebrando Accioly, Aberto da Costa e Silva escreveu: "Accioly foi um grande diplomata, mas sobretudo um homem de coragem e consciência. Embaixador na Europa, salvou numerosos judeus e outros perseguidos pelo nazismo, assumindo a responsabilidade de interpretar em favor do que julgava ser de seu dever as instruções recebidas, simulando mal compreendê-las ou lhes ignorando as intenções, quando não as rebatendo." Ibidem, p. 32

64 Lucia Maria P Guimarães, Op. Cit., 2007

Palácio das Necessidades e com o Secretariado da Propaganda Nacional, sendo figura cativa das cerimônias cívicas promovidas por Antonio Ferro, com que era avistado regularmente; estimulou a formação de novos redutos culturais como o Grupo de Estudos Brasileiros, instituído na cidade do Porto em 1936. Um ano mais tarde, sua intervenção seria fundamental para a inauguração da “Sala do Brasil”, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ademais, o erudito brasileiro freqüentava eventos artísticos, saraus literários e sessões científicas⁶⁵.

Do outro lado do Atlântico, o papel do intelectual diplomata seria representado sucessivamente por Alberto de Oliveira, Luís de Montalvor, Tomaz Ribeiro e também por Júlio Dantas. Os três primeiros exerceram postos na representação lusíada no Brasil, enquanto o último aqui esteve diversas vezes, cumprindo missões especiais.

Com efeito, Júlio Dantas, médico, político, diplomata, festejado teatrólogo e intelectual, constituía uma das principais referências literárias portuguesas, sendo rememorado principalmente por *A Ceia dos Cardeais* e *A Severa*. No âmbito dos Negócios Estrangeiros, Dantas é lembrado pela sua atuação à frente do Ministério entre os anos de 1921-23. Por suas qualidades de intelectual e de diplomata, Salazar o convidou para presidir a Comissão Nacional dos Centenários e o incumbiu de fazer os acertos da participação do Brasil nas festividades. Segundo Lúcia Guimarães, no “Ano Áureo” de Portugal, ao dar início aos trabalhos do *Congresso do Mundo Português*, Dantas anunciou a intenção de desenvolver um projeto luso-brasileiro de historiografia *em que se procurará, pela íntima cooperação dos investigadores e dos historiógrafos portugueses e brasileiros, o esclarecimento e a unidade de interpretação dos fatos que importam aos três primeiros séculos da história gloriosa do Brasil, patrimônio comum*⁶⁶. Por certo, diplomacia e cultura sempre andaram juntas, e seus agentes, o diplomata e o intelectual, não são mais do que as duas faces de uma mesma moeda.

O diplomata, como o poeta, trabalha com as palavras. Tendo por alvo destinatários tão diferentes e intenções quase opostas, ambos a usam para mostrar e para ocultar, para convencer e iludir. Ambos escrevem como o fingidor do poema de Fernando Pessoa. A fadiga de lidar quotidianamente com as palavras, para que não digam tudo e deixem sempre um aberto para o avanço ou o recuo, pode gastar no diplomata o poeta e o ficcionista, para os quais cada palavra está encharcada de memória e vale por um outro tipo de desenho, timbre, peso, compasso e colorido⁶⁷.

Dentre as idéias que permeavam as mentes dos intelectuais em ambos os lados do Atlântico nesse momento, salientava-se a aliança político-cultural entre Brasil e Portugal, e a

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ Júlio Dantas. *Discurso*. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa, v. XV, 1940, p. 17.

⁶⁷ Alberto da Costa Silva, *Op. Cit.*, p. 26

conseqüente formação de um bloco luso-brasileiro. Como se expressou, o escritor e historiador Carlos Malheiros Dias, em uma entrevista ao jornal *Diário da Manhã*:

Acredito que, antes, talvez, de findar o trágico século 20, as condições geográficas dos litorais atlântico-brasileiro e luso-africano e, bem assim, a localização das ilhas e arquipélagos de Fernando de Noronha, Cabo Verde, Açores e Madeira criarão uma aliança e uma nova política luso-brasileira! Acredito que, possivelmente, devido a essa grande cultura e a esses providenciais imperativos geográficos, o Atlântico Sul (que primeiro foi sulcado pelos navegadores portugueses) se converterá no gigantesco palco da ação triunfante da raça luso-brasileira, fixada e expandida na Europa, na América e na África.⁶⁸

Malheiro Dias não estava dizendo nada de novo. A idéia de firmar uma aliança com o Brasil e de formar uma comunidade luso-brasileira fora apresentada, pela primeira vez, em 1908, na Academia das Ciências de Lisboa, por Coelho de Carvalho, ganhando notável impulso com o início da Primeira Guerra nos dois lados do Atlântico. O poeta Olavo Bilac, na visita que realizou a Lisboa, em 1916, proclamou a (...) *existência de um novíssimo continente moral de amor e de defesa comum de Portugal e Brasil, as duas pátrias eternamente irmãs*⁶⁹. Por essa mesma época, no parlamento português, João Menezes argumentava que (...) *Brasileiros e portugueses têm de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar suas relações políticas, podendo ir muito além duma aliança*⁷⁰. No entanto, apesar da enorme agitação suscitada na imprensa e nos meio letrados, o debate sobre a pretendida comunidade luso-brasileira não alcançou maior ressonância no campo político institucional⁷¹.

As Comemorações Centenárias de Portugal, bem como a participação do Brasil naqueles festejos prometia trazer novamente à tona o projeto de formação de uma comunidade luso-brasileira, sobretudo, quando se sabe que Brasil e Portugal atravessavam contextos político-ideológicos semelhantes, marcados por forte afirmação nacionalista. Nos dois países, os governos autoritários instaurados por Getúlio Vargas e por Oliveira Salazar desenvolviam políticas públicas direcionadas para a valorização da nacionalidade, procurando, por meio das glórias do passado, legitimar o presente. Ou seja, em ambos os casos buscava-se a consagração dos regimes políticos vigentes, não por acaso batizados com a mesma designação: Estado Novo⁷².

Seria, portanto, por meio da raiz cultural comum que Vargas procuraria se acercar da velha metrópole - que, no seu entender, representava as origens da raça, da língua, da religião, das tradições e dos costumes culturais da jovem nação americana - para levar a cabo sua

68, Carlos Malheiro Dias. As condições geográficas dos litorais atlântico-brasileiro e luso-africanos e, bem assim, a localização das ilhas e arquipélagos de Fernando de Noronha, Cabo Verde, Açores e Madeira criarão uma aliança e uma nova política luso-brasileira. *Diário da Manhã*, Lisboa, 10 Ago 1941.

69 Olavo Bilac apud Lucia Maria P Guimarães, Op. Cit., 2007

70 Nuno Simões apud Lucia Maria P Guimarães, Op. Cit., 2007

71 Lucia Maria P Guimarães, Op. Cit., 2007

72 Lucia Maria P Guimarães, Op. Cit., 2005 p. 59

política externa pragmática. Da mesma forma, apelando para a herança cultural existente, o governo de Salazar procurava atrair o Brasil para os seus festejos, a fim de exhibir a grande obra da ação civilizatória portuguesa.

2 O BRASIL NA “ARENA PACÍFICA” DE PORTUGAL

2.1 - Ajudando a fazer as “honras da casa”.

Durante as festas centenárias de Portugal, estiveram presentes representações especiais de diversos países, tais como: Alemanha, Argentina, Bélgica, Chile, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Finlândia, Grécia, Hungria, Itália, Iugoslávia, Japão, México, Letônia, Lituânia, Noruega, Países-Baixos, Paraguai, Polônia, Peru, România, Santa Sé, São Salvador, Suécia, Suíça, Turquia, União Sul-Africana, Uruguai, Venezuela. O Brasil também se faria representar por meio de uma *Embaixada Especial*. Contudo, à antiga colônia se deu situação à parte, pois, o governo de Vargas fora solicitado para colaborar também na organização das festas, “ajudando a fazer as honras da casa”. E isso significava estar ao lado do governo de Salazar nas principais celebrações do *Ano Áureo*, bem como participar de determinados eventos como a *Exposição do Mundo Português* e o *Congresso Luso-Brasileiro de História*.

A princípio, pensou-se que a contribuição brasileira às efemérides portuguesas se daria apenas no âmbito das instituições científico-culturais, aproveitando-se do bom entendimento que marcava as relações dos intelectuais de ambos os países. Aliás, fora este o encaminhamento tomado, a priori, por Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários, que cedo começou uma ativa troca de correspondências com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e com a Academia Brasileira de Letras (ABL) a fim de solicitar a colaboração das instituições acadêmicas brasileiras e de seu círculo de amigos do lado de cá do atlântico. Por seu turno, o IHGB e a Academia Portuguesa da História, diante do convite feito por Dantas, passaram a delinear, conjuntamente, uma série de planos de trabalho para o *Ano Áureo* (publicações coletivas, visitas recíprocas e missões exploratórias de pesquisa). Ademais, o IHGB, com o intuito de consolidar suas sugestões perante os organizadores do Congresso Luso-Brasileiro de História, procurou a cooperação da ABL para formar um comitê misto. Segundo Lúcia Guimarães, o grupo integrado pelos intelectuais Basílio de Magalhães, Max Fleüiss, Alfredo Valadão, Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Canabarro Reichardt e Emílio de Sousa Doca formulou um conjunto de temas para estudos e os encaminhou ao setor responsável pelo planejamento do Congresso, dirigido pelo

historiador Carlos Malheiros Dias e pelo Dr. Queiroz Veloso, membro da Academia das Ciências.¹

Contudo, esse entusiasmo institucional estava com os seus dias contados. A documentação existente no Arquivo Histórico do Itamaraty revela que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) passou a intervir progressivamente de forma a tornar-se o principal interlocutor com o governo português, desaprovando as comunicações diretas entre a Comissão Nacional dos Centenários e as instituições científico-culturais brasileiras, as quais seriam afastadas do centro decisório e tornar-se-iam meras coadjuvantes do Itamaraty. Com isso, a correspondência entre o presidente da Comissão Nacional dos Centenários e as corporações acadêmicas brasileiras cessaria. Esse processo de intermediação fica ainda mais claro quando se examina um conjunto de correspondências sobre uma solicitação feita pelo Governo de Portugal às sociedades históricas e geográficas, às bibliotecas, aos arquivos e aos museus brasileiros para tornarem disponíveis materiais que de alguma maneira estivessem ligados à história lusíada. Nota-se que o contato não foi feito entre a Embaixada de Portugal e as instituições mencionadas, mas sim direcionado ao próprio Ministério das Relações Exteriores:

O Ministro de Estado das Relações Exteriores [Oswaldo Aranha] cumprimenta atenciosamente o Embaixador de Portugal [Martinho Nobre de Melo] e, acusando o Recebimento do Memoradum sobre as comemorações do Centenário da Fundação de Portugal como Nação, bem assim o da Restauração da sua Independência, tem a honra de informar sua Excelência que este Ministério levou o assunto em apreço do conhecimento das autoridades e sociedades interessadas a fim de facilitar, como pede, no momento oportuno, a obtenção dos elementos que de algum modo estejam ligados à história antiga ou moderna de Portugal².

Em seguida a esse ofício, há uma série de cartas assinadas por Hildebrando Accioly (Secretario Geral do Ministério das Relações Exteriores) e endereçadas a todos os Ministros e Interventores Estaduais, assim como aos dirigentes de organismos como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, a Associação de Imprensa, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, a Universidade do Rio de Janeiro entre outros, aos quais informavam sobre a solicitação feita pelo representante português, repassando, em anexo, o referido memoradum. Fica claro, portanto, que só após a prévia apreciação do Itamaraty o assunto seria encaminhado às autoridades e sociedades de interesse. Por fim, aparece outra série de correspondências que trazem as respostas de cada um dos organismos contatados, todas endereçadas ao Ministério das Relações Exteriores, como já era de se esperar.

¹ Lúcia Guimarães. *A censura do Palácio do Catete e o malogro do Congresso Luso-Brasileiro de História* (Lisboa, 1940). Conferência proferida no Centro de Estudos de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, em 27 de janeiro de 2009.

² Oswaldo Aranha. *Ofício encaminhado ao Embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo*. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

Outro fato importante que denota um cerceamento da autonomia das corporações acadêmicas, no que diz respeito à participação nas Comemorações Centenárias, se deu com a criação da Comissão Brasileira dos Centenários.

Senhor Ministro,

Em adiantamento ao meu memorando de 10 de Março de 1939, depois de madura meditação, venho trazer ao conhecimento de Vossa Excelência os nomes que me pareceram mais indicados para constituírem a Comissão Brasileira que deverá cooperar com o Itamaraty na organização de uma eficiente representação do Brasil nas comemorações do oitavo centenário de Portugal e o terceiro da sua restauração.

.....
A comissão tem por fim coordenar o trabalho parcial de cada Ministério integrando no plano geral a ser submetido ao Senhor Ministro Osvaldo Aranha.

Os nomes apontados constituirão a comissão do Ministério do Exterior sem prejuízo das funções que, atualmente, cada um estiver exercendo. As reuniões terão lugar no Itamaraty, uma vez cada quinze dias ou semanalmente se for necessário.

Caio de Mello Franco³

Não obstante, o grande golpe veio quando o presidente Getúlio Vargas baixou os decretos-lei nº 1410/39, que concedia a abertura de crédito especial ao Ministério das Relações Exteriores no valor de três mil contos de réis para atender a todas as despesas relacionadas com a representação brasileira nas *Comemorações Centenárias*⁴, e o nº 1565 de 5 de setembro de 1939, o qual, segundo a sua ementa, dispunha sobre a nomeação de Delegados do Brasil a Congressos, Conferências e reuniões internacionais no país ou no estrangeiro. De acordo com seus termos, o decreto previa entre outras resoluções:

Art. 1º Os convites dos Governos estrangeiros para o Brasil comparecer a Congressos, Conferências e reuniões internacionais deverão ser endereçados ao Ministério das Relações Exteriores; a ele deverão igualmente ser encaminhados os recebidos pelos demais Ministérios e outras autoridades.

Art. 2º As nomeações de Delegados do Brasil às reuniões referidas no artigo anterior, no país ou no estrangeiro, serão feitas por decreto do Presidente da República, referendado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 4º O Ministério das Relações Exteriores, logo que for publicado o decreto de nomeação do Delegado lhe fornecerá instruções gerais e solicitará do Ministério, cujo assunto da reunião mais interessar, que lhe dê as recomendações especializadas ou de ordem técnica.

Art. 5º Os Delegados deverão informar o Chefe da Missão diplomática brasileira no país, onde estiver se realizando a reunião; da marcha dos seus trabalhos, e, sendo necessário, pedirão instruções complementares ao Ministério das Relações Exteriores por intermédio do mencionado agente diplomático.

Art. 7º Cumpre aos Delegados apresentar relatório dos seus trabalhos e observações, bem como cópias das atas finais, regulamentos e outros documentos emanados do Congresso, Conferência ou reunião internacional a que assistirem, em três coleções, a primeira destinada à Secretaria da Presidência da República, a segunda ao

³ Caio de Mello Franco. *Ofício encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. 15 mar 1939*. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

⁴ BRASIL. *Decreto-Lei nº 1410, de 11 de julho de 1939*. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939, volume IV, julho-setembro de 1940. <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/república/Leis1939vVI.550p/pdf01.pdf>. Acessado em 10/12/2008.

Ministério das Relações Exteriores e a terceira ao Ministério mais interessado no assunto.⁵

A criação da Comissão Brasileira dos Centenários e os decretos baixados por Vargas deixam claro que a representação brasileira no além-mar deveria ser organizada sob a tutela da ordem política vigente, de forma a resguardar a unidade cultural e ideológica⁶. Sabe-se, que nesse momento, tanto a cultura como a ideologia são fatores cruciais da política, cabendo, portanto, ao Estado intervir nos assuntos que lhe são inerentes. Não por acaso, a participação brasileira nas Comemorações Centenárias extrapolaria o simples intercâmbio de pessoas e de acervos entre as instituições científico-culturais luso-brasileiras e se converteria em tema de discussão entre as chancelarias do Rio de Janeiro e de Lisboa. O MRE tornar-se-ia o mediador central do Brasil nos festejos, contando principalmente com a colaboração de dois grupos: a Comissão Brasileira dos Centenários e a *Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal*, ambas presididas pelo General Francisco José Pinto.

A princípio, a Comissão Brasileira dos Centenários seria composta por um representante de cada Ministério, conforme proposto por Caio de Mello Franco, Chefe da Divisão de Cerimonial do Itamaraty. Contudo, Getúlio Vargas decidiu por bem nomear, a 29 de março de 1939, os seguintes nomes: Caio de Mello Franco (Ministro Plenipotenciário); Abelardo Bretanha Bueno do Prado (Conselheiro de Embaixada); Heitor Lyra (Conselheiro de Embaixada), Major Francisco Affonso de Carvalho; Capitão de Fragata Didio Iratim Affonso da Costa; Dr. Osvaldo Orico; Rodrigo de Mello Franco de Andrade; Antonio Augusto de Lima Jr. (Delegado Executivo). A Comissão, instalada no Palácio do Catete e com reuniões semanais ou quinzenais nos salões do Itamaraty, tinha como principal função auxiliar o MRE a organizar uma eficiente representação brasileira, afinal o país fora convidado a “fazer as honras da casa”. Sobre a Comissão, o Gal. Francisco José Pinto, seu presidente, fez a seguinte apreciação:

Aqui, contamos com o encorajamento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. O eminente General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, assim como o Ministro da Marinha, executam os seus programas parciais. O ilustre Chanceler Osvaldo Aranha, segundo estou informado, envidará esforços para que a nossa representação diplomática tenha maior brilho. (...) não poupo esforços para que a comissão que me foi confiada pelo Senhor Presidente tenha o mais completo êxito. Para isso conto com a dedicação e o trabalho dos meus colaboradores imediatos. (...) O programa da comissão que presido já é do domínio público. Estamos executando.⁷

5 BRASIL. *Decreto-Lei nº 1565, de 5 de setembro de 1939*. Disponível em

<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/visualizarNorma.html?ideNorma=411500&PalavrasDestaque>. Acessado em 10/12/2008.

6 Maria Helena Rolim Capelatto. *Multidões em cena: a propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas (SP): Papyrus, 1998, p. 100-103.

7 Francisco J Pinto. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maio 9884.

Com efeito, os trabalhos da Comissão eram orientados por um documento intitulado *Bases de um Programa de Participação do Brasil nas Comemorações Centenárias Portuguesas de 1940*, o qual previa as seguintes ações:

- I - Constituição de um Pavilhão na Exposição do Mundo Português;
- II - Organização de uma exposição cultural, contendo tudo quanto puder interessar a História e a Geógrafa comum aos dois países;
- III - elaboração de livros, memórias, estudos, etc. que representem a colaboração espiritual do Brasil na História comum aos dois países;
- IV - Assinatura de uma série de atos internacionais, que aproximem e estreitem ainda mais os laços que unem as duas nações-irmãs;
- V - Envio de uma delegação, onde figurem as classes representativas da nação;
- VI - oferta a Portugal, como forma tangível do nosso apreço pela colaboração comum na era colonial, de uma estátua do padre Antonio Vieira.
- VII - Restituição a Portugal dos numerosos pacotes existentes no Ministério das Relações Exteriores, de interesse exclusivo para a história militar portuguesa na Europa.⁸

Percebe-se que o *Congresso Luso-Brasileiro de História*, que antes fora a preocupação principal de Júlio Dantas, nem aparece nas orientações elencadas pela Comissão. Lúcia Guimarães também notou esse “relaxamento” em relação ao *Congresso*: (...) *as fontes evidenciaram que o Palácio do Catete acabaria por priorizar a participação brasileira na Exposição do Mundo Português (...) para os propósitos dos dois governantes, a Exposição se afigurava bem mais conveniente do que uma reunião de historiadores*⁹. De fato, tal era a importância da *Exposição* para Vargas, vista como uma vitrine para o Brasil na Europa, que a mostra desfrutaria de um tratamento diferenciado pela Comissão, demandando, inclusive, a nomeação de um delegado permanente, o Dr. Augusto de Lima Jr., o qual residiria em Lisboa por mais de um ano com o propósito de acompanhar melhor a montagem do Pavilhão do Brasil e *para assentar a natureza dos documentos históricos e culturais brasileiros que nele deveriam figurar*¹⁰. Some-se ainda a essas providências, o esforço feito para o transporte do material em um contexto internacional tão adverso como o da 2ª Guerra Mundial, bem como o envio de uma embaixada especial para representar o Brasil em Portugal durante dois meses. Como registrou um membro da *Embaixada*: (...) *no dia seguinte [a partida do Brasil] recebia-se a bordo a notícia surpreendente e consternante da invasão da Holanda e da Bélgica pela Alemanha. Esse acontecimento e os que se lhe seguiram determinaram um certo estado de desassossego durante toda a viagem.*¹¹

⁸ *Bases de um Programa de Participação do Brasil nas Comemorações Centenárias Portuguesas de 1940*. 12 abril 1939 Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

⁹ Lúcia Guimarães. Op. Cit.

¹⁰ Caio de Mello Franco. *Memorandum encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha*. 8 Nov 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

¹¹ Francisco J Pinto. *Relatório da Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal*. Out 1940. Comemorações Centenárias (Portugal), Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 788 Maço 10972.

Apesar de haver uma preocupação maior para com a *Exposição do Mundo Português*, a *Comissão Brasileira dos Centenários* esteve por trás de cada acerto feito sobre a participação do Brasil na terra de Salazar como atesta o vai e vem dos ofícios e telegramas, confabulando até mesmo sobre as dimensões arquitetônicas e a estética de seu Pavilhão.

Senhor Ministro,

De acordo com o que expus a Vossa excelência, tive uma conferência reservada, durante um almoço no Jockey Club, com o Embaixador de Portugal Senhor Martinho Nobre de Mello, relativamente aos principais pontos de representação brasileira às festas do oitavo centenário da fundação de Portugal.

Tendo Sua Excelência o Senhor Presidente da República aceito o oferecimento de um pavilhão para o Brasil, a ser construído pelo Governo de Portugal - começamos por tratar da questão referente à posição do Brasil, no conjunto do plano geral organizado pela Comissão oficial presidida pelo Doutor Júlio Dantas, em Lisboa. Mostrou-me o Doutor Nobre de Mello, confidencialmente as instruções que recebera para organizar com o Governo brasileiro as bases de um programa de representação. Essas instruções contêm uma parte com a qual não concordou o representante de Portugal. Dizia, um dos itens, que o pavilhão do Brasil, conforme a carinhosa sugestão de um ilustre brasileiro de passagem por Portugal, deveria estar incluído na “Expansão do Mundo português”.

Em telegrama retrucou o Senhor Nobre de Mello que tal sugestão, se publicada, provocaria suscetibilidades justas entres os brasileiros.

Respondeu, então, a Comissão de Lisboa que deixava ao Embaixador a inteira liberdade de ação nesse ponto, desde, entretanto, que a futura construção fosse incluída no plano geral das obras e arquitetonicamente uma construção na forma portuguesa.

Sugeri ao Embaixador que esse pavilhão fosse em estilo barroco, visto como o manuelino era sem expressão para nós brasileiros, lembrando, ainda, que as linhas gerais obedecessem a uma possível reprodução de qualquer dos edifícios famosos desse estilo no Brasil.

Prometi fornecer ao Embaixador, de colaboração com o Doutor Augusto de Lima Junior, alta autoridade na matéria, detalhados elementos sobre a estilística proposta. Esta é o barroco de Villa Rica, considerado, geralmente, como destacada expressão brasileira.(...).

Respeitosamente,
C. de Mello Franco¹²

A *Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal* foi designada em 6 de abril de 1940 pelo Presidente Getúlio Vargas após longas discussões nos salões do Itamaraty. Apesar dos sucessivos convites de Salazar, que buscou até a intermediação do Cardeal Cerejeira, Vargas havia decidido não comparecer às Comemorações Centenárias, dando como desculpa a situação de guerra. Assim, ele resolvera reunir um grupo de homens que, por suas atividades, pela natureza de seus cargos ou por sua expressão própria, pudessem representá-lo. Em decreto lavrado em 2 de abril de 1940, ele nomeou os doze membros que comporiam a *Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal*. A representação seria encabeçada pelo chefe de sua casa militar, o General Francisco José Pinto, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

¹² Caio de Mello Franco. *Ofício encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Ananha. 10 mar 1939*. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

da missão. O general era pessoa de inteira confiança do Presidente e já havia demonstrado sua desenvoltura e aceitabilidade, pelos portugueses, quando atuou como presidente da *Comissão* que preparou a participação brasileira nas efemérides. Para acompanhar o Gal José Pinto foram designados o Sr. Edmundo da Luz Pinto (Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário); o Sr. Olegário Mariano (Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário); o Sr. Caio de Mello Franco (Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário); o Capitão de Mar e Guerra Rodolfo Fróes da Fonseca (Representante da Marinha); o Tenente-coronel Tristão de Alencar Araripe, (Representante do Exército); o Major Francisco Afonso de Carvalho (Representante do Exército); o Capitão-Tenente Augusto do Amaral Peixoto Junior (Representante da Marinha); o Senhor Jorge Emilio de Souza Freitas (Secretário); o Dr. José Júlio Galliez, (Secretário); o Capitão Euclides Fleury (Assistente militar); o Dr. Hugo de Macedo (Adido). A esses senhores, além de suas esposas, se juntariam o Embaixador do Brasil em Lisboa, Arthur Guimarães de Araujo Jorge, e o Delegado Executivo do Brasil nas Comemorações Centenárias, Augusto de Lima Junior, totalizando 19 membros.

Até o momento, viu-se que as Comemorações Centenárias de Portugal, em essência, consistiam em um evento histórico-cultural de pura exaltação nacionalista, que contaria com congressos, exposições e festividades. Para a ocasião, o governo português solicitou a colaboração do Brasil. Essa postura não apenas evidenciava uma crescente aproximação entre os dois governos, como também deixava claro o papel do Brasil como um importante parceiro de Portugal. A princípio, pensou-se que a aproximação luso-brasileira dar-se-ia no âmbito dos clássicos circuitos literários, envolvendo apenas intelectuais. Contudo, a partir do exame da documentação disponível, constatou-se que a participação brasileira nas *Comemorações Centenárias* havia extrapolado o simples intercâmbio entre as instituições científico-culturais, convertendo-se em tema de discussão entre as chancelarias do Rio de Janeiro e de Lisboa.

A *Embaixada Especial do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal* também se revelaria algo mais do que uma simples missão diplomática de representação. Considerando os dados prosopográficos da *Embaixada* descobre-se um novo aspecto da aproximação luso-brasileira, o qual aponta para interesses militares. Vale lembrar que as celebrações dos centenários portugueses ocorreram em tempos conturbados, quando eclodia a 2ª Grande Guerra na Europa.

Tendo como fonte os currículos dos doze elementos que constituíam a *Embaixada*, procurou-se extrair as seguintes informações: data e local de nascimento; formação superior; afiliação em associações, institutos, academias, etc.; profissão à época do evento; e função na

Embaixada. Ainda que estes sejam itens básicos de um currículo, nem todos foram informados pelos seus autores, não se obtendo, por vezes uma resposta ou, pelo menos, uma resposta estatisticamente viável.

Os primeiros dados relativos à *Embaixada Especial do Brasil* a serem averiguados foram a data e o local de nascimento:

Membro	Data de nascimento	Idade em 1940	Local de nascimento
Gal Francisco José Pinto	2 de março de 1883	57 anos	Santa Maria, RS.
Cap Rodolfo Fróes da Fonseca	30 de abril de 1883	57 anos	Porto Alegre, RS.
Ten Cel Tristão de Alencar Araripe	23 de agosto 1884	56 anos	_____, ES.
Sr. Olegário Mariano	24 de março de 1889	51 anos	Recife, PE.
Sr. Caio de Mello Franco	3 de maio de 1896	44 anos	Montevidéu, UR.
Maj Francisco Afonso de Carvalho	18 de outubro de 1897	43 anos	Rio de Janeiro, RJ.
Dr. Hugo de Macedo	31 de Julho de 1897	43 anos	Juiz de Fora, RJ.
Sr. Edmundo da Luz Pinto	5 de janeiro de 1898	42 anos	_____, SC.
Sr. Jorge Emilio de Souza Freitas	28 de novembro de 1901	39 anos	Rio de Janeiro, RJ.
Cap ten Augusto do Amaral Peixoto	7 de novembro de 1901	39 anos	Rio de Janeiro, RJ.
Cap Euclides Fleury	8 de maio de 1905	35 anos	Curitiba, PR.
Dr. José Júlio Galliez	26 de dezembro de 1907	33 anos	Petrópolis, RJ.

Quadro 2 – Data e local de nascimento dos membros da Embaixada. Fonte: Tabela elaborada a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial

De acordo com a quadro acima, percebe-se que a faixa etária dos componentes da *Embaixada* variava de 32 anos a 57 anos, sendo a média de idade entre eles de 44 anos. Quanto à naturalidade/nacionalidade, infere-se, ainda, que os integrantes da *Embaixada* eram provenientes de territórios nacionais distintos, tendo, o Diplomata Caio de Mello Franco, nascido no exterior. Contudo, é válido lembrar que, segundo a Constituição Brasileira de 1891¹³, eram considerados cidadãos brasileiros, entre outros critérios: os filhos de pai brasileiro que estiver em outro país a serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; e os filhos de pai brasileiro, nascidos em país estrangeiro, mas que vierem estabelecer domicílio na República. Ora, Caio de Melo Franco nasceu em Montevidéu (Uruguai), ao tempo em que seu pai, Afrânio de Melo Franco, ali exercia as funções

13 BRASIL, *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm Acesso em: 8 de fev. 2008

diplomáticas. Em 1902, com 6 anos, Caio de Melo Franco volta para o Brasil passando a residir em Belo Horizonte (MG) e depois no Rio de Janeiro (RJ), onde o seu pai fora eleito deputado federal durante vários mandatos até 1930. Portanto, podemos considerar Caio de Mello Franco um cidadão brasileiro, e como o Distrito Federal foi onde o diplomata Caio de Mello Franco domiciliou por mais tempo, considerar-se-lo-á, para efeitos estatísticos, como natural do Rio de Janeiro.

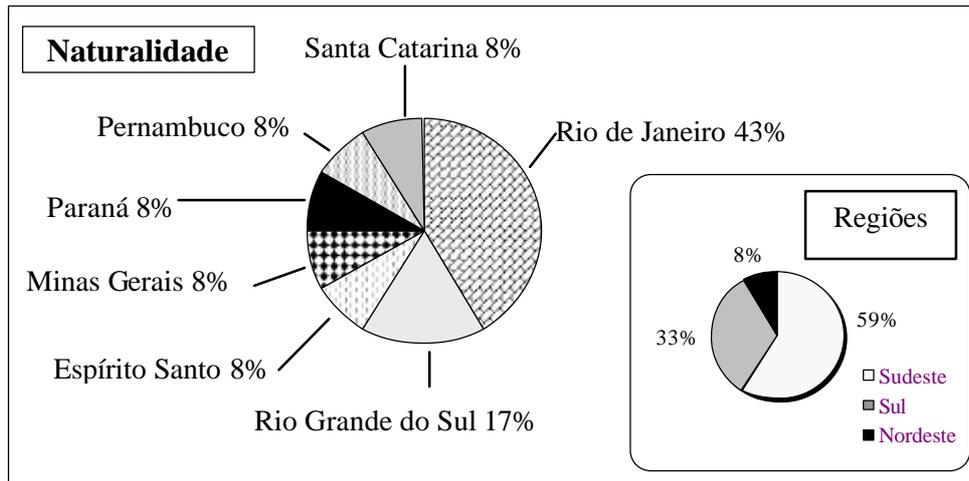


Gráfico 1 – Naturalidade dos membros da Embaixada. Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial

No **gráfico 1**, nota-se que a maioria dos membros era proveniente do Estado do Rio de Janeiro, representando quase a metade do total de integrantes da *Embaixada* (45%). Logo em seguida vem o grupo formado pelos naturais do Rio Grande do Sul (15%) - Estado natal de Vargas-, sucedido pelos nascidos no Espírito Santo (8%), em Minas Gerais (8%), em Pernambuco (8%), no Paraná (8%) e em Santa Catarina (8%), com o mesmo percentual. Se os Estados forem reunidos em regiões, ter-se-ão dois grandes grupos: os estados do sul e os estados do sudeste. A região nordeste possui apenas um representante, o poeta Olegário Mariano, o qual, a bem da verdade, se mudou para a Capital do país quando tinha apenas 8 anos. O fato é que todos os integrantes da *Embaixada* especial, sem exceções, acabaram, mais cedo ou mais tarde transferiram-se para a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, o que se pode averiguar a partir dos dados referentes à sua formação.

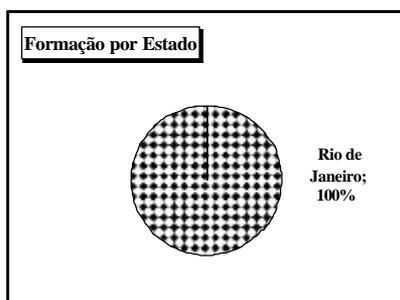


Gráfico 2 – Formação por Estado. Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial

Como já havia notado Tânia Bessone Ferreira, a cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, era um importante centro de atividades burocráticas e políticas, e por isso havia a tendência dos formados de se concentrarem nela, principalmente os advogados¹⁴. Parece que o quadro não mudou muito durante as primeiras quatro décadas do século XX, havendo ainda no Rio de Janeiro a concentração não só de advogados, mas também de militares. O fato de todos os integrantes da *Embaixada* terem estudado no Rio de Janeiro é bastante relevante, pois já revela certa conformidade entre eles. Observando o **Quadro 3**, perceber-se-ão outras afinidades entre os representantes brasileiros:

Membro	Formação Superior	UF
Dr. Hugo de Macedo	Escola Militar do Realengo	RJ
Maj Francisco Afonso de Carvalho	Escola Militar do Realengo	RJ
Gal Francisco José Pinto	Escola Militar do Realengo	RJ
Tem Cel Tristão de Alencar Araripe	Escola Militar do Realengo	RJ
Cap Euclides Fleury	Escola Militar do Realengo / Escola Politécnica do Rio de Janeiro (engenheiro geógrafo e engenheiro civil)	RJ
Cap tem Augusto do Amaral Peixoto	Escola Naval do Rio de Janeiro	RJ
Cap Rodolfo Fróes da Fonseca	Escola Naval do Rio de Janeiro	RJ
Sr. Edmundo da Luz Pinto	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro	RJ
Sr. Caio de Mello Franco	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	RJ
Sr. Jorge Emilio de Souza Freitas	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	RJ
Dr. José Júlio Galliez	Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro	RJ
Sr. Olegário Mariano	Matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas não chegou a iniciar o curso.	RJ

Quadro 3 – Formação superior dos membros da Embaixada. Fonte: Tabela elaborada a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial

Cinco dentre os doze membros da *Embaixada* cursaram a Escola Militar do Realengo e dois a Escola Naval. É interessante também saber que o diplomata Edmundo da Luz Pinto cursara o Colégio Militar do Rio de Janeiro antes de entrar na faculdade. O Capitão Euclides Fleury, por ter participado do movimento revolucionário de julho 1922 foi desligado da Escola Militar, só retornando depois da Revolução de 30. Nesse ínterim ele se matriculou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se graduou como engenheiro geógrafo e engenheiro civil. Entre os outros quatro integrantes da *Embaixada* que optaram pelo ensino universitário, um cursou a Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, e três a Faculdade de direito. Caio de Mello Franco graduou-se pela Faculdade Livre de Direito do

¹⁴ Tania Bessone Ferreira. *História e Prosopografia*. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Conferencias/Ferreira%20Tania%20M%20T%20B.doc> Acesso em: 15 de jan 2008.

Rio de Janeiro. Edmundo da Luz Pinto teve seu título conferido pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Por sua vez, Jorge Emílio de Souza Freitas colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, que é resultado da fusão, em 1920, das duas faculdades de direito anteriormente citadas. O poeta Olegário Mariano chegou a matricular-se na Faculdade de Direito, mas não iniciou o curso, pois foi trabalhar no cartório do pai.

A afinidade entre os membros fica ainda mais clara se agruparmos suas formações superiores em áreas afins:

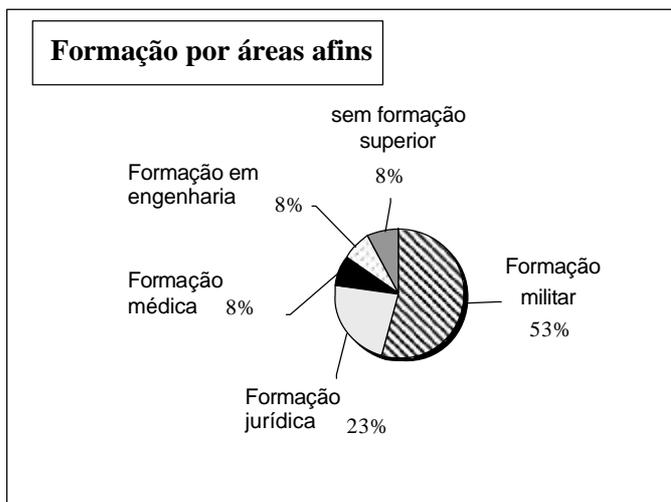


Gráfico 3 – Formação superior dos membros por áreas afins. Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial

Por meio do **gráfico 3**, percebe-se que mais da metade do grupo referido possuía formação militar (53%) e que mais de um quinto possuía formação jurídica (23%). As informações expostas nos gráficos 2 e 3 já apontam algo sobre o caráter da *Embaixada*: ela possuía cunho eminentemente militar. A constatação é reforçada pelos dados do **Quadro 4**, que dizem respeito à afiliação dos membros a clubes, sociedades, institutos culturais e científicos, academias, etc.:

Membro	Afiliação
Gal Francisco José Pinto	Fundador do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
Sr. Olegário Mariano	Membro da Academia Brasileira de Letras
Ten Cel Tristão de Alencar Araripe	Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
Maj Francisco Afonso de Carvalho	Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Sr. Edmundo da Luz Pinto	Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros / sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico de Santa Catarina, do Instituto Histórico de Petrópolis/ membro da Academia Catarinense de Letras/ sócio correspondente do Ateneu Ibero Americano de Buenos Aires / sócio honorário Associação da Concórdia Americana e do Circulo de Estudos Diplomáticos, ambos de Buenos Aires / membro honorário do Instituto Argentino de Direito Internacional / sócio titular da Sociedade Brasileira de Direito Internacional / sócio honorário do Liceu Literário Português / Ex-vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política / membro honorário do Colégio de Advogados do Peru / Presidente da Associação Brasileira de Assistência aos Cancerosos
Cap Tem Augusto do Amaral Peixoto	Tesoureiro do Clube 3 de Outubro
Sr. Caio de Mello Franco	
Dr. Hugo de Macedo	
Cap Rodolfo Fróes da Fonseca	
Sr. Jorge Emilio de Souza Freitas	
Dr. José Júlio Galliez	
Cap Euclides Fleury	

Quadro 4 – Afiliação dos membros da Embaixada. Fonte: Tabela elaborada a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial.

Apenas 6 membros, ou seja, metade dos componentes da *Embaixada* pertencia ou pertenceu a algum tipo de associação, o que mostra que não se tratava de um grupo constituído eminentemente de intelectuais. Excetuando-se Olegário Mariano, o “príncipe dos poetas” da Academia Brasileira de Letras, e Edmundo da Luz Pinto, membro de quatorze entidades diferentes, os outros quatro integrantes eram ou foram filiados a associações militares, seja o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)¹⁵ seja o Clube 3 de Outubro (organização criada logo após a instalação do novo regime com a finalidade de coordenar a atuação política dos tenentes e dissolvido em 1935).

Pertenciam ao IGHMB, o Gal. Francisco José Pinto (sócio fundador), o tenente-coronel Tristão de Alencar Araripe e o Major Francisco Afonso de Carvalho. Essa sociabilidade fica ainda mais evidente se considerarmos que, à época dos centenários, os três exerciam funções no âmbito da Presidência da República. O Gal. Francisco José Pinto era Chefe do Gabinete Militar e do Estado Maior, e ambos o Tenente-Coronel Tristão de Alencar Araripe e o Major Francisco Afonso de Carvalho eram oficiais de Gabinete do Ministro da Guerra, o Gal. Eurico Gaspar Dutra.

¹⁵ O IGHMB é uma associação civil de caráter cultural e científico que se destina, primordialmente, a promover estudos de Geografia e História Militar, Estratégia e Geopolítica, bem como incentivar e realizar o culto cívico de vultos, atos e fatos gloriosos da História do Brasil.

Vejam, agora, o **Quadro 5**, a qual nos indica a principal ocupação dos integrantes da *Embaixada* à época dos festejos centenários e a sua função na mesma *Embaixada*.

Membro	Ocupação em 1940	Função na Embaixada
Gal Francisco José Pinto	Chefe do Gabinete Militar, Chefe do Estado Maior do Presidente da República e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional.	Embaixador extraordinário e plenipotenciário
Sr. Edmundo da Luz Pinto	Diplomata / Professor Honorário da Universidad de Buenos Aires	Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário
Sr. Olegário Mariano	Poeta / Deputado Federal	Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário
Sr. Caio de Mello Franco	Diplomata	Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário
Cap Rodolfo Fróes da Fonseca	Vice-diretor da escola naval	Representante da Marinha
Ten Cel Tristão de Alencar Araripe	Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra	Representante do Exército
Maj Francisco Afonso de Carvalho	Oficial do Gabinete do Ministro da Guerra	Representante do Exército
Cap ten Augusto do Amaral Peixoto	Designado para uma missão de caráter especial na Itália	Representante da Marinha
Sr. Jorge Emilio de Souza Freitas	Adido ao gabinete do Ministro das Relações Exteriores / auxiliar de gabinete do Ministro de Estado	Secretário
Dr. José Júlio Galliez	Assistente da Maternidade de Laranjeiras e da Policlínica de Botafogo / Médico da Assistência Pública Municipal do Rio de Janeiro e da Associação dos Empregados do Comercio do Rio de Janeiro / Assistente do Serviço de Moléstias Tropicais da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro	Secretário
Cap Euclides Fleury	Ajudante de ordem do Gal. Francisco José Pinto	Assistente militar
Dr. Hugo de Macedo	Diplomata / Designado oficial do Registro da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul	Adido

Quadro 5 – Profissão dos membros em 1940 e função na Embaixada especial. Fonte: Tabela elaborada a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial

Como se constata, oito membros trabalhavam no âmbito do Poder Executivo. Como já mencionado, têm-se Gal Francisco José Pinto que era Chefe do Gabinete Militar e do Estado Maior do Presidente da República, o Tenente-Coronel Tristão de Alencar Araripe e o Major Francisco Afonso de Carvalho que eram oficiais de Gabinete do Ministro da Guerra (Gal.

Eurico Gaspar Dutra). Além desses havia o Capitão Euclides Fleury, que era ajudante de ordem do Gal Francisco José Pinto, e Jorge Emílio de Souza Freitas, que era adido ao gabinete do Ministro das Relações Exteriores (Osvaldo Aranha) e auxiliar de gabinete do mesmo Ministro de Estado. Ligados ao MRE tinham-se os diplomatas Dr. Hugo de Macedo, Caio de Mello Franco e o Sr. Edmundo da Luz Pinto. Conclui-se, portanto, que os principais órgãos envolvidos na *Embaixada* eram o Ministério das Relações Exteriores, o Gabinete Militar da Presidência da República e o Ministério da Guerra, o que corrobora a idéia de que a representação possuía um caráter eminentemente militar, notando-se, ainda, a ausência, na representação, de membros do Ministério da Educação e da Saúde (MES), órgão responsável pelos assuntos culturais. Sabe-se, no entanto, que esse Ministério estaria representado, nos festejos lusos, por meio das figuras de Gustavo Barroso, fundador e diretor do Museu Histórico Nacional, e de Osvaldo Orico, diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar do MES, antigo integrante da Comissão Brasileira dos Centenários e diretor da Seção Cultural do Pavilhão Brasileiro na Exposição do Mundo Português.

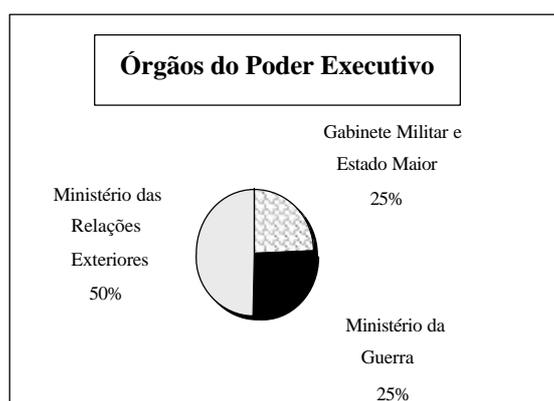


Gráfico 4 – Órgãos do Poder executivo em que trabalhavam os membros. Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial

Completando o grupo havia o médico Dr. José Júlio Galliez, o militar e vice-diretor da Escola Naval Rodolfo Fróes da Fonseca, o poeta e Deputado Federal Olegário Mariano e o militar Augusto do Amaral Peixoto, que por aviso nº. 1815 de 24 de novembro de 1939 foi designado para uma comissão de caráter especial na Itália.

No que concerne às funções ocupadas pelos membros da *Embaixada*, essas estão mais bem equilibradas, tinha-se quatro representantes plenipotenciários (um Embaixador e três Ministros extraordinários) quatro representantes das Forças Armadas e quatro integrantes cumprindo funções de assistência (um adido¹⁶, dois secretários e um assistente militar). Ainda sim, fica, mais uma vez, evidente a natureza militar da missão.

¹⁶ O adido Dr. Hugo de Macedo provavelmente teve como missão especial a entrega ao Gal Carmona do Numero Um do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, uma vez que aquele era o designado oficial do Registro da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

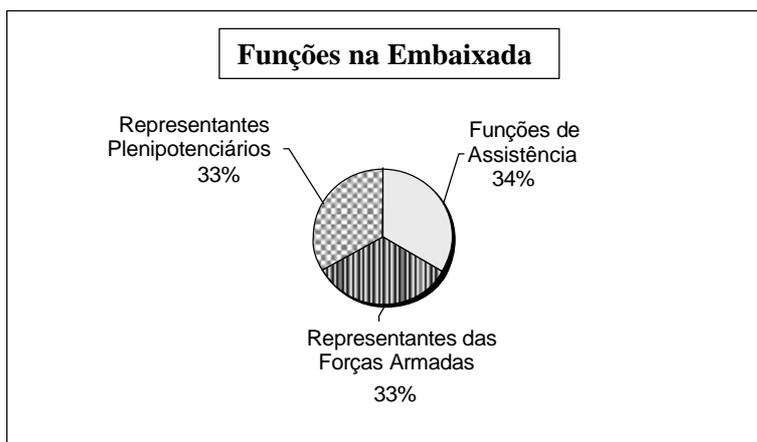


Gráfico 5 – Funções dos membros na Embaixada especial por áreas afins. Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações registradas nos currículos dos membros da Embaixada Especial.

Todas essas constatações são reforçadas, quando se conhece também a trajetória de Augusto de Lima Jr., delegado executivo do Brasil nas Comemorações Centenárias. Antonio Augusto de Lima Jr. nasceu em Leopoldina (MG) em 1889 e era filho de Antonio Augusto de Lima, ex-Governador de Minas Gerais (1891) e ex-presidente da Academia Brasileira de Letras. Augusto de Lima Júnior era formado em agronomia e bacharel em direito pela Faculdade de Belo Horizonte em 1909. Homem de letras¹⁷, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia Mineira de Letras e do IGHMB, fundou o primeiro jornal mineiro: o *Diário da Manhã*, de Belo Horizonte. Ao lado dessas atividades culturais, exercia as funções de auditor de guerra e de procurador do Ministério da Marinha. Em 1933, foi um dos responsáveis pelo decreto de Getúlio Vargas que tornou Ouro Preto monumento nacional. Três anos mais tarde, ele seria encarregado de negociar junto às autoridades portuguesas o traslado para o Brasil dos restos mortais dos Inconfidentes.

A pergunta que surge, então, é porque o presidente Vargas havia constituído uma *Embaixada* de caráter militar. Uma primeira hipótese pode ser a iminência do confronto armado. Enquanto o povo português se envolvia com os preparativos de suas Comemorações Centenárias, no Palácio das Necessidades e no Itamaraty já soava o alarme da guerra que se alastrava por toda a Europa. Vargas, em uma atitude de resguardo, optara por não ir a Lisboa, designando militares para representá-lo, o que parecia a escolha mais adequada frente ao contexto internacional. Por sinal, indagado sobre a viagem da *Embaixada* a Europa, naquelas circunstâncias, o Gal. Francisco José Pinto, assim se pronunciou:

Há três séculos atrás estabelecia-se no norte do Brasil o domínio estrangeiro. Há três séculos (1637-1644) estava o norte sob o jugo de Conde João Maurício de Nassau Siegen, um hábil Governador; entretanto, mesmo com a metrópole absorvida, o país prosseguia a sua luta em prol da nacionalidade. O território holandês nunca esteve tranqüilo e sofria as repetidas incursões dos bandos depredadores de Camarão e

¹⁷ No campo literário destacou-se principalmente pelas obras: *Mariana*; *Mansuetude*; *Visões do Passado*; e *A capitania de Minas Gerais*.

Henrique Dias. E mesmo quando a força holandesa atingiu o seu apogeu no Brasil, quando a nova Holanda compreendia em 1642 sete capitânicas: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas (sul de Pernambuco) e Sergipe del-Rei, não levavam os invasores o seu domínio completo muito além da faixa litorânea. (...) Isso porque, agressivos, indomáveis e guerreiros estavam os irreconciliáveis brasileiros de há três séculos. É esse espírito, que iremos comemorar em Lisboa, em grande Embaixada de fé, na qual participarão as nossas forças armadas - Exército e Marinha. Recordaremos, então, os altos feitos da história de Portugal Restaurado, tal como narrou o Conde de Ericeira e, lembraremos as aclamações na Baía, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, com Salvador Correia de Sá. (...) Como duvidar, pois, dos sucessos das comemorações em Lisboa?¹⁸

Outra hipótese que poderia explicar a ida de uma *Embaixada* formada predominantemente por elementos militares seria de ordem estritamente cerimonial, pois, a princípio, foram programadas atividades com a colaboração das Forças Armadas. De acordo com uma nota enviada ao Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, Cyro de Freytas Valle, previra-se a (...) *Ida de uma esquadra composta do encouraçado Minas Gerais, um cruzador, um destróier e um navio-tanque, conduzindo o Ministro Osvaldo Aranha e sua comitiva*¹⁹. Sabe-se que o Capitão de Mar e Guerra Rodolfo Fróes da Fonseca, integrante da *Embaixada*, comandou o encouraçado *Minas Gerais* de 1937 a 1940. Além disso, cogitava-se no Itamaraty o comparecimento de (...) *uma divisão de navios de guerra brasileiros fundeada no Tejo por ocasião do início das cerimônias de Guimarães, de Braga e de Lisboa e a presença de transportes de guerra da Marinha que conduzirão os contingentes militares brasileiros para o desfile em Lisboa*²⁰. Embora essas atividades não tivessem sido levadas a cabo, a programação da *Embaixada* ainda incluía uma série de compromissos militares, a começar pela devolução de 42 pacotes de documentos, depositados no arquivo do MRE destinados ao Arquivo militar de Lisboa²¹ e a presença no Tejo do navio-escola Almirante Saldanha. Além disso, estava previsto: visitas ao quartel da Guarda Nacional Republicanas, à Escola Naval, à Escola de Alunos Marinheiros e ao Batalhão de Telegrafistas; entrega da insígnia da Grão-Cruz da Ordem do Mérito Militar a Salazar; oferta à Marinha Portuguesa do Busto do Almirante Barroso; cerimônia militar luso-brasileira na



Figura 11 – Gal José Pinto entregando a cópia do quadro “A Batalha dos Guararapes”

18 Francisco J Pinto. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884

19 Sem Assinatura. *Nota ao Ex.mo. Sr. ministro Cyro de Freytas Valle*. 10 mar 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

20 Caio de Mello Franco. *Memorandum encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores*, Osvaldo Aranha. 8 Nov 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

21 Osvaldo Aranha. *Carta ao Presidente Getúlio Vargas*. 6 Jun 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

Escola do Exército a doação do busto de Duque de Caxias; inauguração da “Sala Brasil” no Museu Militar, sendo oferecido na ocasião uma cópia a óleo do quadro de Victor Meirelles, “A Batalha dos Guararapes”. Em suma, a agenda da *Embaixada Especial* estava repleta de formalidades militares.

Há uma outra hipótese - não tão evidente, mas talvez a mais válida: a de que a *Embaixada* fora enviada para sondar a possibilidade de se estabelecer uma aliança militar entre os governos brasileiro e português. A primeira pista dessa hipótese está em um documento intitulado *Carta ao Brasil*, escrito, em janeiro de 1940, pelo diplomata luso Alberto D’oliveira, primeiro presidente da Comissão Nacional dos Centenários e ex-cônsul no Rio de Janeiro:

Estou ainda certo que os dois exércitos e as duas marinhas, representados pelas suas mais altas figuras, ganharão em se aproximar e em se conhecer. Falam a mesma linguagem da defesa da Pátria; e que os Brasileiros aprenderam e praticaram conosco bem se vê no heroísmo que os seus feitos históricos proclamam.²²

A aproximação entre as duas forças armadas ocorreu efetivamente em 30 de maio de 1940, como descreve o Relatório da *Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal*:

A 30 de Maio, pela manhã, o chefe da missão brasileira foi, a convite, juntamente com o Tenente-Coronel Tristão de Alencar Araripe, o Major Francisco Affonso de Carvalho e o Capitão Euclides Fleury, à base aérea da OTA, cujas dependências percorreram e onde assistiram a evoluções de aparelhos de caça. Retirando-se o chefe da missão com o Capitão Fleury, foi servido almoço aos demais, que a seguir voaram sobre Lisboa num trimotor de bombardeamento. Ainda na tarde desse dia, o chefe da Embaixada Especial, acompanhado do seu ajudante de ordens Capitão Fleury e do Senhor Augusto de Lima Júnior, Delegado executivo do Brasil à Exposição do Mundo português, visitou o Governo militar de Lisboa sendo recebido com todas as honras e particular cortesia.²³

Sabe-se que a base aérea de Ota, instalada em 14 de Abril de 1940, operava aviões do tipo "Gloster Gladiator", "Junkers JU-52" e "Junkers JU-86", prometendo ser uma das mais importantes bases aéreas nacionais. Além dessa visita, os elementos militares da *Embaixada* foram conhecer a Escola de Mecânica da Armada e o Arsenal do Alfeite.

Outra evidência pode ser a própria presença, na *Embaixada*, do Capitão-Tenente Augusto do Amaral Peixoto – irmão do genro de Getúlio Vargas –, que como fora dito, havia sido designado, por aviso presidencial de 24 de novembro de 1939, para uma missão especial na Europa, a qual tinha por objetivo a compra de armamentos para o Brasil.

²² Alberto de oliveira. *Carta ao Brasil*. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

²³ Francisco J Pinto. *Relatório da Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal. Out 1940*. Comemorações Centenárias (Portugal), Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 788 Maço 10972.

O Ten. Amaral Peixoto não foi o único elemento da representação que aproveitou a ida a Europa para cumprir algum outro tipo de missão. Sabe-se que o Gal. Francisco José Pinto partiu dia 26 de julho em visita oficial à Espanha, retornando a Lisboa e à *Embaixada* depois de 8 dias. Lá ele visitou várias cidades do país guiado pelo General Moscardo - herói da resistência aos vermelhos durante a campanha nacionalista -, que foi agraciado, pelo governo brasileiro, com a elevada distinção da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar. O General também fora recebido por Francisco Franco, ao qual ofereceu a espada de general do Exército Brasileiro²⁴. Por seu turno, Franco referiu-se à *gratidão da Espanha nacionalista pelo auxílio brasileiro durante a Campanha, auxílio este traduzido na remessa de sacas de café e de açúcar*²⁵. Outro que também aproveitou a estada em Lisboa para dar uma “esticadela” foi o Maj. Francisco Afonso de Carvalho, que foi visitar a Alemanha a convite do próprio Governo Alemão.

A despeito das hipóteses aqui levantadas, o certo é que a prosopografia da *Embaixada Especial* ajuda a compreender a existência de relações militares entre os governos do Brasil e de Portugal à época dos Centenários, mostrando que a aproximação entre os dois países não se deu apenas nos âmbitos cultural, científico e diplomático.

A *Embaixada Especial* deixou a Capital Federal no dia 9 de maio de 1940 a bordo do vapor italiano “Oceania”. Depois de ter feito escalas em Salvador, Recife e em Las Palmas (ilha Gran Canária), desembarcou, por fim, em Lisboa no dia 20 de maio de 1940. A chegada da representação brasileira foi ampla e enfaticamente divulgada na imprensa lisboeta, bem como o seu extenso programa de atividades. Após dois dias repletos de recepções, a *Embaixada* fez a sua primeira visita de cortesia ao Presidente do Conselho de Ministros, Antonio de Oliveira Salazar, apresentando seus cumprimentos. No dia seguinte, deu-se a entrega das credenciais ao Presidente da República Portuguesa, o Gal. Oscar de Fragoso Carmona, ao qual também foi oferecida pelo próprio Getúlio Vargas, por meio de uma carta autógrafa, a mais alta insígnia das ordens honoríficas brasileiras: o número Um do Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.



Figura 12 – Chegada a Lisboa da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias

24 Luciene Lehmkuhl. *Entre a tradição e a modernidade: o Café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português* (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2002. p. 78

25 Francisco J Pinto apud Lehmkuhl, Luciene. Op. Cit., loc. cit.

Em 30 de maio pela manhã, após sete dias livres de passeios por Lisboa e arredores, os membros militares da *Embaixada* foram até a base aérea de Ota (freguesia portuguesa do Concelho de Alenquer), de onde tomaram um trimotor de bombardeamento e sobrevoaram Lisboa. À tarde, o Gal Francisco Pinto e seu ajudante de ordens, Cap. Fleury, visitaram o Governo Militar de Lisboa. Já no dia seguinte, toda a *Embaixada* foi visitar o Núncio Apostólico e Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira. Segundo Luciene Lehmkuhl, percebe-se que a representação brasileira procurou marcar sua presença em áreas estratégicas, como os setores eclesiástico, militar, político e intelectual²⁶.

As Comemorações Centenárias tiveram sua abertura oficial no dia 2 de Junho de 1930. Nesse dia, houve um *Te Deum* na Sé de Lisboa, seguido por sessões solenes na Câmara Municipal de Lisboa e, à noite, na Assembléia Nacional. Em todas essas solenidades a *Embaixada Especial do Brasil* compartilhou a condição de anfitriã com Portugal, ajudando a “fazer as honras da casa”. O mesmo aconteceu durante os festejos da Fundação da Nacionalidade, ocorrida há oito séculos em Guimarães. Nessa ocasião, o chefe da *Embaixada Especial* depositou, junto com o Presidente da República portuguesa e com o Presidente do Conselho de Ministros, ramos de flores nos pés das muralhas do Castelo de Mumadona, subindo depois para as respectivas ameias sob as mais calorosas aclamações.

O Brasil foi convidado a participar daquela cerimônia, carregada de simbolismo e evocações a um passado longínquo, no qual não poderia ter estado presente, mas agora, como nação soberana e, sobretudo, constituída a partir daquele ato primordial, ajudava a conferir sentido ao percurso civilizatório evocado nas Comemorações.²⁷



Figura 13 – Sua Excelência o Chefe de Estado lê o discurso inaugural das Comemorações Centenárias, na sessão solene da tarde de 2 de Junho, na Câmara Municipal de Lisboa.

Era apenas o começo de uma agitada agenda de compromissos que incluía: festas provinciais do Ribatejo, em Santarém (cidade onde jazem as cinzas de Pedro Álvares Cabral); *Te Deum* na Igreja de São Domingos, oferecido pelo Delegado Executivo do Brasil, Augusto

²⁶ Luciene Lehmkuhl. Op. Cit. p. 70 (Tese de Doutorado)

²⁷ Francisco J Pinto. *Relatório da Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal. Out 1940*. Comemorações Centenárias (Portugal), Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 788 Maio 10972.

de Lima Junior; sessão solene de glorificação da língua portuguesa, realizada na Academia das Ciências de Lisboa para festejar o Dia de Camões; inauguração da Exposição de pintura dos Primitivos Portugueses, no museu das Janelas Verdes; concerto de gala no Teatro de D. Maria II, dedicado à música portuguesa medieval; exibição do “Auto de Santo Antonio”, diante da fachada principal da Sé de Lisboa; romagem e cerimônia militar em homenagem à Batalha de Ouriques; comemoração da conquista do Algarves aos mouros; comemoração da elevação de Faro a categoria de cidade em 1540; espetáculo e missa em homenagem ao Infante D. Henrique; representação da alegoria dramática “Afonso Henriques”, a qual encerrava o ciclo de comemorações dedicado à época medieval.



Figura 14 - Alguns membros da Embaixada Especial do Brasil com o Chefe de Estado, Ministro da Educação Nacional e Presidente da Comissão Executiva do Centenários, na festa de glorificação da língua portuguesa, realizada na Academia das Ciências de Lisboa, na noite de 10 de Junho.

Os dias compreendidos entre 17 e 22 de junho foram destinados a visitas estratégicas. A *Embaixada Especial* manteve-se ocupada conhecendo a Escola Naval, a Escola de Mecânicos da Armada, a Escola de Alunos Marinheiros, o Arsenal do Alfeite e o Batalhão de Telegrafistas. Também estiveram no jornal *Diário de Notícias*, dirigido pelo Comissário Geral das Comemorações, o Sr. Augusto de Castro, o qual lhes prestou homenagens e lhes ofereceu um “Porto de Honra”. Talvez a homenagem mais contundente de Portugal para os membros da *Embaixada* tenha ocorrido na noite do dia 21, quando o Presidente Carmona condecorou os representantes do Brasil no Palácio de Belém. O Gal. Francisco José Pinto recebeu a Grão-Cruz de Aviz; Edmundo da Luz Pinto o Grande Oficialato de Santiago; Olegário Mariano e Caio de Mello Franco o Grande Oficialato de Cristo; o Cap. de Mar e Guerra Rodolpho Fróes da Fonseca o Grande Oficialato de Aviz; o Tenente-Coronel Tristão de Alencar Araripe, o Maj. Francisco Affonso de Carvalho e o Cap. de Corveta Augusto do Amaral Peixoto Jr. a Comenda de Aviz; Jorge Emilio de Souza Freitas, Dr. José Júlio Galliez e Hugo de Macedo o Oficialato de Cristo; e o Cap. Euclides Fleury o Oficialato de Aviz. Já Augusto de Lima Junior recebeu a Comenda da Ordem de Cristo.

Por seu turno, a *Embaixada Especial do Brasil*, conferiu, a 22 de junho, as insígnias das grão-cruzes das Ordens do Cruzeiro do Sul e do Mérito Militar a Antonio de Oliveira Salazar. Na mesma ocasião, se fez saber que o Presidente Getúlio Vargas decidira oferecer a Portugal o arquivo militar do Conde de Lippe relativo às guerras da Restauração. Por fim, o Gal. Francisco José Pinto, em nome de Vargas, presenteou Salazar com um exemplar da obra “Poema da Virgem”, do Pe. José de Anchieta, e dois volumes do “Diário de Navegação” de Pero Lopes de Sousa, que foi reeditado pelo Comandante Eugênio de Castro²⁸.

Em 23 de junho de 1940 começaria o segundo período dos festejos, aquele consagrado à época imperial e que foi solenemente iniciado com a inauguração da *Exposição do Mundo Português*. A cerimônia realizou-se no Pavilhão de Honra com a presença do Presidente da República e de todas as altas autoridades, entre elas a *Embaixada Especial do Brasil*. Mais uma vez a representação da antiga colônia ajudava a “fazer as honras da casa”, tal como idealizara Salazar. Com efeito, o governo brasileiro esteve na condição de anfitrião em muitas das solenidades conjuntas, como: o Cortejo do Mundo Português, apreciado pela *Embaixada Especial* a partir da sacada do Mosteiro dos Jerônimos; a cerimônia de entrega das credencias, pelo Presidente Carmona, às 19 embaixadas extraordinárias e 16 missões especiais que estiveram presentes nas Comemorações Centenárias; a missa pontifical e no ato imperial na Igreja dos Jerônimo, quando se exaltou o esforço civilizador português no mundo; a inauguração da doca n. 1 do porto dos Leixões; a abertura da exposição da obra de Soares dos Reis, no Palácio dos Carrancas; o Cortejo do Trabalho, realizado na cidade do Porto; a Inauguração da Exposição de Ourivesaria; o Serão Manuelino, ocorrido no Teatro Nacional D. Maria II; a deposição de flores no túmulo do soldado desconhecido; o serão na Casa das Beiras; a romaria pela cidade antiga; e a abertura dos Congressos do Mundo Português, a 1 de Julho, solenidade em que Gustavo Barroso falou em nome do Brasil, sendo o seu discurso publicado na Revista dos Centenários ao lado do de Júlio Dantas.



Figura 15 – Tribuna do corpo diplomático e convidados na missa pontifical do mosteiro dos Jerônimos.

28 O Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa constitui a fonte principal e indispensável para o conhecimento da história da expedição de 1530-1532, comandada por seu irmão Martim Afonso de Sousa. A obra foi publicada pela primeira vez em Lisboa, em 1839, em edição preparada por Francisco Adolfo de Varnhagen. Contudo, a edição de Varnhagen recebeu restrições do paleógrafo João de Freitas, em um trabalho publicado na História da Colonização Portuguesa do Brasil. Já a edição preparada pelo comandante Eugênio de Castro é considerada a mais autorizada, por conter erudita introdução e notas esclarecedoras.

Outros membros da *Embaixada Especial* também representariam o Brasil nas aberturas dos congressos que compunham o grande Congresso do Mundo Português. Oswaldo Orico, por exemplo, na abertura do Congresso Medieval, realizado na Universidade de Coimbra, doou à biblioteca dessa instituição a sua coleção de cinco mil livros produzidos no Brasil e que, segundo ele, compunham a *dádiva mais preciosa que o seu país lhe podia ofertar: a própria inteligência brasileira*²⁹.

Primeira a chegar e a última a sair, a *Embaixada* brasileira pôde tomar parte de cerimônias para as quais não foram convidados representantes de quaisquer outras nacionalidades. Algumas correspondiam a compromissos de pura reverência a figuras importantes e a passagens marcantes da história das duas nações, como: a deposição de uma coroa de bronze no monumento a D. Pedro IV – o nosso D. Pedro I –, como forma de homenagem do povo brasileiro ao seu primeiro Imperador; a entrega do busto do Almirante Barroso pela Marinha brasileira à Marinha portuguesa, o qual fora trazido pelo navio-escola brasileiro Almirante Saldanha; a entrega do busto do Mal Duque de Caxias à Escola do Exército Português em uma cerimônia militar luso-brasileira; a entrega do busto de Alexandre de Gusmão; o descerramento de uma lápide comemorativa à visita da *Embaixada* à Casa das Beiras, como forma de homenagear a vila de Belmonte, lugar de nascimento de Pedro Álvares Cabral; a entrega de uma placa com a efígie de Olavo Bilac à Câmara de Lisboa; a Inauguração da “Sala Brasil” no Museu Militar, sendo oferecida na ocasião uma cópia a óleo do quadro de Victor Meirelles, “A Batalha dos Guararapes”; ou a entrega das medalhas de ouro do município de Lisboa ao Gal. Carmona e ao Presidente Vargas, as quais lhes outorgavam o título de cidadãos eméritos de Lisboa.



Figura 16 -
Foto do
Presidente
Getúlio Vargas
exibida na
*Revista dos
Centenários.*



Figura 17 – A *Embaixada Especial* do Brasil na cerimônia de entrega da efígie de Olavo Bilac

²⁹ Oswaldo Orico apud Francisco J Pinto *Relatório da Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal. Out 1940. Comemorações Centenárias (Portugal), Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 788 Maço 10972.*

Outro evento que merece ser destacado aqui é a abertura do Pavilhão do Brasil na *Exposição do Mundo Português*³⁰. A cerimônia se deu a 20 de julho de 1940 e foi o ponto culminante da participação da *Embaixada Especial* nos festejos portugueses. O grandioso “Pavilhão do Brasil” foi inaugurado à tarde, contando com a presença do General Carmona, de Oliveira Salazar, do Cardeal Cerejeira e de um grande público que atendera aos convites e anúncios publicados nos principais jornais portugueses. Na ocasião, Augusto de Lima Junior entregou as chaves do pavilhão ao Presidente da República portuguesa, que abriu o portal, vindo ao seu encontro o chefe e demais componentes da *Embaixada Especial*, bem como os membros da *Embaixada do Brasil* em Lisboa. Depois, o Gal Francisco José Pinto pronunciou um discurso de inauguração, o qual foi respondido por Augusto de Castro. Terminada o ato, o Presidente da República e demais autoridades passaram a percorrer o pavilhão. Ainda nesse mesmo dia foi oferecida aos portugueses a “Noite do Brasil”, cujo programa constou de duas partes: uma cultural e erudita, no Pavilhão de Honra; e outra de sabor popular, no recinto da *Exposição*. Segundo consta no relatório oficial da *Embaixada*:

Na primeira parte, a orquestra sinfônica da Emissora Nacional, dirigida pelo talentoso maestro português Pedro de Freitas Branco, tocou esplendidamente trechos de músicas brasileiras; vários atores e atrizes portugueses recitaram poesia brasileira; dançou-se o bailado “A lenda do Caipora”, com música de Frutuoso Viana e Vila Lobos. O espetáculo fechou com a declamação das estrofes dos “Lusíadas” que falam das terras de sonho de Vera Cruz. A segunda parte do programa foi ao ar livre. Começou com a inauguração do monumental “Padrão dos Descobrimentos”. A ligação elétrica para a iluminação desse monumento foi feita pelo chefe da Embaixada Especial do Brasil. A seguir, queimaram-se às centenas, em profusão, lindas peças de fogos de artifício, solto e preso, de efeitos deslumbrantes, algumas das quais com alegorias coloridas alusivas ao Brasil e a Portugal. A glorificação ao Brasil teve remate nas “Aldeias portuguesas”, já de madrugada, deixando recordações inesquecíveis nos corações brasileiros.³¹

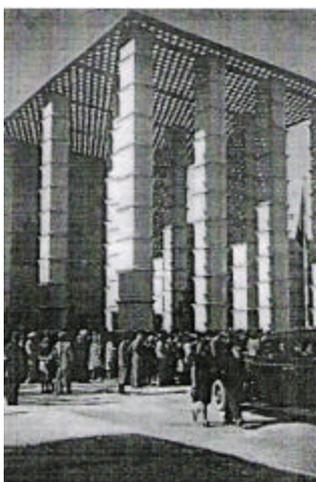


Figura 18 – O público à entrada do Pavilhão do Brasil na inauguração



Figura 19 – Augusto de Lima Júnior entrega as chaves do Pavilhão do Brasil ao Presidente Carmona.



Figura 20 – General Francisco José Pinto discursando na inauguração do Pavilhão do Brasil

³⁰ É importante lembrar que o Brasil também seria representado no Pavilhão dos Portugueses no Mundo

³¹ Francisco J Pinto. *Relatório da Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal. Out 1940*. Comemorações Centenárias (Portugal), Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 788 Maio 10972.

2.2 - O Pavilhão do Brasil: a “arena pacífica” da Exposição do Mundo Português

Embora não seja nossa intenção analisar minuciosamente a presença do Brasil na *Exposição*, assunto que já fora estudado por Omar Ribeiro Thomaz e Luciene Lehmkuhl, cabe aqui fazer um breve exame do Pavilhão do Brasil. Para tanto, é importante entender que o governo brasileiro não aceitou o convite de Salazar despretensiosamente. Ou seja, por trás da participação fraternal do Brasil nas festas do Duplo Centenário de Portugal havia certos interesses e intenções em jogo.

Aliás, é o que defende Margarida de Souza Neves, em seu texto *As Arenas Pacíficas*, segundo a qual as exposições internacionais constituíam arenas pacíficas onde o poder se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de sua organização em um quadro cerimonial. Para a mesma autora, as exposições se particularizam por serem um espaço de lazer didático, pois sua função mais eminente é a de divertir e de disciplinar a multidão³². As imagens e símbolos expostos estão revestidos de um caráter primordialmente didático, de forma que quando o público percorra os seus diversos salões e corredores, esse interiorize a mensagem que a mostra pretende passar. Pois bem, é a idéia de “arena pacífica” que vai orientar a análise da participação do Brasil na *Exposição do Mundo Português*, a partir da qual se desvendará os verdadeiros interesses do Brasil em participar do evento.

Uma intenção é certa, o Brasil desde que começou a participar de Exposições Internacionais, em 1862 em Londres, sempre sustentou o interesse de mostrar a imagem de um país jovem, rico e capaz de superar a “distância” que o apartava das nações européias, portadoras dos valores do progresso. Aliás, esse conceito norteou o planejamento da Exposição Internacional de 1922, ocorrida no Rio de Janeiro por conta do Centenário da Independência. Na *Exposição do Mundo Português* não seria diferente, como demonstra Lúcia Guimarães:

Vargas aproveitou a oportunidade, empenhando-se para projetar uma imagem positiva não apenas de si, mas também da nação que administrava: jovem, moderna e civilizada, com amplos potenciais de riqueza. Este perfil, sem dúvida, correspondia às expectativas de Salazar, uma vez que representava uma espécie de prova póstuma das virtudes colonizadoras de Portugal.³³

Para Portugal também muito convinha expor o Brasil como uma nação moderna e salva da barbárie por meio do progresso trazido pela colonização lusa. Em outras palavras, a

³² Margarida de Souza Neves. *As Arenas pacíficas*. *Gávea*, Rio de Janeiro, (5), abr. 1988. passim

³³ Lúcia Guimarães. Op. Cit.

presença brasileira na *Exposição* serviria como justificativa para a continuação do projeto colonizador então levado a cabo pelo governo português.

A representação do Brasil na *Exposição do Mundo Português* compreendeu duas seções: uma no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, atuando conjuntamente com a ex-metrópole; e outra em espaço próprio. Na primeira tratou-se do período colonial. Nessa seção, foram expostos, em oito salas, documentos e peças provenientes do Museu Histórico Nacional. Já na segunda, instalada em um pavilhão à parte, apresentava-se o Brasil independente e contemporâneo. Esse último deveria ser constituído e decorado pelo próprio país.

De qualquer forma, nas negociações que precederam a montagem da *Exposição*, nada foi mais debatido entre o Itamaraty e a Comissão Nacional dos Centenários do que o projeto do Pavilhão do Brasil na *Exposição do Mundo Português*. Não por acaso, foi necessário enviar a Lisboa um delegado executivo, Augusto de Lima Junior, para supervisionar todo o planejamento e construção do tal prédio. Aliás, fora ele quem, anteriormente, recebera, em 16 de dezembro de 1938, do Comissário-Geral da *Exposição do Mundo Português*, Augusto de Castro, o terreno no qual seria erguido o Pavilhão do Brasil, espaço este localizado junto ao Tejo, entre os pavilhões da Colonização e da Fundação. Na ocasião, houve uma solenidade oficial com uma guarda de honra formada pela “Mocidade Portuguesa” e com uma banda de música da “Legião Portuguesa”. Logo após o hino nacional, Júlio Dantas proferiu um discurso, contudo foram as palavras de Augusto de Castro que melhor traduziram a missão do Brasil em Portugal:

A colaboração do Brasil na *Exposição do Mundo Português* é a afirmação da unidade de espírito e de história que liga Portugal à grande nação sul-americana. Nenhum monumento, nenhum ato, nenhuma afirmação poderiam ter maios significado do que esta síntese viva do pensamento dos dois povos. As memórias do Brasil e de Portugal irmanam-se nestes metros de terreno, em que cabe o coração das duas pátrias. Um pequeno Brasil histórico, espiritualmente grande, vai elevar-se ali em frente ao Tejo, velha estrada do Mundo (...) naquele canto da *Exposição*, onde as duas bandeiras flutuarão a par – sobre oito séculos de civilização atlântica e universal.³⁴

Por fim, houve a bênção do terreno pelo Arcebispo de Mitilene, seguida de um discurso elaborado por Augusto de Lima Jr, no qual ele retribuía no mesmo tom lisonjeiro as palavras de Júlio Dantas e de Augusto de Castro.

34 O pavilhão do Brasil na *Exposição do Mundo Português*. *Revista dos Centenários*. Lisboa, n.13, jan 1940. p. 15-16



Figura 21 - O delegado do Brasil, segurando nas mãos as bandeiras portuguesa e brasileira, pronuncia o seu discurso na entrega do terreno onde será construído o Pavilhão do Brasil

Uma vez de posse do terreno, restava agora decidir quem custearia a construção do “Pavilhão do Brasil” e que linhas arquitetônicas ele seguiria. Caio de Melo Franco, em conversa com o Embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Mello, no Jockey Clube do Rio de Janeiro, em março de 1939, sugeriu que o prédio fosse construído em estilo barroco (especificamente o de Vila Rica), visto que o manuelino não possuía maior expressão para os brasileiros. Lembrava, ainda, que as linhas gerais deveriam obedecer a uma possível reprodução de um dos edifícios famosos desse estilo no Brasil. Porém, apesar de apreciada pelo Embaixador Nobre de Mello, a sugestão não seria acatada pela Comissão Nacional dos Centenários, pois, até então, as despesas com a construção do pavilhão ficariam a cargo do governo português, o qual pretendia que a futura edificação estivesse arquitetonicamente integrada ao plano geral das obras.

Com efeito, um conjunto de concepções nortearia a organização da Exposição do Mundo Português, e nesse processo foi fundamental o papel desempenhado por Antonio Ferro, o titular do Secretariado da Propaganda Nacional, homem de clara opção modernista e admirador de correntes artísticas que defendiam o dinamismo e a mudança, como o futurismo de Marinetti. Aliás, Antonio Ferro, desde a participação portuguesa na Exposição Universal de Paris de 1937, chamara a atenção para a necessidade de anular o perigoso clichê que havia caracterizado as manifestações anteriores, quando Portugal aparecia vestido de época. Não por acaso, houve a exclusão de artistas ligados às correntes naturalistas oitocentistas do planejamento e da decoração dos muitos pavilhões que compunham a mostra. Assim, como explica Omar Ribeiro Thomaz: (...) *a exposição do Mundo português significava, portanto, um desafio: combinar o moderno – cosmopolita – ao nacional e nacionalista*³⁵. Ou seja, deveriam figurar elementos que não apenas traduzissem o passado lusitano, mas também que encenassem um futuro moderno e genuinamente português. Ainda segundo Thomaz, Antonio

³⁵ Omar Ribeiro Thomaz. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: FAPESP, 2002. p. 248

Ferro viu na *Exposição* a possibilidade de trazer o dinamismo que desejava para Portugal, e, desfrutando de relações privilegiadas com grupos das primeiras gerações de modernistas portugueses, ele conseguiu atrair para os trabalhos da *Exposição* personagens de inegável valor, como Almada Negreiros e Cotinelli Telmo, de modo a fazer de 1940 o auge de sua “política do espírito”, a qual se propunha elevar o país acima das ideologias políticas do passado e anunciar o fim da tristeza e do mobilismo que teriam caracterizado longos períodos da história do país³⁶.

Na arena pacífica das ideologias, Portugal ganhava a sua primeira batalha frente ao Brasil: o Pavilhão Brasileiro deveria estar arquitetonicamente de acordo com o dinamismo e a modernidade que a Comissão Nacional dos Centenários queria transmitir aos portugueses. Além do mais, o barroco de Vila Rica - estilo proposto por Caio de Mello Franco - era uma expressão destacadamente brasileira, que denotava certa emancipação em relação à metrópole lusitana, idéia essa totalmente oposta às intenções de Salazar. Ficou, então, combinado que o Pavilhão do Brasil seria construído obedecendo ao estilo neoclássico.

Para evitar que os interesses brasileiros ficassem submetidos aos ideais do governo salazarista, a Comissão Brasileira dos Centenários resolveu que seria mais conveniente o Brasil custear a montagem do seu próprio Pavilhão, como indica um documento de 12 de Abril de 1939:

Quer dizer em Lisboa que o Senhor Oliveira Salazar está tão empenhado em que o Brasil tenha um pavilhão seu na Exposição, que se não nos resolvermos a construí-lo, Portugal o faria, oferecendo-nos, depois, o Pavilhão. Parece-me que mais vale, para nosso decoro, que construamos nós mesmos esse Pavilhão.³⁷

Para se ter uma idéia, a construção do Pavilhão foi orçada em seiscentos contos de réis, sem contabilizar outros gastos, tais como: a compra de madeira de jacarandá para as esculturas; a colocação de molduras em retratos pintados sobre telas; a fundição de várias peças em bronze; o transporte de materiais e de peças; a preparação de fotomontagem; a confecção da fonte marajoara; a montagem de estantes, de vitrines e de balcões mostruários; além do fornecimento de moveis, de painéis, etc. Já para a construção da estátua de Pedro Álvares Cabral e para a manutenção do Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português em Lisboa, até a data de 31/12/1940, foi autorizada uma verba de vinte e seis mil e dezessete dólares. Sabe-se também que o arquiteto e designer Roberto Lacombe, recebeu, por sua vez, sessenta e cinco contos de réis pela confecção do projeto, das plantas e dos detalhes internos do pavilhão.

³⁶ Idem, loc. cit.

³⁷ *Bases de um Programa de Participação do Brasil nas Comemorações Centenárias Portuguesas de 1940*. 12 abril 1939 Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

Custeando o seu pavilhão, o governo brasileiro não só conseguiu enviar um Delegado Executivo para fiscalizar as obras, como também que o projeto do mesmo - ainda que respeitasse os desígnios da Comissão Nacional - passasse pela aprovação do Presidente Vargas:

Por intermédio da nossa Embaixada, o Senhor Augusto de Lima comunicou que o projeto do nosso pavilhão fora elaborado dentro do plano geral da Exposição, no local já mencionado, e que devido à angustia do tempo e à proximidade do inverno, estimaria que o plano fosse logo submetido à apreciação de Vossa Excelência e, no caso de obter a sua aprovação, solicitava a necessária remessa de fundos para o início das obras.³⁸

Assim, a 25 de maio de 1939, os primeiros detalhes e esboços do pavilhão já estavam disponíveis na Embaixada do Brasil em Portugal:

Pavilhão do Brasil - Breve Memória Descritiva: O Pavilhão do Brasil faz parte de um grande Palácio de 164 metros de comprimento, colocado á direita dos Jerônimos e que constitui com este Mosteiro e o Pavilhão de Honra de Lisboa, a Praça do Império. Esse Palácio, construído no lugar de honra da Exposição, compõe-se de um corpo central, dedicado aos “Portugueses no Mundo”, e de dois corpos extremos: do lado do Tejo, o de “Portugal” 1940; e do lado dos Jerônimos, o do “Brasil” atual. As duas Nações encontram-se assim em posição simétrica que as irmana em relação ao Presente e ao Passado de que o corpo central é uma evocação. A necessidade de dar unidade arquitetônica ao conjunto não nos impediu, contudo, de caracterizar diferentemente, no aspecto, esses corpos extremos, que representam, segundo o plano do certame, o Portugal e o Brasil de hoje, isto é, duas Nações independentes e com caracteres particulares. O Pavilhão do Brasil compõe-se, segundo se vê no “croqui” junto, de um vestíbulo e de uma grande sala, além de pequenas dependências, que não vão indicadas na planta, para serviços administrativos ou outros. Informamos que esta sala poderá ser subdividida por tabiques ou quaisquer divisórias baixas, conforme as necessidades do plano da representação brasileira. Este pavilhão, cujas dimensões são iguais ás do de “Portugal” 1940, tem altura interior máxima nove metros.³⁹

O projeto autorizado pelo governo brasileiro seria o de autoria de Raul Lino, ilustre arquiteto português experiente em projetar pavilhões para feiras, além de exímio conhecedor da cultura brasileira, visto que estivera no país em 1935 a convite do Instituto dos Arquitetos do Brasil, do Instituto Paulista de Arquitetos, da Sociedade Brasileira de Belas Artes e do Instituto Histórico de Ouro Preto. Entre os arquitetos envolvidos na montagem dos pavilhões, Lino era considerado o mais romântico e o mais ligado à idéia de “Casa Portuguesa”, opondo-se freqüentemente às correntes moderna e internacional. Em relação ao Brasil, ele defendia a concepção de um prédio que obedecesse, sobretudo, a uma idéia representativa do país a que pertenceria. Apesar disso, acabou por elaborar um projeto que concebia uma imagem da ex-colônia condizente com as expectativas portuguesas. Assim, indo ao encontro das pretensões de Antonio Ferro, o arquiteto Raul Lino alegou, então, que seria melhor afastar-se de

38 Caio de Mello Franco. *Memorandum encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. 8 Nov 1939*. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

39 *Pavilhão do Brasil: Breve Memória Descritiva. 25 maio 1939*. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

arquitecturas já consagradas (como o barroco), quer fossem de carácter tradicionalista europeu, quer fossem manifestação de utilitarismo, uma vez que qualquer dos dois casos seria uma expressão fracionada do Brasil. Lino, então, propôs que as linhas definidoras da expressão de uma arquitectura brasileira estariam muito mais na natureza do que na cultura, pois, enquanto esta trazia arraigada as tradições, aquela se vinculava ao novo, àquilo que ainda iria desabrochar. E para os organizadores da *Exposição*, o Pavilhão do Brasil deveria justamente enfatizar a modernidade e as possibilidades da jovem nação sul-americana.

O consagrado arquiteto procurou, deste modo, adaptar elementos de uma natureza genuinamente brasileira a estruturas modernas, de estética e de linhas simplificadas. Como explica Luciene Lehmkuhl, buscou revelar:

(...) uma arquitectura brasileira, na qual os monumentos haveriam de ter uma nova grandeza muito brasileira, inspirada no assombro da floresta, na vastidão do inferno verde, uma arquitectura audaciosa, inspirada na obra dos bandeirantes, uma arquitectura que houvesse de segredar os mistérios da selva e onde reboará o eco longínquo das grandes cachoeiras que ainda estão por descobrir.⁴⁰

Raul Lino trazia assim também para Lisboa os mistérios das terras brasílicas, mostrando ao público luso as infinitas paisagens que outrora pertenceram ao domínio português e que de certa forma ainda pertenceriam, uma vez que o Brasil também era parte do grande império moral e espiritual luso. Com efeito, tudo leva a crer, que Raul Lino alcançou tais propósitos. *Os visitantes (...) saíram com a sensação de que pertenciam a um mundo português que em muito excedia o pequeno e provinciano Portugal metropolitano de suas existências. Imagens, cheiros, sons criavam, ou recriavam memória*⁴¹. Constituído por dois blocos dispostos em “L”, o Pavilhão do Brasil era

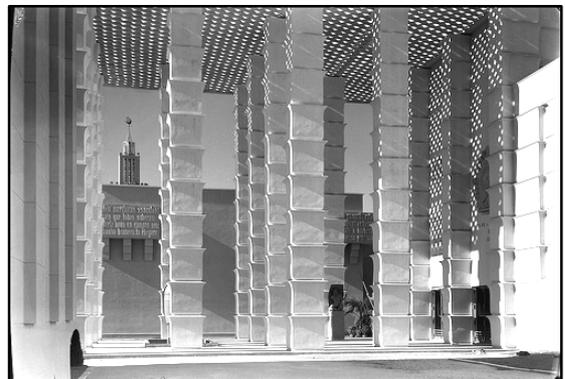


Figura 22 – Átrio do Pavilhão do Brasil arquitetado por Raul Lino.

acessado por meio de um átrio que remetia a uma floresta tropical. Nesse espaço, fileiras de colunas estilizadas imitavam troncos de palmeiras, sendo encimadas por uma cobertura de lazulite recortada curvilinearmente, a qual permitia criar um efeito de iluminação, simulando a entrada da luz do sol através das folhas das árvores.

Depois desse alegórico vestíbulo situava-se o corpo principal do edifício, que, externamente, era formado por volumes retangulares sobrepostos e coroados por uma esfera. Internamente, a partir da escada principal, uma galeria levava ao salão de conferências. Havia

Luciene Lehmkuhl. *Entre a tradição e a modernidade: o Café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português* (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2002. p.61

41 Omar Ribeiro Thomaz. Op. Cit. . p 268

também um amplo salão, dividido em diversas seções para dar lugar às várias salas de exibição da amostra. A esse grande espaço seguia uma pequena rotunda, que por sua vez dava acesso a sala de honra, local que abrigou a exposição de arte brasileira contemporânea. Já no andar superior, havia um cinema e uma espaçosa galeria. Todos os pisos eram revestidos de tacos de madeira, ladrilhos cerâmicos e borracha, vindos do Brasil. O *Pavilhão* contava ainda com uma pequena esplanada, na parte de baixo, onde era servido, à moda européia, o café brasileiro.

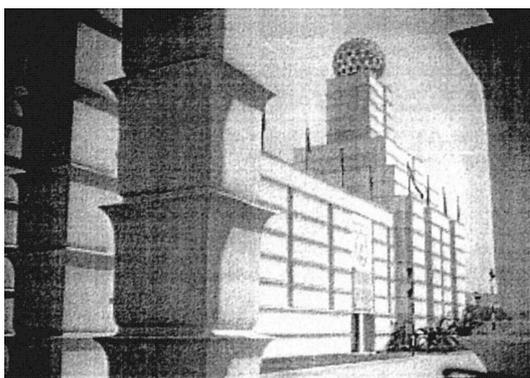


Figura 23 - Maquete inicial do Pavilhão do Brasil

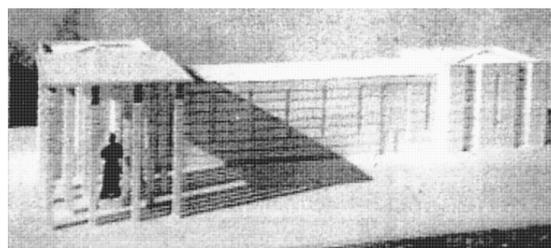


Figura 24 – Vista do Pavilhão do Brasil a partir de seu átrio

Enquanto que o plano arquitetônico do Pavilhão do Brasil foi entregue ao português Raul Lino, a construção seria dirigida pelos brasileiros Flávio Guimarães Barbosa e Eduardo Lopes e Silva. Já a decoração do interior do Pavilhão ficou a cargo do arquiteto paulista Roberto Lacombe, afinal Augusto de Castro havia convidado o Brasil a decorar o seu próprio pavilhão. O trabalho de Lacombe foi marcado pela controversa escolha da temática marajoara, adotada em pontos estratégicos, como na fonte do átrio ou no estande de degustação de café. Mais do que uma alusão ao passado indígena brasileiro, a decoração marajoara apontava *para a questão central que naquele momento perpassava a intelectualidade brasileira, concernente à construção da identidade nacional*⁴², ou seja, uma valorização de elementos primitivos, tais como o índio ou a mata virgem, em detrimento do neocolonial, da arte tradicional portuguesa. Raul Lino pareceu não ter apreciado muito a opção feita por Lacombe, uma vez que a criticou:

Se querer buscar as origens étnicas da nação, de preferência, à nebulosa distância das migrações indianas. Escusado será demonstrar a absoluta inconsistência de tal procedimento na pretensão de criar um estilo brasileiro para a arquitetura. Isto é apenas diletantismo.⁴³

⁴² Luciene Lehmkuhl. Op. Cit p. 66

⁴³ Raul Lino. *Auriverde Jornada*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1937, p. 151

Enquanto o enfurecido Lino privilegiou a paisagem natural brasílica, aludindo ao novo e ao misterioso, Lacombe valeu-se de elementos culturais que não só se referiam ao passado e às tradições, mas também a uma origem indígena do Brasil.

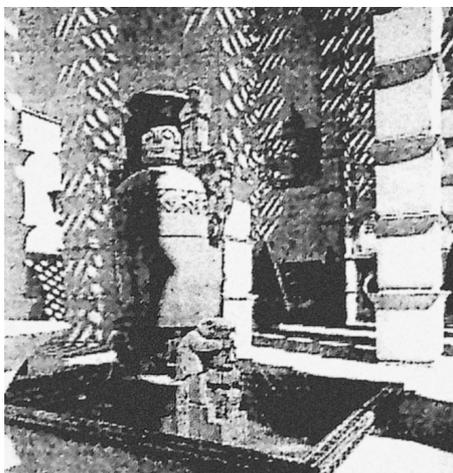


Figura 25 – Fonte Marajoara na entrada do Pavilhão do Brasil

Parecia, então, que, do ponto de vista da ambientação interior do seu próprio pavilhão, o governo brasileiro havia ganhado a peleja na arena pacífica de Portugal. Porém, ao contrário do que se esperava, os organizadores da *Exposição* não se incomodaram muito com a decoração marajoara. Talvez, porque, na época, estava em curso em Portugal uma positividade quer da mestiçagem, quer de certo tipo de relações igualitárias que se dariam entre portugueses e indígenas⁴⁴. Não por acaso, nas salas dedicadas ao Brasil no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, procurou-se enaltecer a síntese luso-indígena por meio de referências a poemas como *O Caramuru* e *I Juca Pirama*, ainda que se tratasse de visões construídas por escritores brasileiros do período árcade e romântico. No entender de Omar Ribeiro Thomaz, nesse momento, os usos e costumes ameríndios eram valorizados cada vez mais de uma maneira como se Portugal e os portugueses precisassem se alimentar continuamente de gentes exóticas para garantir a continuidade de uma essência nacional. Neste sentido, os elementos indígenas não simbolizavam apenas a riqueza, mas sobretudo a expressão do gênio português, uma vez que, por meio dessa se promovia a afirmação da diferença, a assimilação do exótico e a simbiose cultural, processos que buscavam reafirmar o espírito lusíada nos longínquos territórios coloniais⁴⁵.

Além de se ocupar da decoração do próprio prédio, o governo brasileiro deveria também selecionar o material para figurar nele e no Pavilhão dos Portugueses no Mundo. Diante disso a Comissão Brasileira dos Centenários resolveu:

44 Thomaz, Op. Cit. p 278

45 Idem, loc. passim

Deverá ter [o Pavilhão], como recheio, um pouco de tudo que é nosso, - produção agrícola, industrial, cultural, as atividades dos Governos da União e dos Estados. Será em suma, uma feira brasileira: matérias-primas, produtos manufaturados, estatísticas, objetos de arte, etc. Todos os ramos da atividade nacional poderão ser convidados a participarem dessa feira. Convém não esquecer que a exposição do mundo Português será visitada não só pelos 10 milhões de portugueses espalhados pelo mundo, como também e sobretudo por numerosos estrangeiros. Quem sabe se grande parte dos produtos que irão figurar no pavilhão brasileiro da Exposição de Nova York deste ano, não poderá ser aproveitada para o pavilhão brasileiro em Lisboa? É uma sugestão.⁴⁶

A exposição referida no documento transcrito era a New York World's Fair de 1939, uma feira onde, segundo Pedro Tota, se procurou criar uma imagem otimista do futuro e abrir novas possibilidades para o progresso material, onde *uma imensa vitrine de sofisticadas bugigangas foi apresentada para visitantes do mundo todo*⁴⁷. Nessa mostra, o espaço destinado ao Brasil foi projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. No dia do lançamento da pedra fundamental dessa edificação, foi transmitido, em ondas curtas do Brasil para os Estados Unidos da America, o discurso do Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho, Dr. Waldemar Falcão. Oficialmente, o Pavilhão do Brasil na New York World's Fair foi inaugurado na simbólica data de 7 de setembro de 1939. Segundo a descrição feita por Tota:

Nos jardins do nosso pavilhão havia 41 pássaros raros da Amazônia. A mobília das dependências do prédio era de jacarandá: cadeiras de braços com encosto de sola cinzelada à mão e espaldar alto. O tapete era da Fábrica Santa Helena, de São Paulo, e as cortinas de Seda, da Fábrica Weber, de Petrópolis. Numa estante, livros da coleção Brasileira, da Editora Nacional; obras completas de Machado de Assis; Nova política do Brasil, de Getúlio Vargas; Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira; obras de Gilberto Freyre e de Rocha Pombo. No segundo andar, um busto do presidente Vargas, esculpido por Hildegardo Leão Veloso.⁴⁸

Nesse ambiente o Brasil exporia suas riquezas para os norte-americanos: fibras têxteis, resinas vegetais, madeiras das mais variadas (ipê-amarelo, copaíba, ingazeira, angico-preto, maçaranduba, jenipapo-manso), minérios (hematita compacta, giz marmoso), borracha (crua, bruta, lavada), latas de palmito, peles de cabra e cabrito fabricados pelo Curtume Carioca Franco-Brasileiro, *corned beef* enlatado, goiabada em lata, roupas manufaturadas por indígenas, algodão, babaçu, oiticica, soja, sisal, castanhas do Pará e de caju, etc.

46 *Bases de um Programa de Participação do Brasil nas Comemorações Centenárias Portuguesas de 1940*. 12 abril 1939 Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

47 Antonio Pedro Tota. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 94-95

48 Idem, p. 97-98



Figura 26 - Pavilhão do Brasil na New York World's Fair de 1939.

Com efeito, muitos dos materiais que figuraram na feira de Nova Iorque poderiam ser reexpostos na Exposição do Mundo Português. Mas, ao contrário da mostra americana e das outras exposições universais que possuíam caráter nomeadamente industrial e comercial, o evento português diferenciava-se por querer exaltar, sobretudo, o elemento histórico e cultural. Em um telegrama datado de 25 de maio de 1939, o Embaixador do Brasil em Lisboa, A.G. de Araujo Jorge, após consultas ao governo luso, avisava que o evento não teria caráter industrial ou comercial e visaria, unicamente, a exibição de padrões da cultura e da civilização portuguesa através de oito séculos de sua História. Diante disso, a Comissão Brasileira dos Centenários procurou montar um panorama da história pátria. Deixou em o segundo plano os objetivos comerciais e encarou a exposição como uma oportunidade para o Estado Novo brasileiro exibir sua melhor face, seus projetos políticos, sociais e culturais, alguns dos quais bastante próximos do salazarismo⁴⁹. A *Exposição* ficaria assim distribuída:

I – PAVILHÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Exposição etnográfica, relativa ao índio. Juntamente deverá ser apresentada a obra de catequese nos tempos contemporâneos, com uma exibição missionária e dos trabalhos da Comissão Rondon.

Exposição de uma coleção de armas usadas no Brasil pelo colono, desde as primitivas; mapas das primeiras fortificações, alguns canhões históricos, etc. coleção de moedas do Brasil colônia.

O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano

Vistas de cidades e monumentos coloniais, bem como de peças de mobiliário antigo. Fachadas e retábulos de igrejas. Obras do aleijadinho e de outros artistas coloniais.

Retratos de figuras mais ilustres do período colonial e painéis decorativos dos principais fatos militares da colônia (Guerra holandesa, Invasões Francesas, etc.)

Exposição do museu Histórico, do museu do Ipiranga e do Instituto Histórico, sobre assuntos coloniais.

II – PAVILHÃO DO BRASIL INDEPENDENTE

Inconfidência mineira – Retratos e episódios.

D. João VI e os estadistas de sua época – Iconografia – Grande tela com o retrato do Visconde de Cairú.

49 Omar Ribeiro Thomaz. Op. Cit. p. 258-9

Pedro I e a Independência.

O reinado de D. Pedro II – Guerra do Paraguai e Campanhas do Prata – Iconografia.
A abolição e a República – Iconografia.

Período Contemporâneo

Saneamento e Saúde Pública – Exposição retrospectiva – mapas, fotografias, gráficos e maquetes.

Instrução Pública – mapas, fotografias, gráficos e maquetes.

Resumo histórico e Estatísticas – Ensino e atividades – Exposição de pinturas e esculturas – Exposição do Livro Brasileiro

Transportes e Comunicações

Gráficos, fotografias e maquetes – mapas das Estradas de ferro, de rodagem e linhas aéreas – Obras contra as secas – Portos e navegação

Exposição dos Correios e Telégrafos – mapas e demonstrativos Broadcastings.

Agricultura e Produção Mineral

Fotografias de regiões colonizáveis – os currais gaúchos – os cafezais de São Paulo – Algodoeiros e culturas principais. Casas de colonos, etc. cana de açúcar – Lavouras e Engenhos – O trigo no Brasil – A laranja – A borracha – O cacau e as sementes oleaginosas.

Riquezas minerais do Brasil – Mostruários e Estatísticas

O petróleo e o carvão de pedra – O ferro – O manganês – O níquel. O ouro.

O comércio interior e exterior.

A organização do trabalho e a assistência social – Gráficos, mapas e fotografias.

2. Além da exibição dos filmes preparados pelo D.N.P, deverão os Estados, para o mesmo fim, remeter seus próprios filmes demonstrativos da ação civilizadora e da organização do trabalho, bem como serão distribuídas elucidativas da expansão e progresso do Brasil nos últimos dez anos.⁵⁰

Embora, aparentemente, concordasse com os desígnios do governo luso, a Comissão Brasileira dos Centenários insistia em uma exibição de seu setor industrial – orgulho de Vargas. E tanto persistira que, em 16 de Dezembro de 1939, o General Francisco José Pinto recebia de Augusto de Lima Junior, por intermédio da Embaixada do Brasil em Lisboa, um telegrama nos seguintes termos:

O Governo português concorda com a Exposição Industrial Brasileira durante as comemorações do centenário, a qual se realizaria no Palácio das Indústrias, parque Eduardo VII, Avenida da Liberdade, em vista da falta de espaço no recinto da Exposição. É conveniente uma pronta resolução e providências sobre os recursos especiais para esse fim.⁵¹

Não satisfeito, o governo brasileiro ainda conseguiria inserir no Pavilhão, uma sala dedicada a Indústria e ao Fomento, conquistando mais um ponto na arena pacífica lusíada. Não obstante, nada surtiu mais efeito, em termos comerciais, do que o estande do café, que já havia figurado em Nova Iorque. Nesse estande, havia fotos de plantações, dados e gráficos sobre as exportações, bem como um local apropriado para degustação, ou seja, tudo o que

⁵⁰ Francisco J Pinto. *Anexo ao ofício enviado a Secretaria de estado das Relações Exteriores*. 13 jun 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

⁵¹ Osvaldo Aranha. *Comunicado urgente enviado ao General Francisco José Pinto*. 16 dez 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty, Comemorações Centenárias (Portugal), Lata 664 Maço 9884.

pudesse enaltecer o principal produto brasileiro e garantir sua venda aos mercados internacionais. O fato é que o café brasileiro dependia, para entrar no mercado português, de taxas alfandegárias que podiam chegar a 80% do valor do produto, enquanto que os produtos originários das colônias portuguesas gozavam de redução de 60% sobre os direitos alfandegários cobrados nas aduanas lusas, o que lhes assegurava uma posição privilegiada nesses mercados. Diante disso, era vital para o governo Vargas adotar estratégias de estímulo ao consumo da bebida, atuando junto aos seus possíveis compradores. Sabe-se, inclusive, que o Sr. Geysa Boscoli, delegado do Departamento Nacional do Café do Brasil, atuou nas Comemorações Centenárias, como noticiou o periódico *Novidades*:

O Sr. Dr. Geysa Boscoli, nosso ilustre camarada da imprensa e delegado do Departamento Nacional do Café, e que tem estado entre nós desde os começos da Exposição do Mundo Português, parte hoje para o Brasil.

Ontem à noite teve gentileza, que penhoradamente agradecemos, de vir a nossa redação apresentar-nos pessoalmente os seus cumprimentos de despedida e deixar-nos mais alguns quilos de café para os pobres nossos protegidos. Os nossos votos são de que tenha a mais feliz viagem e um dia volte a Portugal.

Sabe-se como o Departamento Nacional do Café do Brasil exerceu na nossa terra notável ação de benevolência. Não poderemos nunca esquecer o seu exemplo.⁵²

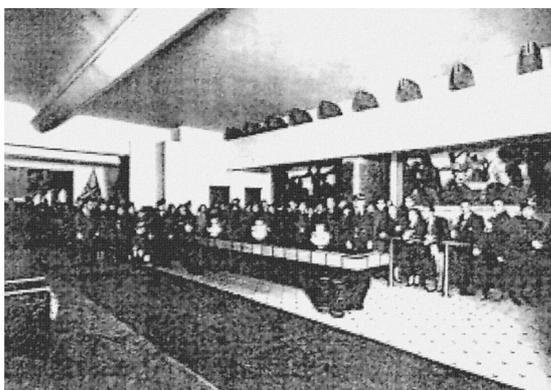


Figura 27 – Público na fila para degustar o café brasileiro no estande do Departamento Nacional do Café



Figura 28 - Maquete brasileira na New York World's Fair que reproduz a região cafeeira do Vale do Paraíba.

O certo é que a propaganda do café brasileiro junto à população portuguesa alcançou o sucesso pretendido. É possível encontrar referências à bebida e ao seu aroma em manifestações que vão de charges e caricaturas à literatura. Ainda hoje, quase 70 anos após a Exposição, o café brasileiro é produto de destaque no mercado português, fazendo parte ainda do imaginário local⁵³.

⁵² Na Embaixada do Brasil. *Novidades*. 28/01/1941

⁵³ Luciene Lehmkuhl. Op. Cit. p. 143

Além do estande do café, o “Pavilhão do Brasil” contava com outros seis espaços de exibição: A Sala do Livro – constando de um gabinete de leitura e de uma biblioteca com mais de três mil volumes e imagens da literatura nacional, oferecia uma síntese da cultura e da atividade editorial brasileira, a fim de mostrar o *desenvolvimento mental do país e atestar a rápida evolução das nossas letras*⁵⁴; A Sala do Fomento e da Indústria - trazia a representação das obras públicas, das vias de comunicação, do fabrico de material bélico e da imprensa; A Sala da Aeronáutica - abrigava mapas e oferecia o histórico da navegação aérea e de todas as atividades afins, exaltando também os pioneiros da aviação brasileira, Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Santos Dumont; A Sala do Rio de Janeiro - ostentava um diorama, no qual se revelavam os aspectos monumentais da capital do Brasil, acompanhado de uma grande síntese do projeto de saneamento e higienização da cidade e da técnica de soroterapia, em que se salientava a figura de Osvaldo Cruz, saneador do Rio de Janeiro e nome emblemática da ciência nacional; A mostra completava-se com a Sala Etnográfica – um estudo ilustrado da população nativa da Terra de Santa Cruz, preparada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Além das salas específicas, na galeria que levava ao salão de conferências, poderiam ser vistas coleções de produtos agrícolas e minerais, bem como fotografias da arte barroca. Painéis com notas explicativas e estatísticas complementavam o mostruário. Já nas escadarias, estavam expostas pinturas alegóricas de figuras indígenas e alguns mapas



Figura 29 – Vista geral do salão principal do Pavilhão do Brasil

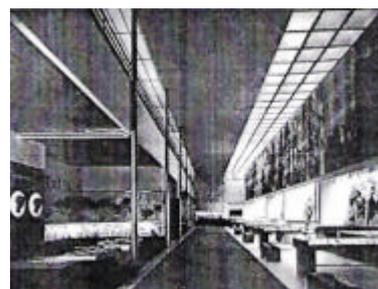


Figura 30 – Salão principal com vista para os estandes



Figura 31 – Fotomontagem no salão principal com os estandes do Livro Brasileiro e da Imprensa



Figura 32 – Sala de Leitura

geográficos que documentavam aspectos econômicos, históricos e turísticos do Brasil. Na Sala de Honra, por sua vez, havia uma exposição de arte brasileira contemporânea, onde se destacava o célebre quadro “O Café” de Candido Portinari. Finalmente, na rotunda, em posição central, situavam-se dois bustos: o do General Carmona e o do Presidente Getúlio Vargas, este último acompanhado do epíteto “o fundador do Estado Novo no Brasil”. A

⁵⁴ Pavilhão do Brasil – Álbum comemorativo. Lisboa: Rotogravura, 1941, p.7

inscrição não estava lá por acaso. Ela fazia clara alusão às semelhanças dos sistemas de governo levados a cabo em Portugal e no Brasil, talvez evidenciando a aproximação política dos dois países, ou, dando a entender que (...) *ambas as ditaduras pareciam haver superado divisões ideológicas a partir de interesses que se pretendiam nacionais. No caso do Brasil, a concepção do trabalhismo era fundamental no projeto incorporador do Estado Novo de Getúlio; em Portugal, a noção de corporação parecia superar diferenças e acentuar a colaboração*⁵⁵.

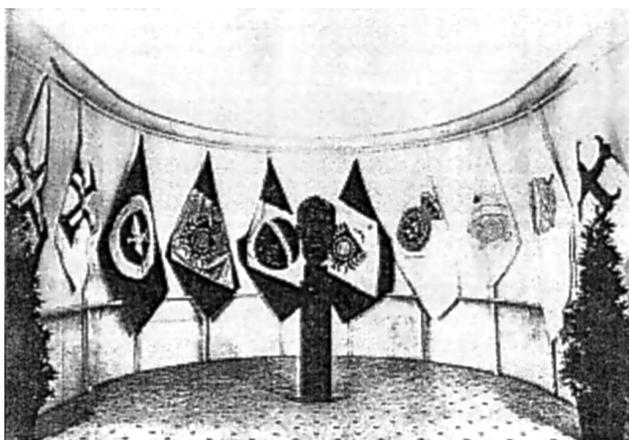


Figura 33 - Rotunda com o busto do Presidente Getúlio Vargas e as bandeiras do Brasil nos diversos períodos da sua história

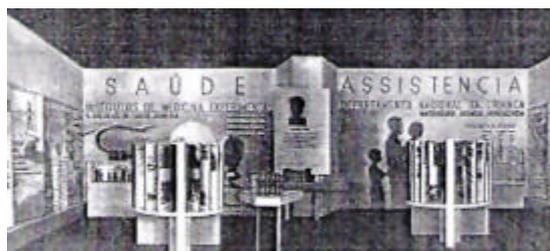


Figura 34 – Detalhe do estande da saúde e assistência com material impresso.

Para compor todos esses ambientes, a Comissão Brasileira dos Centenários chamou para colaborar os seguintes organismos, entre outros: Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional; Museu Histórico Nacional; Museu Nacional; Instituto Histórico e Geográfico; Ministério das Relações Exteriores; Museu do Ipiranga. Cada uma dessas instituições, representadas pelos seus respectivos diretores ou chefes, foram incumbidas de preparar os objetos indicados a figurarem na *Exposição*, embalá-los convenientemente e enviá-los para Lisboa. Receberam do governo, para os fins de uma embalagem adequada, uma pequena cifra, proporcional ao número e a natureza do material a serem remetidos para a *Exposição*. Além disso, os itens que constituiriam o acervo do Pavilhão do Brasil, cedidos a título de empréstimo, foram despachados cercados de todas as garantias, com o compromisso de serem devolvidos aos respectivos proprietários em um espaço de tempo previamente assentado⁵⁶.

Segundo Luciene Lehmkuhl, o crítico português Adriano Gusmão, ao analisar o Pavilhão do Brasil, elogiou a estilização da floresta à sua entrada e as soluções encontradas

⁵⁵ Thomaz, Op. Cit. p. 260

⁵⁶ Nas fontes encontra-se a sugestão de se fazer uma mostra prévia no Rio de Janeiro com todos esses objetos, não só para estímulo dos expositores, como também para facilitar a visita daqueles que não pudessem ir a Lisboa.

para a arquitetura dos interiores. Entretanto, desferiu críticas severas ao seu “recheio”: *Se arquitetonicamente, os interiores são bem compostos, já não podemos dizer, para sermos francos, que o recheio tenha alcançado grande significado artístico, como apresentação das coisas e propósitos de propaganda. O espírito de síntese não se sublimou ainda*⁵⁷. Na sua percepção, o Brasil dever-se-ia apresentar como um país independente, moderno, jovem, tropical, mas que ainda mantinha a sua raiz lusa. Em suma, uma moderna nação lusíada em territórios tropicais.

Omar Ribeiro Thomaz explica que, na verdade, a participação brasileira na *Exposição do Mundo Português*, bem como a constante referência à experiência colonial lusíada no Brasil, eram paradoxais.⁵⁸ A princípio a representação do Brasil deveria estar em consonância com a idéia de um país que interiorizou a sua lusitanidade em seu projeto nacional, mas, como argumenta Thomaz:

(...) das imagens reproduzidas, das obras de arte expostas e do estande do café emergia um Brasil que ora recuperava romanticamente sua herança luso-indígena, ora expunha (ainda que timidamente) uma presença africana expressa nas imagens de orixás e no próprio rei do café (...) Por fim, ‘O Café’ de Portinari representava um dinamismo estranho à *Exposição do Mundo Português*. Dinâmica atraente que, contudo, poderia assustar o Portugal Salazarista de então.⁵⁹

No catálogo oficial da exposição brasileira não há qualquer referência à presença africana no Brasil. No entanto, sabe-se que, de fato, havia várias peças da cultura material afro-brasileiras, oriundas do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tais como bonecas e bonecos com vestimentas de orixás que foram exibidos nos primeiros dias da exposição ao lado de peças indígenas, conforme as orientações da curadora da *Sala Etnográfica*, Heloisa Alberto Torres diretora do Museu Nacional. Todavia, as bonecas orixás e as imagens foram recebidas com horror pelo público português e, segundo consta, até mesmo por parte da delegação brasileira, que ordenou sua imediata retirada⁶⁰, afinal, nas palavras do plenipotenciário Gal. Francisco José Pinto, a integração do Brasil ao Mundo Português se dava (...) *pela língua, pela raça, pelo sentimento cristão e pelo passado comum*⁶¹. Ademais, como poderiam figurar naquela exposição, benzida pelo Cardeal Cerejeira, ícones da religião Yorubá, sobretudo, quando se sabe que a riqueza espiritual lusa, baseada no catolicismo, era sublinhada pelo regime salazarista como um dos pilares da nação? Em última análise, para os portugueses, a presença africana na exibição brasileira significava um enfraquecimento da

57 Lehmkuhl, Op. Cit. p. 141

58 Thomaz, Op. Cit. p. 277

59 Ibidem, p. 278

60 Ibidem, p. 260

61 Francisco J Pinto. *Relatório da Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal*. Out 1940. Comemorações Centenárias (Portugal), Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 788 Maço 10972.

lusitanidade e um fortalecimento da matriz africana, ou seja, da cultura dos povos ainda colonizados por Portugal. Não se pode esquecer que o governo de Salazar, por meio dos festejos centenários, estava justamente tentando fixar os seus símbolos nacionais em todos os súditos, e uma apologia à herança africana poderia colocar em risco, pelo menos nos territórios continentais da África, a continuidade desse processo nacionalista que visava garantir a indivisibilidade e a solidariedade do império português.

Percebe-se, portanto, que a abordagem de um Brasil que ainda preservava a matriz lusa e que defendia a sua continuidade mesmo após a Independência foi bem recebida pelo público português. De onde se conclui que a síntese proposta por Gilberto Freyre, na qual o elemento africano teria um papel fundamental, ainda não havia sido plenamente compreendida pelos portugueses. Em outros termos, o Brasil mestiço, assumido como ideologia a partir da década de 1930 e como a melhor explicação da realidade brasileira, não encontrava toda a luz na Exposição do Mundo Português, talvez, como explica Thomaz, por ser um país por demais dinâmico para uma nação e um império que, pelo menos em parte, queria evitar a mudança ou administrar rigidamente qualquer tipo de transformação⁶².

Seja como for, Portugal procurava transmitir uma imagem do Brasil compatível com a de uma nação que, embora independente, ainda fazia parte do império moral e espiritual lusíada. Portanto, o Brasil não deveria ser visto como um país à parte de Portugal, com suas próprias idiossincrasias, com o seu próprio dinamismo e com interesses concorrentes ao da nação de D. Afonso Henriques. O fato é que o Brasil poderia dificultar as novas pretensões imperiais lusas, pois ao longo de sua história ele já havia dado sinais que poderia ser um entrave para Portugal, como por exemplo: as redes de tráfico negreiro entre Brasil e a África, uma lucrativa atividade para os luso-brasileiros, ou então a própria Independência brasileira. Diante disso, a imagem da ex-colônia, nos festejos, deveria refletir uma comunhão de sentimentos e de interesses para com a antiga metrópole e, até mesmo, a possível formação de um bloco luso-brasileiro no Atlântico sul.

Para o crítico português Adriano Gusmão que censurara o material exibido no interior do Pavilhão do Brasil, a única seção merecedora de elogios foi a Exposição de Arte Contemporânea, que considerou uma oportunidade de apreciar de maneira cômoda e reunida obras de pintores e escultores brasileiros. É difícil identificar todas as peças expostas, bem como o lugar ocupado por cada uma delas, mas se sabe que foi embarcado para Lisboa um total de 27 pinturas e 11 esculturas. Além disso, no Stand de Arte havia cinco vitrines

62 *Ibidem* p. 270-1

contendo peças de cerâmica e bronze. Os visitantes e mesmos intelectuais portugueses acompanhavam com atenção a produção artística brasileira, alguns deles receberam com entusiasmo a exposição brasileira, outros com visível rechaço. Porém, não resta dúvida de que a obra que causou maior impacto foi o *Café* de Portinari, recebido ora como a melhor peça da mostra, ora como algo subversivo, ora como algo que animava a novas gerações de pintores portugueses, já informados do movimento modernista brasileiro. Segundo o crítico Adriano Gusmão:

A mais pessoal composição exibida nesta galeria, a que oferece a nota mais moderna e característica da arte que do Brasil podia vir até nós. Quadro de difícil conquista, vai ganhando volume e sonoridade à medida que o vemos, como se a sua melodia fosse tocada em surdina, dando-lhe tom o mais severo da cor castanho-avermelhada do café. Este grão subjuga o homem, animaliza o trabalhador, torna-o monstruoso. Os rostos desvanecem-se, ficam somente membros para a carga. E como símbolo, o capataz aponta autoritariamente'

Com efeito, o *Café* de Portinari estava longe de ser uma representação romântica e estática da vida rural. Enquanto a maior parte dos quadros mostrava cenários idílicos e naturais do Brasil, somente o *Café* mostrava a paisagem alterada pela lida e o trabalho em sua atividade diária.



Figura 35 – Vista geral do Stand de Arte

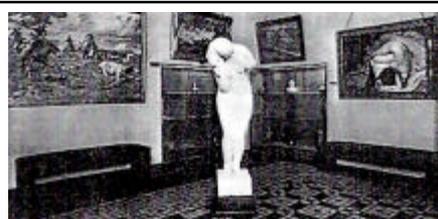


Figura 36 – Stand de Arte

A presença do Brasil na Exposição do Mundo Português impressionou e inquietou o público lusitano de formas antagônicas. Isso porque na arena pacífica da *Exposição*, envolvidos em um embate simbólico, estiveram em jogo os interesses das duas nações. Mas, pode-se dizer que houve um empate, pois tanto Portugal quanto o Brasil conseguiram transmitir suas mensagens, embora este último só conseguisse equilibrar o jogo quando se dispôs a custear o seu Pavilhão.

A *Embaixada especial* embarcou de volta ao Brasil no dia 14 de agosto no navio “Serpa Pinto” após oferecer dois banquetes de despedidas: um para as autoridades militares; e outro para os responsáveis diretos pela organização das Comemorações Centenárias, como Antonio Ferro, Júlio Dantas e Augusto de Castro. Por seu turno, Salazar, durante as despedidas oficiais, insistiu que a *Embaixada* retardasse a sua partida a fim de que pudesse

oferecer um último almoço à representação brasileira no Palácio Real de Sintra, seguido de visita ao Paço de Queluz. Aliás, momentos de confraternizações não faltaram durante toda a temporada lisboeta, pontuado por banquetes, almoços, bailes e “garden parties”, oportunidades perfeitas para estreitar laços de amizade e para formar redes de sociabilidades. Por fim, depois de tantas celebrações, a delegação deu adeus a Lisboa no cais do Sodré, onde recebeu as manifestações de militares e de autoridades que se juntaram a Salazar, formando um cortejo que conduziu a *Embaixada* até a embarcação sob uma chuva de pétalas e fogos de artifícios. Já a bordo do “Serpa Pinto”, Salazar presenteou a *Embaixada* com um último mimo: na amurada do cais, um clarão de fogos de artifícios surgia, formando a palavra *SAUDADE*⁶³.



Figura 37 – Gal Francisco José Pinto e Salazar no Palácio de Sintra



Figura 38 - Gal José Pinto e Salazar se despedem

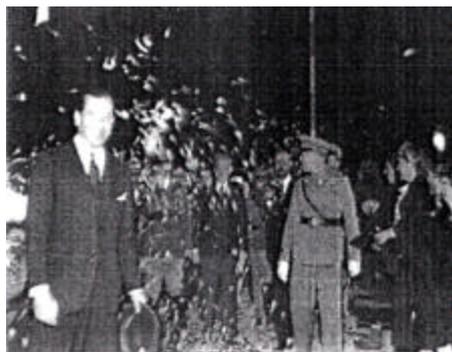


Figura 39 - Gal José Pinto e Salazar em meio à chuva de pétalas de rosas na despedida da Embaixada

⁶³ Ibidem, p. 80

3 A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO E DE UM FUTURO EM COMUM

3.1 O Congresso Luso-Brasileiro de História

Simultaneamente e até como complemento de algumas das exposições indicadas há a oportunidade de promover alguns congressos, estes de caráter internacional. De entre os possíveis destaco apenas um Congresso do Mundo Português, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciência estrangeiros com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa História. É numa dessas seções deste Congresso onde se tratasse de política indígena e de colonização poderiam ser versados com interesse internacional problemas da maior oportunidade.¹ (SALAZAR, 1930)

Assim se expressou Salazar, em sua nota oficiosa de 26 de março de 1938, sobre a intenção de realizar o *Congresso do Mundo Português*, um encontro internacional que deveria estudar a história de um país que contava oito séculos de existência, criou um vasto império, e cuja ação, principalmente durante o período dos Descobrimentos, se projetou fortemente no Mundo. A organização do *Congresso do Mundo Português* seria confiada a Júlio Dantas, nomeado para a presidência geral da Seção dos Congressos. Junto com Dantas, trabalhariam o Dr. Antonio Garcia Ribeiro Vasconcelos, o Conde de Penha Garcia, o Dr. Francisco Nobre Guedes, o Dr. José Maria de Queiros Veloso, o Dr. João da Providência e Costa, o Dr. Antonio Augusto Esteves Mendes Correia, o Dr. Joaquim Leitão, o Comandante Henrique Quirino da Fonseca e o Dr. Manoel Múrias.

O evento a ser organizado por esse grupo não poderia, por motivos de ordem técnica, constituir-se em um congresso único, dividido, segundo o cânone clássico, em seções temáticas, pois como explicou o próprio Dantas:

Procedendo-se à distribuição das matérias por cada seção, verificou-se, em primeiro lugar, que as seções constituíam, pela vastidão e complexidade dos respectivos estudos, outros tantos congressos independentes, unidos apenas pela definição do tema geral, em segundo lugar, que a divisão determinava a necessidade da organização de um plano, e, conseqüentemente, de uma série de programas parciais.²

¹ Antonio de Oliveira Salazar. Independência de Portugal: nota oficiosa do Presidente do Conselho. *Revista dos Centenários*. Lisboa, n.1, jan 1939. p. 6

² Comissão Executiva dos Centenários. *Congresso do Mundo Português* (1940): Plano Geral e Programas de Estudo. Lisboa: Tip. Otosgráfica, 1940. p 1

Diante desse impasse, a Comissão procurou arquitetar um “sistema”³ formado por oito congressos, cuja unidade estaria assegurada pela definição de um tema comum: a história de Portugal. As oito jornadas acadêmicas comporiam o inventário histórico do Mundo Português e seriam arranjadas da seguinte maneira:

I – CONGRESSO	
1ª Seção	Pré-história
2ª Seção	Proto-história e História até a Reconquista cristã
3ª seção	Antropologia pré e proto-história
II – CONGRESSO	
1ª Seção	Conquista e defesa do território.
2ª Seção	Organização do Estado e da Nação.
III – CONGRESSO	
1ª Seção	Os Descobrimentos marítimos
2ª Seção	O Império do Oriente.
3ª Seção	Conseqüências dos Descobrimentos.
IV – CONGRESSO	
1ª Seção	A perda da Independência e a dominação filipina.
2ª Seção	A resistência nacional até a Restauração.
V – CONGRESSO	
1ª Seção	Depois da paz com a Espanha
2ª Seção	A ditadura pombalina
3ª Seção	A reação contra Pombal
VI – CONGRESSO	
1ª Seção	O Constitucionalismo
2ª Seção	O Império africano.
VII – CONGRESSO (CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE	
1ª Seção	Do descobrimento à ocupação da costa
2ª Seção	O ciclo do ouro e dos diamantes.

Quadro 6 – Plano Geral do Congresso do Mundo Português. Fonte: Quadro elaborado a partir das informações registradas no plano geral e programa de estudos do Congresso do Mundo Português.

De acordo com o plano de estudo, o **Congresso I** compreenderia três seções, abrangendo desde a chegada do homem onde posteriormente se organizaria o condado portugalense até a reação cristã contra o domínio mulçumano. Já o **Congresso II** (o medieval) destinar-se-ia ao estudo da fundação e da formação da nacionalidade portuguesa, sua unidade territorial, povoamento, instituições, consolidação política e organização econômica da Nação. O **Congresso III**, por sua vez, contemplaria a história das navegações, dos descobrimentos e da colonização portuguesa até o auge do Império

³ A expressão é de Júlio Dantas

do oriente nas suas múltiplas expressões civilizadoras, procurando expressar, em síntese, o sentido vital das atividades portuguesas nos séculos XV e XVI. No **Congresso IV** (da Monarquia dualista) promover-se-ia o estudo dos esforços realizados pelos portugueses no sentido de manter a integridade de Portugal e de seu Império, bem como o exame dos serviços prestados à cultura e à civilização, das ações desenvolvidas para reintegrar a nação lusíada na plenitude da sua soberania e dos dois momentos culminantes deste período: a aclamação de Felipe III em 1582 e a aclamação de D. João IV em 1640. O **Congresso V** versaria sobre a história portuguesa dos séculos XVIII e XIX, focalizando os esforços realizados para a reorganização político-econômico-social do país, a obra de civilização prosseguida no além-mar, as intervenções portuguesas na política europeia e a incorporação das idéias elaboradas na Europa e as suas conseqüências na vida cultural e política da Nação até o estabelecimento do constitucionalismo. No **Congresso VI**, analisar-se-ia a autonomia do Brasil em relação à comunidade portuguesa, a corrida à África das grandes nações europeias, a abolição da escravatura e a adaptação do país às normas constitucionais, elementos *sui generis* de um período na história de Portugal no qual se organizou o Império Africano, criou-se uma escola de colonizadores com Sá da Bandeira e Andrade Corvo e preparou-se a reação nacionalista.

Previu-se, ainda, uma jornada acadêmica voltada para o estudo sistemático do papel desempenhado por Portugal no domínio das ciências, além de um evento, direcionado predominantemente para as questões africanas, em particular aquelas que interessavam a antropologia, a etnografia e a lingüística das populações nativas, ao povoamento, ao contacto das raças e suas conseqüências político-econômico-sociais, bem como à necessidade de formular um projeto colonial em moldes científicos. Por fim, planejou-se convocar o Congresso Luso-Brasileiro de História, no qual se procuraria, pela íntima cooperação dos investigadores e dos historiadores portugueses e brasileiros, o esclarecimento e a unidade de interpretação dos fatos que importam aos três primeiros séculos da história do Brasil, patrimônio comum a Portugal;

A 1º de Julho de 1940, as expectativas de Salazar se concretizavam. A sessão inaugural do *Congresso do Mundo Português* teve lugar no Palácio da Assembléia Nacional, sob a presidência do Chefe de Estado, General Oscar Carmona, e contou com a presença de representantes de Universidades, de Academias e de Institutos de diversos países tais como a Alemanha, a Bélgica, o Brasil, a Espanha, os E.U.A., a França, a Grã-Bretanha e a Itália. Em nome do governo brasileiro, Gustavo Barroso dirigiu uma

saudação aos presentes, enfatizando em seu discurso que o Brasil de fato pertencia ao Mundo Português. Além de Gustavo Barroso, estiveram presentes na ocasião os delegados da *Exposição do Mundo Português* e os membros da Embaixada Especial do Brasil. Por sinal o Gal. Francisco José Pinto não deixaria de registrar a sua impressão sobre essa sessão cheia de contrastes, na qual se encontravam lado a lado delegados de países em guerra em um dos momentos mais conturbados para a Europa. Segundo o general:

(...) os representantes da Alemanha, Espanha e Itália fizeram-se notar pelo uso do gesto fascista e nazista. Foi profundamente comovente o momento em que falou o padre jesuíta belga Pierre Charles, professor da Universidade de Lovaina e da Universidade Gregoriana de Roma, o qual chegara pela manhã como refugiado da Bélgica e a quem pediram que representasse o seu país. Os representantes da Alemanha e Estados Unidos da América e Grã-Bretanha a todos surpreenderam fazendo perfeito uso da língua portuguesa.⁴

Seis congressos iniciariam os seus trabalhos nos dias subseqüentes, encerrando-se, os mesmos, a 13 de Julho. O primeiro deles se realizou na Universidade do Porto, o segundo e o sexto na Universidade de Coimbra, os demais tiveram lugar em Lisboa distribuídos entre a Universidade, as Academias, a Sociedade de Geografia e a Escola Superior Colonial. Já o Congresso de História de Atividade Científica Portuguesa e o Congresso Luso-Brasileiro de História, a princípio, estavam agendados para outubro daquele ano. Porém, a *Embaixada Especial* não estaria presente, uma vez que o seu regresso estava programado para 14 de Agosto.

Sobre o *Congresso Luso-Brasileiro de História*, em especial, Júlio Dantas, na abertura do *Congresso do Mundo Português*, entusiasticamente, informava sua realização, frisando que esse deveria reunir os estudiosos dos dois lados do Atlântico como o primeiro passo de um projeto historiográfico luso-brasileiro (...) *em que se procurará, pela íntima cooperação dos investigadores e dos historiógrafos (...), o esclarecimento e a unidade de interpretação dos fatos que importam aos três primeiros séculos da história gloriosa do Brasil, patrimônio comum*⁵.

Aliás, desde a primeira hora, Dantas vinha externando sua vontade de levar adiante um encontro acadêmico entre estudiosos brasileiros e portugueses, no qual se pudesse abordar o patrimônio histórico comum entre os dois povos. Prova disso é o

4 Francisco J Pinto. *Relatório da Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal. Out 1940*. Comemorações Centenárias (Portugal), Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 788 Maço 10972.

5 Júlio Dantas. *Discurso*. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa, v. XV, 1940, p. 17.

documento datado de 19 de setembro de 1938 e encaminhado para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

A Comissão (...) previu a realização em Lisboa, (...), de um Congresso do Mundo Português, em que se fará a síntese histórica das atividades nacionais desde a fundação até aos nossos dias, e de um Congresso Luso-Brasileiro de História, no qual serão estudados, (...), os mais importantes problemas que interessam a história de Portugal e do Brasil durante os três séculos que vivemos em comum. (...) Seria extremamente agradável à Comissão conhecer a douta opinião de V. Exa. e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (...), acerca da oportunidade e vantagens de semelhante Congresso, e, ao mesmo tempo, assegurar-se da preciosa colaboração dessa coletividade, (...), na organização do Congresso Luso-Brasileiro de História, e na elaboração do respectivo programa, (...) Os encargos do Congresso Luso-Brasileiro de História serão exclusivamente suportados pelo Governo Português, que dotou a respectiva Comissão com as verbas necessárias para todas as despesas, incluindo viagens de congressistas, que por nós forem convidados e que serão nossos hóspedes, pagamento de trabalhos aos relatores, etc.⁶

Mas, subjacente a esses objetivos formais, há um outro aspecto a ser considerado: as redes de sociabilidade que envolvia homens de letras e artistas dos dois lados do Atlântico. Com efeito, Júlio Dantas, membro correspondente da Academia Brasileira de Letras, esperava também inserir os seus confrades brasileiros no *Congresso do Mundo Português*, como, por exemplo, o seu grande amigo Afrânio Peixoto, que chegou a colaborar no primeiro número da *Revista dos Centenários*, conforme foi visto no primeiro capítulo.

De qualquer modo, os propósitos de Dantas satisfaziam a percepção de Salazar de que uma iniciativa daquele porte ajudaria a reforçar a política de aproximação com a antiga colônia, aproveitando as boas relações culturais existentes. Não por acaso, como revela o documento acima transcrito, o governo português ofereceu-se para arcar com os custos de viagem e de estadia dos congressistas brasileiros, como um meio de garantir a sua presença e a consecução do programa de estudos planejados.

Diante disso, em 9 de Julho de 1939, Dantas novamente convocava a colaboração dos letrados do Atlântico sul:

Permito-me dirigir hoje o meu apelo não apenas a Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que já nos concederam o seu prestigioso apoio, mas a todos os organismos universitários e culturais do Brasil e a todos os investigadores e historiadores da grande nação americana de língua portuguesa, para colaborar conosco e nos enviem as suas comunicações, quer sobre os temas que o programa definirá, quer sobre quaisquer outros da história luso-brasileira, desde o descobrimento até a separação.⁷

⁶ Júlio Dantas, *Carta dirigida ao presidente do IHGB, Lisboa, 19 de setembro de 1938*. IHGB, Arquivo do IHGB, Lata 569, pasta 34.

⁷ Congresso do Mundo Português. *Correio da Manhã*. 09/07/1939. Arquivo da Academia Brasileira de Letras - Sócio Correspondente Júlio Dantas - pasta 8.2

Mas ao que tudo indica, Getúlio Vargas não iria abrir mão de intervir na organização do *Congresso*, nem deixaria escapar a oportunidade para mostrar sua versão da história do Brasil. E parece que ele não perdeu tempo, como sugere um ofício de Dantas dirigido ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 21 de março de 1939, cujas entrelinhas deixam a entrever que as autoridades brasileiras já andavam interferindo na preparação do evento:

O Congresso Luso-Brasileiro de História, cuja inauguração está prevista para 12 de outubro, data que pode mudar-se, mas que foi afixada de acordo com o Sr. Afrânio Peixoto, presidente da Comissão nomeada pela Academia Brasileira para se ocupar da sua colaboração neste Congresso (...). Esclarece-se que os congressos previstos são organizados, no que se respeita a Portugal, não pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou da Educação Nacional, mas por uma Comissão Executiva nomeada pelo governo pelo decreto-lei nº 29.087 (...), que já se pôs em contato com a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico, e que procurará a colaboração de todas as corporações e individualidades brasileiras especializadas no estudo de história para a elaboração do respectivo programa. É obvio que o governo brasileiro poderá exercer, quando entenda e como entenda, a sua ação orientadora (...). Permito-me, entretanto, sugerir a nomeação pelo Governo Federal de uma comissão oficial de historiadores e eruditos, que sem prejuízo das Academias e outras coletividades representativas do Brasil mental, assegure a unidade da colaboração brasileira no Congresso que mais a interessa, que é a da história, na parte em que essa história constitui patrimônio comum das duas nações de língua portuguesa (...)⁸

A leitura desse documento também deixa evidente que Júlio Dantas já havia acertado praticamente quase todos os detalhes do *Congresso Luso-Brasileiro de História*: data, colaboradores, temas, etc. Claro que o presidente da Comissão Executiva acenou com a possibilidade de o governo brasileiro oferecer suas sugestões, no entanto, percebe-se que isso não passava de uma simples questão de cortesia. Os detalhes já estavam previamente combinados com o IHGB e a ABL. Além disso, Dantas fez questão de evocar e comprovar a sua autoridade em relação ao *Congresso*.

Contudo, o intervencionismo característico do governo Vargas, segundo o qual o Estado deveria controlar todos os assuntos concernentes ao país, sobretudo os culturais⁹, não permitiria que os trâmites para a realização do *Congresso* ficassem totalmente a mercê dos organizadores lusos. Basta lembrar que o presidente brasileiro já havia baixado os decretos-leis nº 1410/39 e 1565/39, que, como mostrados no capítulo anterior, versavam, respectivamente, sobre a abertura de um crédito especial de três mil contos de reis para financiar todas as despesas relacionadas com a representação brasileira,

8 Júlio Dantas. *Ofício nº 792, dirigido por (...) ao Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de Lisboa, 21 de março de 1939*. Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Maço 955, nº 392, ano de 1939.

9 Maria Helena Rolim Capelatto. *Multidões em cena: a propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas (SP): Papirus, 1998, p. 100-103.

inclusive com o grupo que participaria do *Congresso Luso-Brasileiro*, e sobre a nomeação de delegados do Brasil em congressos, conferências e reuniões internacionais, dispondo que todas as designações para esses eventos caberiam ao presidente da República, mesmo que a viagem não acarretasse ônus para o Tesouro Nacional. Com isso, o Palácio do Catete neutralizava as ações de Dantas e passava a assumir parte da organização do encontro acadêmico. De fato, Vargas buscou promover várias alterações na programação do evento. *O Congresso Luso-Brasileiro de História* se tornaria, então, uma outra arena pacífica onde a historiografia deveria tornar-se o principal artifício de combate.

Embora não fosse o foco principal da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, a preparação do *Congresso Luso-Brasileiro de História* gerou intensas discussões entre o Itamaraty e o Paço das Necessidades, tais como a escolha dos delegados que iriam a Lisboa e a data de início do *Congresso*. Segundo Lúcia Guimarães, o governo do Rio de Janeiro se envolveria em outras pelepas com a Comissão Nacional dos Centenários, as quais ainda permanecem envoltas nas sombras das chancelarias. De acordo com essa autora, (...) *é bem provável que houvessem surgido outras indicações para a pauta de estudos, pois o presidente da Comissão fez questão de frisar, mais uma vez, que a contribuição brasileira deveria se ater à história do período colonial.*¹⁰

Em julho de 1939, em um ofício ao Embaixador do Brasil em Lisboa, A. G. de Araujo Jorge, Dantas comunicou ao governo brasileiro a sua intenção de convidar, para presidir o Congresso e as duas seções em que se dividia, três eminentes figuras do cenário intelectual brasileiro: o reitor da Universidade do Rio de Janeiro, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o presidente da Academia Brasileira de Letras, respectivamente, Afrânio Peixoto, José Carlos de Macedo Soares e Celso Vieira, nomes que integravam a rede de sociabilidades de Júlio Dantas. Tal era o apreço de Dantas por seus colegas do lado de cá do Atlântico que ele fez questão de reiterar que esses seriam hóspedes de honra durante o período em que se realizassem os trabalhos do Congresso Luso-Brasileiro de História.

Como, pelo programa do Congresso do Mundo Português V. Exa. Poderá verificar (...), o Congresso Luso-Brasileiro de História inclui duas seções, estando-lhe adstritas, portando, três presidências, a do congresso e a das duas seções em que ele se divide. Na minha dupla qualidade de Presidente da Comissão Nacional dos Centenários e de Presidente da Comissão Executiva dos Congressos, permito-me manifestar a V. Exa. o desejo, que é o de nós todos, de que essas três presidências sejam exercidas por individualidades

¹⁰ Lúcia Guimarães. *A censura do Palácio do Catete e o malogro do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)*. Conferência proferida no Centro de Estudos de Alê-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, em 27 de janeiro de 2009.

brasileiras eminentes. Essas individualidades seriam: o Reitor da Universidade do Rio de Janeiro; o Presidente da Academia Brasileira de Letras; o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como, porém, esta Comissão Nacional tem pelas três instituições a que acabo de referir-me igual consideração e apreço, não deseja estabelecer entre elas qualquer distinção ou presidência, deixando aos insignes Reitor da Universidade, Presidente da Academia e Presidente do Instituto o encargo de escolher entre si, por comum acordo, qual dos três deve ser o Presidente do Congresso qual o Presidente da 1ª secção e qual o Presidente de 2ª secção. Inútil acentuar que os três eminentes brasileiros serão aqui nossos hóspedes de honra durante o período em que tão relevante ato cultural se realiza, e que os trabalhos do Congresso se efetuarão sob a sua direção, não honorífica, mas efetiva.¹¹

Interessante é perceber que pela primeira vez Dantas se dirigia a Embaixada do Brasil em Lisboa e não às instituições brasileiras, com as quais sempre se entendera diretamente. Outras mensagens se sucederiam. Sem lograr êxito, Dantas enviou um novo ofício ao Embaixador reiterando e reforçando a sua solicitação: *venho solicitar a sua prestigiosa intervenção em assunto que respeito ao Congresso Luso-Brasileiro de História, cujo acto inaugural e programa oficial das comemorações centenárias prevê para 28 de outubro de 1940*. Este último apelo parece ter surtido algum efeito, pois se sabe que o Embaixador Araujo Jorge finalmente entrou em contato com o Itamaraty.

Contudo, para desapontamento de Júlio Dantas, não houve nenhuma resposta oficial ao seu pleito, seja do governo, seja dos três eruditos convocados para presidir as seções do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Passado quase um ano do primeiro convite e sem entender o que estava acontecendo, já que os três convocados sempre se mostraram corteses e sensíveis aos seus apelos, Dantas reportou-se, novamente, ao Embaixador A. G. de Araujo Jorge¹², ao qual solicitou *a extrema fineza de se dignar obter a aquiescência daquelas três altas individualidades*¹³. Porém, nem mesmo a intermediação direta do diplomata conseguiria garantir o visto de saída daqueles três letrados para Lisboa.

Neste sentido, cabe questionar por que razão Vargas não acolheu a sugestão de Júlio Dantas, uma vez que Afrânio Peixoto, Macedo Soares e Celso Vieira eram vultos perfeitamente qualificados para representar o Brasil naquelas solenidades. Tudo leva a crer que o Chefe de Estado reprovou o fato de Dantas tê-los convidado sem previa consulta às autoridades brasileiras. Além disso, havia o problema de desafeto que

¹¹ Júlio Dantas. Ofício nº 286, dirigido por (...) ao Embaixador A.G. de Araujo Jorge, datado de Lisboa, 11 de agosto de 1939. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 664, Maço 9884.

¹² A.G. de Araujo Jorge havia sido patrono e paraninfo de Afrânio Peixoto na cerimônia de imposição da insígnia de Doutor Honoris Causa da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em janeiro de 1939.

¹³ Júlio Dantas. *Ofício de (...), dirigido ao Embaixador Araújo Jorge, datado de Lisboa, 5 de abril de 1940*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 664, Maço 9884.

envolvia Vargas e Afrânio Peixoto, como bem explica Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal no Brasil, em um telegrama confidencial dirigido a Salazar:

(...) tenho o dever de informar o seguinte: conversando acerca das personalidades brasileiras que irão participar nas nossas comemorações, o ministro Osvaldo Aranha (...) informou-me intencionalmente que o presidente Vargas sabe de fonte segura que o professor Afrânio Peixoto sempre adotou em Portugal atitude profundamente hostil ao governo de sua pátria, como propalou graves falsidades ofensivas a honra pessoal daquele presidente (...)¹⁴

Como se não bastasse, Afrânio Peixoto, em um artigo divulgado em um jornal de Lisboa, preconizava a volta do Brasil à condição de colônia de Portugal, pois segundo ele *a moda das independências passou*¹⁵. Percebe-se, portanto, que não se tratava de uma simples implicância pessoal de Getúlio. Em 1937, por exemplo, chegava ao Ministério das Relações Exteriores o seguinte comunicado A. G. de Araujo Jorge: *Tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelência, nos inclusos recortes do Diário de Lisboa, vespertino de grande circulação nesta Capital, a entrevista concedida pelo Professor Afrânio Peixoto, contendo uma série de declarações que causaram a mais penosa impressão nos círculos brasileiros deste país.*¹⁶ Mais tarde, em 28 de outubro de 1940, o periódico *O Radical*, do Rio de Janeiro, publicaria um artigo com o título *Como é isso Dr. Afrânio?*, manifestando a indignação pelo fato de Afrânio Peixoto, em sua obra *História do Brasil*, editada no Porto, ter posto abaixo do seu nome a seguinte qualificação, “da Academia Portuguesa da História” ao invés de membro “da Academia Brasileira de Letras”, o que certamente punha em dúvida o seu patriotismo¹⁷.



Figura 40 - Entrevista de Afrânio Peixoto ao periódico *Diário de Lisboa* em 5 de março de 1937

14 Júlio Dantas. *Telegrama confidencial dirigido por (...) ao presidente do Conselho Antonio de Oliveira Salazar, datado do Rio de Janeiro, 29/04/1940*. Arquivo Histórico-Diplomático MNE. Centenários. Processo 52, 114, 1940. 3º Piso. A1, Maço 956

15 O professor exercita um dos seus talentos. *Diário de notícias*. 8/9/40. Arquivo da Academia Brasileira de Letras – Acadêmico Afrânio Peixoto - pasta 4

16 AG de Araujo Jorge. *Ofício no. 53, dirigido por (...) ao Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, datado de Lisboa, 6 de março de 1937*. Arquivo Histórico do Itamaraty. M.D.B. 25/4/11 Lisboa.

17 Como é isso Dr. Afrânio? *O Radical*. 28/10/1940. Arquivoda Academia Brasileira de Letras – Acadêmico Afrânio Peixoto - pasta 4

Em última análise, é correto afirmar que Vargas pretendia dar unidade à representação brasileira, preferindo nomes mais afinados com o seu governo, tal qual os integrantes da *Embaixada Especial*. Com efeito, tal era a importância de se manter a coesão ideológica e historiográfica que o escritor José Lins do Rego, outro erudito convidado por Dantas para participar das efemérides, também sofreria a censura de Vargas. Esse era considerado pelo governo brasileiro como um romancista de esquerda e, segundo sugestão de Osvaldo Aranha, deveria ser substituído por intelectuais católicos da nova geração¹⁸.

Por fim, a 23 de outubro de 1940, nos termos do mencionado decreto-lei nº 1565/39, Vargas acabou por permitir a viagem de oito congressista, mas tudo leva a crer que a autorização não passou de uma mera formalidade, uma vez que o *Congresso* deveria começar em 11 de novembro. De qualquer modo, as designações passaram pela censura das autoridades competentes. Afrânio Peixoto, sintomaticamente, não figurava na relação endereçada à chancelaria. Das notabilidades convidadas por Júlio Dantas foram mantidos os presidentes do Instituto Histórico e da Academia Brasileira de Letras, respectivamente, José Carlos de Macedo Soares e Celso Vieira. Os outros nomes que comporiam a delegação brasileira seriam: Pedro Calmon, Emilio Souza Docca, Didio Iratim Afonso da Costa, Gustavo Barroso, Osvaldo Orico, Eugênio de Castro. Os três últimos, por conta da Exposição do Mundo Português, já se encontravam em Lisboa, bem como o professor Guy de Holanda, assessor de Gustavo Barroso, que estava inscrito para apresentar uma comunicação no encontro acadêmico. É obvio que o curto espaço de tempo entre a assinatura do decreto e a data de abertura do Congresso acabaria por restringir a representação brasileira aos quatro intelectuais designados que se achavam na capital portuguesa. *Para a tristeza de Dantas, que idealizara uma jornada monumental, contando com a presença de uma plêiade de renomados intelectuais, inclusive seus velhos companheiros do lado de cá do Atlântico*¹⁹. Aqueles que não puderam comparecer ao evento mandaram o seguinte telegrama para o presidente geral dos Congressos:

Ao instalar-se em Lisboa o Congresso Luso-Brasileiro de História, os delgados de Brasil que não puderam comparecer por motivos imperiosos, mas participam em espírito nos seus trabalhos vêm felicitar V. Ex.^a e demais congressistas pela grande iniciativa corporificada nessa prestigiosa assembléia em que duas pátrias irmãs, unidas por sentimentos e afinidades mutáveis, revêem a glória e as tradições comuns e demonstram o esforço dos seus valores nacionais de

18 Martinho Nobre de Mello. *Telegrama confidencial dirigido por (...) ao presidente do Conselho Antonio de Oliveira Salazar, datado do Rio de Janeiro, 27/04/1940*. Arquivo Histórico-Diplomático MNE. Centenários. Processo 52, 114, 1940. 3º Piso. A1, Maço 956

19 Lúcia Guimarães. Op. Cit.

renovação contemporânea. Cordiais homenagens. – Embaixador Macedo Soares, Afrânio Peixoto, Celso Vieira, Antonio Austregésilo, Pedro Calmon, Coronel Souza Docca, Comandante Didio Costa.²⁰

Aliás, cabe salientar que a fixação da data do *Congresso Luso-Brasileiro de História* foi outro ponto de atrito entre Júlio Dantas e as autoridades brasileiras. A princípio, Dantas elegera o dia 12 de outubro – Descobrimento da América –, data essa escolhida de comum acordo com Afrânio Peixoto como ele próprio revelou. Diante das razões já expostas nesse trabalho, por certo, os altos escalões do Palácio do Catete não aceitariam tal sugestão. De fato, protelaram o quanto puderam, concordando, finalmente, com a data de 18 de novembro, diante da promessa, feita pelo Itamaraty, da ida do próprio Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Porém nem esse nem as personalidades nomeadas oficialmente por Vargas deixaram o Rio de Janeiro.

Por fim, depois de quase um ano negociações, o *Congresso Luso-Brasileiro de História* teve a sua grande e aguardada estréia na noite do dia 18 de novembro na Academia das Ciências de Lisboa, lugar mais do que apropriado para essa solenidade, já que um dos seus insígnos fundadores havia sido o patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva.

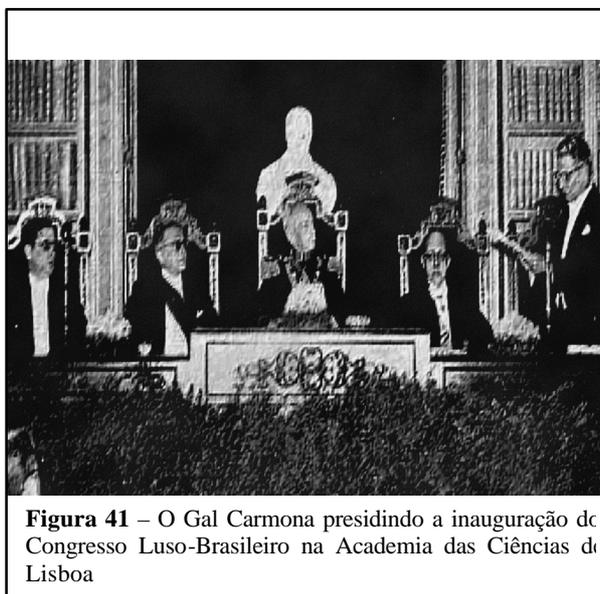


Figura 41 – O Gal Carmona presidindo a inauguração do Congresso Luso-Brasileiro na Academia das Ciências de Lisboa

Como nenhum dos três nomes indicados por Dantas para presidir as atividades do *Congresso* conseguiu embarcar para Portugal, ficou decidido que a presidência geral seria confiada ao Comandante Eugênio de Castro, cabendo a direção da 1ª e da 2ª Seção,

²⁰ Congresso Luso-Brasileiro. *A Voz*. 20/11/1940. Arquivo Histórico do Itamaraty.

respectivamente, ao Prof. José Maria de Queiroz Veloso e ao Pe. Serafim Leite, escolhidos de improviso.

O Comandante Eugênio de Castro²¹ pertencia aos quadros do IHGB, da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Nacional do Livro e da Sociedade Capistrano de Abreu. Colaborava no *Jornal do Comércio* e foi autor de vários trabalhos sobre a história da navegação, como *Cruzeiros, Terra à Vista* e o seu famoso *Diários de Navegação de Pero Lopez de Souza*, cuja reedição estava programada para acontecer durante os festejos Centenários.

Um dos projetos de que se cogitou neste Ministério para a contribuição que o Brasil vai oferecer a Portugal no ano próximo para a comemoração das datas centenárias de sua fundação e de sua separação da Coroa de Espanha, foi o relativo à reedição da obra “Diário de Navegação de Pero Lopes (1530-1532), de que é autor o Comandante Eugênio de Castro.”²²

Percebe-se, portanto, que o perfil do Comandante harmonizava-se perfeitamente com os nomes que compuseram a *Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias*, que, como visto, era constituída por militares letrados de confiança do presidente Vargas. Deste ponto de vista, Eugenio de Castro se mostrava mais do que habilitado para presidir o *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Além disso, ele não despontaria seus anfitriões. Por ocasião da abertura do *Congresso*, ele proferiu as seguintes palavras (...) *Que este Congresso, que hoje se inaugura sob sábios auspícios, nos dê sobre matéria tão magna, sua lição e seu conselho, para que cada vez mais patenteie com a devida justiça, o que foi a obra prima da colonização que Portugal realizou na América*²³.

Por outro lado, não se pode negar que Júlio Dantas ficou consternado com a situação gerada em torno dos seus três amigos e dos outros delegados brasileiros que não puderam comparecer ao evento. Tanto assim, que na inauguração do *Congresso* esclarecera:

Não puderam alguns dos membros da missão oficial brasileira, nomeados por decreto de 23 de outubro, chegar a tempo de tomar parte neste claustro pleno de historiadores. A anormalidade da situação internacional privou-nos da presença dos senhores embaixador Macedo Soares e acadêmico Celso Vieira, respectivamente presidente do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras, a quem havíamos confiado, de acordo com o Itamaraty, as

21 Eugenio de Castro ingressou na Escola Naval em 1899 e em 1927 foi reformado no posto de Capitão de Corveta.

22 Bueno. *Ofício enviado por (...) a Augusto de Lima Filho, Secretário da Comissão incumbida de preparar a participação do Brasil nas comemorações centenárias portuguesas de 1940, datado do Rio de Janeiro, 18/04/1939*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 664, Maço 9884.

23 Cf. Eugênio Teixeira de Castro, “Discurso proferido na Academia de Ciências de Lisboa, em 28 de outubro de 1940”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 195: 172-173, 1947.

Sobre Eugênio Teixeira de Castro (1882-1947), ver, IHGB, *Dicionário Biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Preparado por Vicente Tapajós com a colaboração de Pedro Tórtima. Rio de Janeiro: IHGB, 1993, v. 3, p. 47-48.

mais altas magistraturas do Congresso. Entretanto, a participação do Brasil nos nossos trabalhos está perfeitamente assegurada.²⁴

Já em relação a Afrânio Peixoto, Dantas não ofereceu muitas explicações, mas fez questão de ler em voz alta a seguinte e enigmática mensagem enviada pelo amigo: (...) *não posso ir a Portugal; não posso estar no santuário; mas, meu amigo, - até logo*²⁵.

²⁴ Sessão solene inaugural do congresso luso brasileiro de história, realizada na academia das ciências de Lisboa, na noite de 18 de novembro. *Revista dos Centenários*. Lisboa, n. 23, Nov. 1940, p. 27

²⁵ *Idem*, loc. cit.

3.2 O patrimônio comum das duas Nações-Irmãs

O *Congresso Luso-Brasileiro de História* fora planejado para tratar do período compreendido entre 1500 e 1822, com a recomendação de que as comunicações deveriam atentar para os: (...) *problemas que respeitam ao descobrimento, colonização e organização da Nação brasileira (...), período cuja história é patrimônio comum dos dois povos irmãos, procurando tanto quanto possível, dentro de um espírito rigorosamente objetivo, o esclarecimento e a unidade de interpretação de determinados fatos*²⁶. Com efeito, as ementas apresentadas para exame contemplavam a história da América portuguesa, enfatizando aspectos da ocupação e defesa do território, da atuação dos jesuítas e da economia colonial. Junto à relação de temas foram anexadas indicações para a inscrição de congressistas e as regras para o envio e publicação de comunicações. Os textos completos deveriam ser remetidos à Comissão Nacional dos Centenários até 31 de dezembro de 1939. Em maio de 1939, a Comissão divulgou na *Revista dos Centenários*, um primeiro esboço da programação e do calendário das atividades.

1ª SEÇÃO DO DESCOBRIMENTO À OCUPAÇÃO DA COSTA	2ª SEÇÃO O CICLO DO OURO E DOS DIAMANTES
1. Descobrimto. As primeiras notícias e a exploração da costa. Necessidades de defesa	1. As grandes bandeiras e seus objetivos. A intervenção do estado e dos governos locais na organização das bandeiras.
2. O plano de D. João III: ensaios e desilusões. A lição da experiência: o governo geral.	2. A descoberta das minas de ouro. Providências régias sobre a exploração mineira; conseqüências mediatas e imediatas.
3. A cultura da cana e o recurso à mão de obra escrava.	3. A política externa de Portugal para a defesa da integridade do Brasil. Colônia do Sacramento; tratado de 1750; tratado de Santo Ildefonso.
4. Fatores econômicos da penetração: as “descidas”; a exploração pecuária; a mineração. Primeiras bandeiras.	4. A expulsão dos jesuítas e a nova política indígena. As companhias pombalinas e a economia brasileira.
5. Os jesuítas e a conversão dos índios. Política indígena do estado e reações dos colonos.	5. A corte no Rio de Janeiro. Reino Unido de Portugal e Brasil. Separação do Brasil.
6. Saída dos franceses e dos holandeses	6. Bibliografia
7. Bibliografia	

Quadro 7 – Plano Geral do Congresso Luso-Brasileiro de História. Fonte: Quadro elaborado a partir das informações registradas na *Revista dos Centenários*.

²⁶ *Revista dos Centenários*. Lisboa, 6: 13, julho de 1939.

Para uma melhor organização, o encontro foi dividido em duas seções de trabalho, cujos conteúdos programáticos se complementavam numa seqüência cronológica: Do descobrimento à ocupação da costa; O ciclo do ouro e dos diamantes. As seções de comunicações, cujos trabalhos se iniciaram no dia 19 de novembro, ocorreriam concomitantemente durante os sete dias de *Congresso*, expondo as teses de intelectuais portugueses e brasileiros.

Participaram do *Congresso Luso-Brasileiro de História* 80 intelectuais, entre portugueses, espanhóis, alemães além dos 4 brasileiros anteriormente mencionados, cujas comunicações apresentadas abarcavam um amplo leque temático, indo desde o estudo do marco colonial mais antigo do Brasil até a diferença do vocabulário médico em ambos os lados do Atlântico. Contudo, cabe aqui esclarecer que o material publicado nos Anais do *Congresso Luso Brasileiro de Historia* – teoricamente a fonte mais importante sobre o evento - não corresponde ao que se tratou no encontro. Vale lembrar que os Anais reproduzem, na íntegra, tão somente os 92 textos enviados aos organizadores do *Congresso*. Não por acaso, na última página dos três volumes publicados consta a seguinte nota explicativa: *Como nem todas as memórias e comunicações aqui reunidas foram objetos de discussão nas sessões do Congresso, a comissão entende dever advertir que o fato de serem agora publicadas não importa necessariamente a aceitação da sua doutrina.*

Recorrendo-se a outros testemunhos, em particular os jornais que cobriram a realização do evento, constata-se que parte das contribuições não foi de fato apresentada e tampouco debatidas. Conforme os diários lisboetas que acompanharam as sessões do *Congresso*, sabe-se que foram examinados nos salões da Assembléia Nacional um total de 84 trabalhos. Uma média de 12 teses por dia. A agenda de atividades do *Congresso Luso-Brasileiro de História* ficou assim resumida:

Data	1ª Seção	2ª Seção
19 de Novembro	1. <i>O Esmeraldo de Duarte Pacheco.</i> (Lindolfo Gomes) 2. <i>Primeiro Núcleo Fundado pelos Portugueses no Brasil – Origem do Rio de Janeiro.</i> (A. Magalhães Correia) 3. <i>O Mais Antigo Marco Colonial do Brasil.</i> (Câmara Cascudo) 4. <i>Descobrimto do Brasil pelos</i>	1. <i>O Resguardo da Colônia.</i> (Gal. Raul Correia Bandeira De Melo) 2. <i>Os Descobrimtos e Povoadores de Minas Gerais.</i> (Augusto De Lima Junior) 3. <i>A Formação Social de Minas Gerais.</i> (Augusto De Lima Junior) 4. <i>O Ouro de Minas Gerais.</i> (Augusto

	<p><i>Portugueses Antes de 1500.</i> (Jordão De Freitas)</p> <p>5. <i>Da Intenção e da Causalidade do Descobrimento do Brasil.</i> (Carlos Coimbra)</p>	<p>De Lima Junior)</p> <p>5. <i>A Grande Invasão de Minas Gerais.</i> (Augusto De Lima Junior)</p> <p>6. <i>Interesse que a El-Rei D. Pedro II Mereceu a Capitania de Pernambuco e Várias Pessoas que nela Residiram, Patente em Alguns Documentos Inseridos no Códice 51-VIII-53 da Biblioteca da Ajuda.</i> (Frederico Gavazzo Perry Vidal)</p> <p>7. <i>O Maranhão (Roteiro dos Papeis Avulsos do Século XVIII do Arquivo Histórico Colonial).</i> (Luiza da Fonseca)</p>
20 de Novembro	<p>1. <i>A Lenda de Sabarabuçu.</i> (Basílio de Magalhães)</p> <p>2. <i>A Primeira Notícia Etnográfica da Terra De Santa Cruz.</i> (Luiz Chave)</p> <p>3. <i>O Descobrimento do Brasil pelos Portugueses, as Suas Primeiras Notícias, a Exploração e a Sua Necessidade de Defesa.</i> (Mário Simões Dos Reis)</p> <p>4. <i>O Descobrimento do Brasil. as Primeiras Notícias e a Exploração.</i> (Saladino De Gusmão)</p> <p>5. <i>A Condição Jurídica das Capitânicas Brasileiras.</i> (Luiz De Oliveira Guimarães)</p> <p>6. <i>Meio Século de Colaboração entre a Metrópole e a Colônia.</i> (Durval Pires De Lima)</p>	<p>1. <i>O Capitão e Almirante Lourenço Carneiro de Araújo.</i> (Conde de Campo Belo (D. Henrique))</p> <p>2. <i>A Miragem do Ouro nas Capitânicas do Norte do Brasil.</i> (Madalena da Câmara Fialho)</p> <p>3. <i>Os Quintos do Ouro em Minas Gerais: 1781-1732.</i> (Manuel da Silveira Soares Cardoso)</p> <p>4. <i>Luiz de Albuquerque – Fronteiro Insigne.</i> (Virgílio Correia, Filho)</p> <p>5. <i>Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso – o Seu Fundador e a Sua Fundação.</i> (Henrique de Campos Ferreira Lima)</p> <p>6. <i>Anal de Vila Bela Desde o 1º Descobrimento Deste Sertão do Mato Grosso, no Ano de 1734.</i> (João Afonso da Corte Real)</p> <p>7. <i>O Português dos Açores na Consolidação Moral e Social do Domínio Lusitano no Extremo Sul do Brasil.</i> (Dante de Laytano)</p>
21 de Novembro	<p>1. <i>Os Cabrais eram Agigantados.</i> (Aureliano Leite)</p> <p>2. <i>Os Jesuítas e a Catequese do Silvícola.</i> (Pe. Luiz Gonzaga Mariz, S. J.)</p> <p>3. <i>A Odisséia de Francisco Barreto Meneses.</i> (Calado Ribeiro de Lessa)</p> <p>4. <i>O Brasil Durante os Sessenta Anos de Administração Filipina.</i> (José Maria de Queiroz Veloso)</p>	<p>1. <i>Os Serviços e Espírito de Alexandre de Gusmão.</i> (Rocha Martins)</p> <p>2. <i>Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.</i> (José Mendes da Cunha Saraiva)</p> <p>3. <i>O Capitão General do Pará e Maranhão – João da Maia da Gama – e a Companhia de Jesus.</i> (F.A. Oliveira Martins)</p> <p>4. <i>Pedro Taques de Almeida e as</i></p>

		<p><i>Terras do Conselho ou Rossio da Vila de São Paulo.</i> (Ernesto Ennes)</p> <p>5. <i>A Capitania de São Pedro.</i> (Souza Docca)</p> <p>6. <i>Tratado de 1750 – Gomes Freire de Andrade, o General.</i> (João Borges Fortes)</p> <p>7. <i>Subsidio para a História da Delimitação da América Portuguesa pelo Tratado de 1750.</i> (P.M. Laranjo Coelho)</p> <p>8. <i>Uma Conspiração Malograda em Minas Gerais para Aclamar Rei do Brasil o Infante D. Manuel (1741-1744).</i> (Ernesto Ennes)</p> <p>9. <i>O Cônego Gonçalo de Souza Falcão, Vigário Geral do Arcebispo da Bahia.</i> (José Afonso Corte Real)</p>
22 de Novembro	<p>1. <i>Os Jesuítas e a Conversão dos Índios.</i> (Pe. Candido Mendes, S. J.)</p> <p>2. <i>A Colaboração da Metrópole na Reconquista do Brasil.</i> (Rodrigues Cavalheiro)</p> <p>3. <i>Espinosa e Aspilcueta Navarro.</i> (Basílio de Magalhães)</p> <p>4. <i>O trabalho do Engenho e a Reação do índio – Estabelecimento da Escravatura Africana.</i> (Luiz Vianna, Filho)</p>	<p>1. <i>D. João VI, o Fundador.</i> (Celso Vieira)</p> <p>2. <i>Quatorze e Vinte um de Janeiro: Datas que a História do Brasil Esqueceu.</i> (Edgard Luiz Duque Estrada)</p> <p>3. <i>A Questão do Amazonas Através dos Tratados: Paris, 10 de Agosto de 1797 – Badajós e Madri, 1801 (Resumo, com um mapa).</i> (Luciano de Castro)</p> <p>4. <i>Notas Comparativas de Medicina Popular Luso-Brasileira.</i> (A. Lima Carneiro e F.C. Pires de Lima)</p> <p>5. <i>Notas Comparativas entre o Vocabulário Médico Popular Português e o Vocabulário Médico Brasileiro.</i> (A. Lima Carneiro e F.C. Pires de Lima)</p> <p>6. <i>A Corte do Rio de Janeiro e Transplantação para o Brasil das Instituições Portuguesas Metropolitanas.</i> (Eloy de Moura)</p>
23 de Novembro	<p>1. <i>A Reconquista de Angola por Salvador Correia de Sá.</i> (Júlio Cayola)</p> <p>2. <i>Resposta a uma Arrogância.</i> (Walter Spalding)</p> <p>3. <i>João Fernandes Vieira, o Primeiro Aclamador da Liberdade.</i> (Mário</p>	<p>1. <i>O Algarve ao Serviço da Corte do Rio de Janeiro.</i> (Alberto Iria)</p> <p>2. <i>A Sorte dos Revolucionários no Degredo.</i> (Manuel Ruela Pomba)</p> <p>3. <i>Pródomos da Independência e da República do Brasil.</i> (Braz do</p>

	<p>Magalhães)</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. <i>A Contribuição da Cidade do Porto para o Socorro a Pernambuco (1631)</i>. (António Cruz) 5. <i>Ravardiére no Maranhão</i>. (Lia Arez Ferreira do Amaral) 6. <i>Américo Vespuccio e o Nome da América</i>. (L. Pereira Ferraz) 7. <i>Entradas e Bandeiras</i>. (Basílio de Magalhães) 8. <i>Três Documentos para a História da Navegação</i>. (Rosa Capeans) 	<p>Amaral)</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. <i>A Influência do Meio Português na Formação da Mentalidade do Patriarca da Independência</i>. (Leopoldo Feijó Bittencourt) 5. <i>Independência do Brasil</i>. (Augusto Tavares Lira) 6. <i>Independência do Brasil</i> (Marquês do Lavradio) 7. <i>Casamentos de D. Pedro I e D. Pedro II, Imperadores do Brasil</i>. (P. José de Castro) 8. <i>O Império – Síntese do 1º e 2º Reinado – a República</i>. (Brito Machado) 9. <i>O Parlamento no Brasil durante o Império</i>. (Augusto Tavares Lira)
24 de Novembro	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>João de Barros, Lisboeta, Apostolo dos Quiriris e Acarasses</i>. (Serafim Leite) 2. <i>Subsídios para a História do Brasil na Época de D. João IV</i>. (Carlos Alberto Ferreira) 3. - <i>A Reintegração de São Paulo no Império Colonial Português, em 1641, e o Episódio de Amador Bueno da Ribeira</i>. (Afonso de E. Taunay) 4. <i>O Bispo D. Marcos Teixeira</i>. (António Baião) 5. <i>O Plano de D. João III – Ensaio e Desilusões</i>. (Afonso Bandeira de Melo) 6. <i>O Roteiro de Vasco da Gama Não Prova a “Causalidade” no Descobrimento do Brasil</i>. (Gago Coutinho) 7. <i>Escravidão no Brasil. (1500-1700)</i>. (M. Maia Mendes) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>A Marcha do Brasil para o Prata</i>. (Manuel Murias) 2. <i>A Formação da Consciência Nacional no Brasil</i>. (Gustavo Barroso) 3. <i>Paralelos Folclóricos entre Portugal e Brasil</i>. (Luiz Chaves)
25 de Novembro	Não houve apresentação de trabalhos nesse dia	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Materiais para a História das Ciências no Brasil - Medicina e História Natural</i>. (Luiz de Pina) 2. <i>Um Novo Atlas da América Hispano-Portuguesa</i>. (Juan Dantin Cereceda) 3. <i>O Método de Castilho em Portugal e o Desenvolvimento que Tomou nas Escolas do Brasil</i>. (Carlos Alberto Ferreira)

		<p>4. <i>Maires e Perots.</i> (Lindolfo Gomes)</p> <p>5. <i>Arcaísmo Ainda Corrente no Português Falado no Interior do Brasil.</i> (João Dornas Filho)</p> <p>6. <i>Contribuição de Estudo sobre a “Viagem Filosófica” do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.</i> (J. Bettencourt Ferreira)</p> <p>7. <i>Documentos Manuscritos e Cartográficos Relativos ao Brasil que Existem no Arquivo Histórico Militar.</i> (Henrique de Campos Ferreira Lima)</p> <p>8. <i>Nota Prévia Sobre as Origens Ideológicas da Inconfidência Mineira.</i> (Guy de Holanda)</p>
--	--	---

Quadro 8 – Programação do Congresso Luso-Brasileiro de História. Fonte: Quadro elaborado a partir das informações registradas no jornal *A Voz*.

Percebe-se, olhando para o quadro acima, que a 2ª seção, referente ao ciclo do ouro e dos diamantes, foi muito mais concorrida do que a 1ª seção, que cobria o período do descobrimento até ocupação da costa, o que levou os organizadores a estender a 2ª seção até o dia 25, que, a priori, estava destinado apenas à solenidade de encerramento do *Congresso*. No que se refere à origem dos trabalhos, sabe-se que das 35 teses debatidas na 1ª seção 17 eram de autores brasileiros e 18 de portugueses, já na 2ª seção 23 foram redigidas por brasileiros, 25 por portugueses e 1 por um espanhol, totalizando 49 trabalhos.

Esses números são bastante expressivos para um encontro acadêmico e, aparentemente, indicam certo equilíbrio entre as contribuições de portugueses e de brasileiros. Contudo, esses dados não espelham com veracidade a consecução do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Aliás, seus organizadores não pouparam esforços para transmitir ao público uma impressão exitosa de um evento que desde o seu primeiro dia parecia condenado ao malogro. A análise mais profunda e atenta dos discursos laudatórios e das notícias panegíricas revela uma outra fase do *Congresso*.

Um dos aspectos habilmente maquilados diz respeito à quantidade de congressistas brasileiros presentes no encontro. Quem lê rapidamente os jornais e mesmo os Anais tem a impressão de que um número considerável de intelectuais da jovem nação americana compareceu ao evento. Porém, a verdade é exposta em um breve comentário do presidente da 2ª seção, o Pe. Serafim Leite. Segundo um jornal lisboeta, durante a

solenidade de encerramento do evento, o padre português *deu nota das comunicações apresentadas e recordou que na seção se inscreveram 27 autores portugueses; 2 brasileiros e 1 de língua espanhola.*²⁷ Ou seja, somente dois brasileiros ali estiveram apresentando os seus trabalhos e os de seus conterrâneos, provavelmente Gustavo Barroso e o seu assessor Guy de Holanda. Infere-se que o mesmo deve ter acontecido na 1ª seção.

No que tange à temática privilegiada pelos 84 trabalhos apresentados no Congresso, esses podem ser distribuídos em 14 grupos: Descobrimientos e Primeiras Notícias; Ocupação, Defesa, Administração e Expansão do Território; Catequese, Missões Religiosas e Aldeamento; Tratados e Limites; União Ibérica; Invasão Holandesa e Ataques Estrangeiros; Grande Ciclo do Ouro e Mineração de Diamantes; Manifestações Nativistas; Corte no Brasil e Independência; Império Brasileiro; Formação Étnica, Social e Cultural; Biografia; Estudos Documentais; Outros. Se compararmos com a programação elaborada pela Comissão dos Congressos (Quadro 3) pode-se dizer que as teses, de um modo geral, respeitaram o que fora determinado, embora alguns autores tivessem extrapolado o recorte cronológico definido pela Comissão Executiva - o período compreendido entre 1500 e 1822 – e trataram de questões relativas ao período do Império no Brasil.

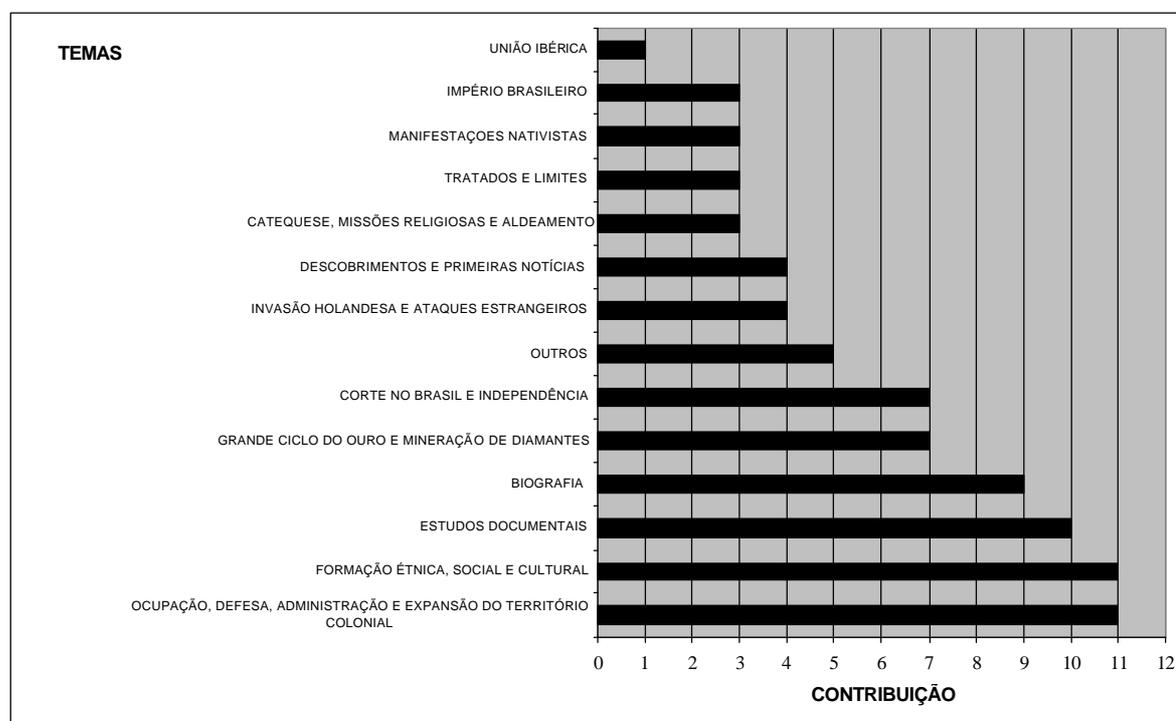


Gráfico 6 – Distribuição de frequência dos temas apresentados no Congresso Luso-Brasileiro de História.
Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações registradas no jornal *A Voz*.

²⁷ Os trabalhos do Congresso Luso-Brasileiro de História encerraram-se ontem. *A Voz*, 26/11/1940. Arquivo Histórico do Itamaraty.

O gráfico acima exhibe a distribuição de trabalhos por tema. Percebe-se que os assuntos mais contemplados foram: Formação Étnica, Social e Cultural (11) e Ocupação, Defesa, Administração e Expansão do Território (11). Não obstante, alguns outros temas despertam a atenção e merecem ser aqui comentados.

As categorias “Estudos Documentais” e “Invasões Holandesas” reuniram predominantemente produções de autores portugueses. No primeiro caso, este pode ser facilmente explicado pela grande quantidade de documentos disponíveis nos acervos lusos referentes ao Brasil. Como registrou Carlos Alberto Ferreira no trabalho *Subsídios para a história do Brasil na época de D. João IV*:

Devo dizer que o meu desejo seria dar público conhecimento ao leitor de todo o meu catálogo dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda, relativos à América do Sul, pois estou convencido da sua utilidade, não só pelo muito que de inédito o investigador, português ou brasileiro, ali iria encontrar para os seus estudos, mas também porque a sua publicidade contribuiria, de certo modo, para um melhor entendimento entre as duas Pátrias, nesse largo período a que nele me refiro, isto é, de 1522 a 1881.²⁸

Por sua vez, o tema das invasões holandesas teria sido elegido pelos letrados lusíadas por estar em clara associação com o episódio da Restauração portuguesa, cujo tricentenário estava sendo comemorado naquele ano. Sabe-se que a Restauração permitiu a Portugal somar forças para expulsar os holandeses do Brasil e recuperar a sua colônia. No entender do Conde de Campo Belo: *As campanhas de Restauração do Brasil constituem, por certo, uma das páginas mais brilhantes da epopéia nacional, o que, de resto, não impede conservarem-se ainda insuficientemente focados pela crítica histórica, múltiplos pormenores dessa luta heróica, prolongada e por vezes feroz*²⁹.

O grande ciclo do ouro e a mineração de diamantes, ao lado de temas tributários como a Inconfidência Mineira, recebeu maior atenção pelos intelectuais brasileiros. Segundo o congressista Guy de Holanda:

Ainda não foi escrita a história definitiva da Inconfidência Mineira. A alguns escassearam o tempo ou o interesse, a outros os necessários conhecimentos paleográficos. A publicação recente dos Autos da Devassa permite agora aos historiadores leitura mais cômoda e rápida do volumoso processo dos Inconfidentes. Capistrano de Abreu eliminou propositadamente qualquer referencia à conspiração mineira de 1789 nos admiráveis Capítulos de História Colônia. A seu ver tratava-se de fato historicamente insignificante, que não repercutia na evolução política do Brasil. A república glorificou Tiradentes, fazendo dele um modelo de civismo. Para os compêndios brasileiros de história o alferes Joaquim José da Silva Xavier é o precursor da Independência³⁰.

²⁸ Comissão Nacional dos Centenários. *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: s/n, 1940, p. 437 v.IX

²⁹ Idem, p. 398 v. IX

³⁰ Idem, p. 23 V. XI

Já para Júlio Dantas a importância dessas questões residia no fato de se poder considerar *o surto industrial de Minas Gerais como o primeiro passo no sentido da sua [do Brasil] autonomia política, e a luta contra o domínio holandês no Nordeste como o elemento inicial formador da sua precoce consciência política*³¹

Do ponto de vista historiográfico, o *Congresso Luso Brasileiro de História* estabeleceu como principal objetivo esclarecer fatos cujas interpretações se mostravam divergentes em Portugal e no Brasil, quer na literatura didática, quer em textos, monografias, críticas ou ensaios históricos que tratavam do período colonial, de modo a encaminhar as discussões no sentido de uma historiografia única. De acordo com os dirigentes do *Congresso*, não se pretendia estabelecer, entre historiadores brasileiros e portugueses, unidade perfeita de critério acerca da interpretação dos acontecimentos que constituíam a história do Brasil e, que nos dois lados do Atlântico, são vistos sob ângulos diferentes devido às tradições vivas que criaram raízes na consciência coletiva de cada povo e aos elementos de ordem moral que inevitavelmente deformaram a história pedagógica e pragmática de ambas as nações. Contudo, nada impedia que, pelo estudo dito “desinteressado” dos documentos, se procurasse em comum a verdade, tanto quanto é possível atingi-la no domínio da investigação histórica, e se realizasse, em estreita cooperação, operações de síntese suscetível de conduzir a interpretações convergentes³². Nesse sentido, Júlio Dantas definiu a posição de Portugal perante aos trabalhos a serem apresentados no *Congresso* da seguinte forma:

Quero dizer que nenhum de nós pretende reivindicar seja o que for que não se fundamente em fontes históricas irrecusáveis, e muito menos aproveitar a oportunidade deste Congresso para exaltar, em sentido unilateral e exclusivista, a nossa obra colonizadora. Na presença dos nossos ilustres confrades brasileiros, considerar-nos-emos em família. Preferimos rever-nos nas glórias do Brasil, a ocupar-nos das nossas. Se, porventura, colocados no ponto de vista científico, tivermos de reconhecer erros passados, fá-lo-emos com a fácil coragem de quem realizou uma obra demasiado grande no Mundo para que possa permitir-se, com serena isenção, a elegância moral de confessar que errou. O esforço colonizador dos portugueses – não o ignoramos – tem sido julgado, do outro lado do oceano, ora com generosa benevolência, ora com excessiva severidade. Consideramos uma e outra atitude perfeitamente naturais, ainda mesmo quando se pretenda apreciar fatos de há dois ou três séculos, não dentro do espírito, das tendências e das idéias-força da época em que se produziram, mas à luz de um critério puramente atual. Entre a benevolência e a severidade, há lugar para a justiça de História, única e superior aspiração que nos move.³³

31 Sessão solene inaugural do congresso luso brasileiro de história, realizada na academia das ciências de Lisboa, na noite de 18 de novembro. *Revista dos Centenários*. Lisboa, n. 23, Nov. 1940. p. 29

32 Idem, p. 28

33 Idem, p. 28

Aparentemente, segundo os jornais que acompanhavam o *Congresso*, os historiadores portugueses mantiveram a dita “neutralidade”, não havendo, de fato, grandes divergências nas seções. Mas como haveria de ocorrer algum debate mais acalorado se a presença brasileira efetiva se resumiu a 3 congressistas? A ausência de uma representação substantiva prejudicou toda e qualquer possibilidade não só de debater, mas também de construir novas interpretações. No final, a matriz historiográfica lusa acabou se sobrelevando, indo além das expectativas iniciais de Júlio Dantas, que apenas pedira objetividade histórica.

É deveras notável a colaboração dos intelectuais brasileiros no Congresso Luso-Brasileiro de História, que diariamente se reúnem no Palácio da Assembléia Nacional. As teses enviadas pelos historiadores da grande nacarmã marcam não só pelo número, mas também, pelo seu valor histórico. Todas elas se subordinam a uma orientação certa: valorizar a ação de Portugal na colonização e no progresso do Brasil.³⁴

Não por acaso, na solenidade de encerramento do *Congresso Luso Brasileiro de História*, Manuel Múrias, então diretor do Arquivo Nacional fez o seguinte pronunciamento:

Abrimos largamente os nossos arquivos aos investigadores brasileiros, para que os vasculhassem e não lhes pedimos se não objetividade nos seus estudos e nas suas conclusões. Parece que desta colaboração dos investigadores brasileiros e portugueses, resultou afinal, melhor conhecimento, compreensão mais perfeita, de uns e outros. Para dizer tudo isso, em especial, pretendíamos. Como não confessar, portanto, que estamos satisfeitos?³⁵

Portugal, em um primeiro momento, ganhava o jogo na arena pacífica do *Congresso do Mundo Português*. Mas isso só se deu nas aparências, pois em 1949, no Rio de Janeiro, no IV Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Júlio Dantas procurou estabelecer um elo com as festividades do *Ano Áureo* português, ao mesmo tempo em que buscava dar continuidade no projeto ali anunciado de reunir especialistas dos dois lados do Atlântico para produzirem uma historiografia única e coerente, narrando os feitos dos trezentos anos da missão civilizatória de Portugal no Novo Mundo.

Um Congresso de História é substancialmente, um ato de revisão. Revisão dos fatos, tantas vezes esclarecidos à luz de novos documentos ou de novas interpretações, revisão, sobretudo dos juízos sobre os fatos, não raro desvirtuados pela paixão política e pelas inevitáveis imperfeições da natureza humana (...) “L’histoire est une science; mais elle est aussi une justice”, disse o marquês de Vogué. (...) Um Congresso de História tem, ao mesmo tempo, a

34 O Congresso Luso-Brasileiro de História. *A Voz* 24/11/1940. Arquivo Histórico do Itamaraty.

35 Os trabalhos do Congresso Luso-Brasileiro de História encerraram-se ontem. *A Voz*, 26/11/1940. Arquivo Histórico do Itamaraty.

opulência de um claustro universitário e a majestade de um tribunal supremo. Não se limita a criar ciência; julga os homens e os povos; revê sentenças iníquas; retifica juízos errados. Assim o fizemos no Congresso do Mundo Português em 1940, reunido em Lisboa, a que tive a honra de presidir (...) Porque antecipadamente sei que esta assembléia se propõe realizar obra semelhante de esclarecimento e de justiça quanto a homens, idéias, e acontecimentos que constituem patrimônio histórico das duas Nações (...)³⁶.

³⁶ Júlio Dantas. Anais do IV Congresso de História Nacional. Idem, p. 48-49.

3.3 O Império Atlântico do Futuro

Only a cosmic cataclysm can interrupt or change the natural course – natural and unavoidable rather than traditional – of Portuguese-Brazilian friendship. It is not based only on past knowledge, but also on aspirations, impositions and future advisability ³⁷(João de Barros, 1938)

Se por um lado a presença do Brasil na *Exposição do Mundo Português* foi um enorme sucesso, causando impacto na ex-metrópole, por outro, sua contribuição ao *Congresso Luso-Brasileiro de História* deixou a desejar. De qualquer modo, a participação da jovem nação americana nas Comemorações Centenárias constituiu o coroamento da política de aproximação de Vargas com o Estado Novo salazarista. Como destacou Júlio Dantas:

É dessa consagração estridente e justa que brota a pura seiva das novas relações, iniciada agora, entre Portugal e Brasil. Então os dois países, afirmando os seus políticos, os seus jornalistas e seus estadistas a seguir juntos em direção ao mesmo destino. Formou-se assim um bloco étnico de dezenas de milhões de indivíduos que na nova arrumação que o Mundo terá qualquer dia de sofrer, não poderá deixar de ter uma influência decisiva.³⁸

A cooperação do Brasil nos festejos do “Ano Áureo” deu ensejo à formação de uma aliança de interesses e de favorecimentos entre dois os governos que prometia perdurar por muito tempo. Os efeitos dessa colaboração poderiam ser apurados nos anos seguintes, a começar pela nomeação de intelectuais brasileiros para os quadros das universidades e das instituições acadêmicas lisboetas:

Tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelência, nos inclusos recortes de jornais desta capital, notícia pormenorizada da sessão ontem realizada pela classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa. Nesta reunião, que se revestiu de rara solenidade, resolveu-se por aclamação, que, nas seis vagas de académicos correspondentes estrangeiros, atualmente existentes, fossem providas a individualidades brasileiras como um preito à Academia Brasileira de Letras e à cultura do Brasil. A eleição dessas seis individualidades será feita em sessão especial de homenagem ao Brasil³⁹.

Por sua vez, o governo brasileiro passaria a adotar sistematicamente uma postura favorável a Portugal nos foros multilaterais contra o colonialismo lusitano. A seguir ver-se-á com mais calma alguns fatos que marcaram essa aliança.

Em 1941, apesar do estado de guerra e dos perigos que cercavam a travessia do Atlântico, o governo de Salazar enviou uma *Embaixada Especial* com o objetivo de ir ao

³⁷João de Barros – Brasil. Lisbon: Edições Europa, 1938, p. 11.

³⁸ Comunidade de Raça Identidade de Destinos. *O Século*, 22/08/1941

³⁹ AG de Araujo Jorge. *Ofício dirigido por (...) ao Ministro das Relações Exteriores, datado de Lisboa, 25 de Maio de 1941*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1192 Maço 25789 b.

Brasil agradecer e retribuir a cooperação da nação-irmã nas festividades do Duplo Centenário. A representação lusa seria presidida por Júlio Dantas na qualidade de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, e composta pelos seguintes nomes: Dr. Reinaldo dos Santos, Dr. Marcelo Caetano, Dr. Manoel Ferrara de Rocheta, Deputado João do Amaral, Cap de Fragata Vasco Lopes Gonçalves e o Maj Carlos Affonso dos Santos. Junto com a *Embaixada Especial* seguiu também Antonio Ferro, então diretor do Secretariado da Propaganda Nacional. Com previsão de chegada para sete de agosto daquele ano, a *Embaixada* haveria de ser recebida com as mesmas pompas que os delegados brasileiros foram acolhidos em Lisboa, já que sua presença no Brasil, segundo a imprensa lusa, era percebida como a consumação *de uma espécie de noivado rágico, no qual dois povos dos que mais ilustram a humanidade se encontravam para não mais se separar*⁴⁰.

Na capital brasileira, os jornais noticiaram a vinda da Missão de forma muito positiva, até porque a censura do governo varguista não permitiria qualquer forma de manifestação contrária. Já o Itamaraty esmerou-se nos preparativos da recepção à *Embaixada*, organizando diversas solenidades inclusive uma missa, na Igreja da Candelária, pela alma de D. Maria d'Eça Dantas, mãe de Júlio Dantas que falecera enquanto este se dirigia ao Brasil.

As entidades oficiais e o povo do Rio de Janeiro, intérpretes de toda a população brasileira receberam de braços abertos os enviados extraordinários deste recanto do mundo, onde teve as suas origens e ainda hoje finca as suas raízes um dos mais prósperos, opulentos e florescentes agregados nacionais do mundo. Foi em plena apoteose que os representantes de Portugal viveram enquanto permaneceram na capital da grande República amiga.⁴¹

Os representantes da nação de Salazar teriam uma agenda cheia de compromissos durante os nove dias de sua permanência na capital brasileira, tais como: visita ao cardeal D. Sebastião Leme; sessões solenes na Academia Brasileira de Letras, no Real Gabinete Português de Leitura e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; parada escolar na Avenida Rio Branco, integrada por oito mil alunos; feriado em a Petrópolis e entrega das chaves da Cidade a Júlio Dantas; recepção no Supremo Tribunal Federal e na Embaixada de Portugal; jantar íntimo no Copacabana Palace; audiência solene no Palácio da Guanabara; homenagem do jornal *Correio da Manhã* a Júlio Dantas; concessão do título de cidadão honorário da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a Júlio Dantas;

40 Comunidade de Raça Identidade de Destinos. *O Século*. 22/08/1941

41 Idem

entrega das insígnias de General honorário do Exército brasileiro para o Chefe de Estado português General Antonio Oscar de Fragoso Carmona e de Professor Honoris Causa da Universidade do Brasil para Antonio de Oliveira Salazar; entre outros. Tantas foram as atividades da *Embaixada Especial de Portugal* que Marcelo Caetano, em suas memórias comenta:

Assim que o navio largou do cais, a sensação que sentimos foi a de termo alcançado a meta de uma longa e árdua maratona. Cada um de nós caiu em sua cadeira, no deck, confessando que não agüentaria um dia mais, sequer, a vida que se fizera naquela semana. Estávamos no extremo limite da fadiga física e psíquica.⁴²

Não obstante a ciranda de homenagens, dois eventos merecem destaque. O primeiro foi a sessão solene realizada na Biblioteca do Palácio do Itamaraty, que abriu suas portas para nada menos do que oitenta e cinco intelectuais e figuras eminentes da cultura luso-brasileira como Pedro Calmon, Affonso Arinos de Mello Franco, José Carlos de Macedo Soares, Ataulfo de Paiva, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna, Manuel Bandeira, Jaime Cortesão, Antonio Ferro, Gago Coutinho, Carlos Drummond de Andrade, Celso Vieira, mais os membros da *Embaixada Especial do Brasil*.

O segundo foi a cerimônia de entrega das credenciais da missão portuguesa, na qual Vargas deu as boas-vindas à Embaixada e agradeceu o *acolhimento caloroso que o governo e o povo de Portugal dispensaram aos representantes brasileiros*, e o qual *reforçou a tradicional amizade que liga as duas pátrias*⁴³. Por sua vez, o plenipotenciário Júlio Dantas, em nome da *Embaixada Especial Portuguesa*, entregou ao Presidente Vargas, as insígnias da Banda das Três Ordens - a mais alta condecoração portuguesa e que jamais havia sido conferida a uma autoridade estrangeira - juntamente com uma carta autógrafa do Gal. Carmona, na qual este exprimia seus sentimentos pessoais para com a nação brasileira e para com o seu chefe. Na ocasião, Dantas fez questão de se reportar a participação do Brasil no jubileu lusíada:

Recordo, neste momento, o esplendor da Embaixada brasileira que nos visitou; a atividade dos seus delegados executivos; o trabalho das suas missões técnicas; a eloquência dos seus oradores; o erudito concurso dos seus historiógrafos; a profunda e fraterna comoção com que o coração generoso do Brasil palpitou junto do nosso. Os bustos e as estátuas que nos ofereceu a Nação-irmã e que hoje povoam as nossas praças e os nossos palácios - Álvares Cabral, Antonio Vieira, Alexandre de Gusmão, o Duque de Caxias, o Almirante Barroso - trouxeram consigo, unidas na eternidade do mesmo bronze, as almas das duas Pátrias. Hão de correr os anos, mudar-se os tempos, passar os homens: o clarão

⁴² Marcello Caetano. *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record, 1977. p 134

⁴³ Embaixada ao Brasil. *Diário de Notícias*. 01/09/1941

simbólico do pavilhão do Brasil, clarão verde que durante meses iluminou a Praça Imperial dos Jerônimo, não se apagará jamais.⁴⁴

No mesmo diapasão, Vargas responderia:

A missão que traz ao Brasil vossa Excelência e os seus ilustres companheiros de Embaixada toca-nos profundamente o coração e exprime a fidalguia do agradecimento do vosso Governo pela cooperação do Brasil nas festividades comemorativas da Fundação e da Independência da Nação Portuguesa. A exaltação de Portugal sempre foi, para nós, motivo de justo orgulho, e por isso emprestamos à representação do Brasil nessas imponentes festividades caráter de regozijo nacional. (...) Agora, em especial missão de afeto e agradecimento, recebemos a Embaixada presidida por Vossa Excelência, grande e ilustre nome das letras luso-brasileiras e figura de maior relevo na vida pública de Portugal. O acerto da escolha e a circunstância de atravessar mares cheios de perigos, para cumprimento de uma **missão puramente fraternal e desinteressada** [grifo meu], bem demonstrou o caráter cavalheiro da gente lusitana, que nunca se recuou de aventuras e sacrifícios e deles deu ao Mundo heróis e imorredouros exemplos.⁴⁵

Do ponto de vista retórico, por certo, muito mais se poderia dizer do caráter da *Embaixada Especial de Portugal*, menos que ela cumpria uma missão desinteressada. Como revelou Marcelo Caetano em suas memórias: *achou-se oportuno enviar-lhe [ao Brasil] uma importante missão com o objetivo aparente (grifo nosso) de agradecer a participação que tivera nos recente festejos do Duplo Centenário*⁴⁶. Ainda segundo Caetano:

A visita para mim foi rica de experiências, de ensinamentos e de contatos, a missão foi cumprida. Efetivamente, nas conversas mantidas com tantas personalidades da camada dirigente do Brasil de então, foi-nos possível esclarecer a posição de Portugal no momento internacional, as suas preocupações e as perspectivas que se antolhavam nas relações entre os dois países quanto ao futuro.⁴⁷

Outra prova dos interesses que envolviam a Missão está na posterior assinatura do Acordo Cultural, firmado a 4 de setembro de 1941 no Palácio do Catete por Antonio Ferro, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e pelo Dr. Lourival Fontes, Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O Acordo Cultural Luso-Brasileiro, fruto da visita da legação portuguesa, visava, em termos gerais, promover uma colaboração mais efetiva entre os dois países com vistas à difusão de suas culturas, por intermédio dos respectivos organismos oficiais de propaganda.

44 Júlio Dantas. *Discurso de (...) na cerimônia de entrega das credenciais a Getúlio Vargas*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1192, Maço 25789.

45 Embaixada ao Brasil. *Diário de Notícias*. 01/09/1941

46 Marcelo Caetano, Op. Cit. p. 120

47 Idem, p. 127



Figura 42 – Foto da assinatura do Acordo Cultural em 4 de setembro de 1941. Da direita para a esquerda: António Ferro, Getúlio Vargas, Lourival Fontes

Alguns pontos do Acordo merecem ser destacados. Em seu artigo 1º, o documento estabelecia a criação, na sede do SPN, de uma seção especial brasileira, da qual faria parte, a título permanente, um delegado do DIP. Reciprocamente, na sede do DIP, haveria uma seção especial portuguesa com um delegado do SPN. Tais seções se incumbiriam, de maneira geral, de assegurar e de promover, pelos meios a seus alcances, tudo o que pudesse concorrer para tornar conhecida as culturas dos dois países.

Já no Artigo 2º, eram especificados os meios pelos quais as duas seções iriam atuar. A saber: o intercâmbio e a publicação de artigos inéditos de escritores e de jornalistas na imprensa dos dois países; o intercâmbio de fotografias e o estabelecimento de um serviço regular mútuo de informação telegráfica; a troca de missões de intelectuais; a colaboração recíproca em favor de uma orientação comum quanto ao noticiário a ser divulgado acerca do Brasil e de Portugal; a criação de uma revista bi-nacional, com o nome de *Atlântico*, a qual deveria ser mantida pelos dois governos; a troca de material de turismo e de propaganda; a divulgação do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal; a realização de emissões diretas de rádio e a permuta de programas radiofônicos; a criação de premiações conjuntas de obras de excelência literária, artística, histórica ou científica; a realização e permuta de exposições de arte nacional e o intercâmbio de artistas, isoladamente ou em grupos; a transmissão de atualidades cinematográficas, a reciprocidade de exibição nos cinemas do Brasil e de Portugal, e o estudo de uma eventual realização de filmes de grande metragem, de interesse histórico ou cultural para os dois países; o estabelecimento de facilidades ao turismo luso-brasileiro com redução dos preços das passagens, abatimentos especiais nos hotéis, diminuição nos

preços de transportes ferroviários e outras facilidades semelhantes; a promoção do estudo do folclore luso-brasileiro por meio de publicações editadas em ambos os países e da realização de festas populares e tradicionais comuns. Além disso, pretendia-se fomentar a comemoração das grandes datas de interesse à história dos dois povos.

O Artigo 3º, por sua vez, estipulava que o Acordo entraria em vigor em 31 de dezembro de 1941, determinando ainda que até esta data deveriam estar devidamente organizados e em funcionamento os serviços e atividades previstos.

O Acordo seria recebido com grande entusiasmo nos círculos político e literário luso-brasileiro, entendido como *o coroamento magnífico da obra diplomática que ambos os governos vinham realizando nestes últimos anos*⁴⁸. Os diários lisboetas anunciaram amplamente sua assinatura, a exemplo do jornal *A Voz*:

O primeiro passo para este entendimento mutuo deu-o o diretor do SPN com a sua viagem ao Brasil. Este entendimento é fruto de muitos outros passos anteriores. Quando a embaixada brasileira presidida pelo general Francisco José Pinto veio a Portugal representar a grande Nação sul-americana nas festas da raça comum, sentiu-se que havia entre as duas margens do Atlântico Sul um espírito novo, uma séria e firme vontade de entendimento. A visita da Embaixada Especial portuguesa ao Brasil deu ensejo a manifestações magníficas dum entendimento que esperava apenas realizações imediatas para se traduzir em fatos de real e tangível vantagem.⁴⁹

O Acordo de 1941 estimularia a circulação de inúmeras obras que se relacionavam à história, à cultura e à literatura dos dois países. Contudo, foi o lançamento da revista *Atlântico* que consistiu a iniciativa mais importante para o estreitamento das relações culturais luso-brasileiras. A *Atlântico* publicaria dois números anuais editados em Portugal. Segundo Antonio Ferro, seu idealizador, o periódico tinha como objetivo *revelar Portugal novo aos brasileiros, revelar o novo Brasil aos Portugueses*⁵⁰. Não obstante, no fundo, seu principal propósito era a difusão recíproca da cultura luso-brasileira, por meio de materiais que destacavam um passado comum⁵¹. Deste modo, a revista *Atlântico* atendia perfeitamente as finalidades do Acordo Cultural, ainda mais quando se sabe que por meio dela se promovia uma outra determinação do tratado: a outorga do prêmio Pero Vaz de Caminha a ser *atribuído, em anos alterados, para distinguir a melhor obra literária, científica ou de caráter histórico, de interesse comum as duas nações, de autor português ou brasileiro publicada em Portugal ou no Brasil e*

48 Ofício da Embaixada Brasileira em Lisboa, datado de 15 set de 1941. Arquivo Histórico do Itamaraty. Pasta de Ofícios, ano de 1941

49 Brasil-Portugal. *A Voz*. Lisboa 11/09/1941

50 Algumas palavras de Antonio Ferro. *Revista Atlântico*, No 1, 1942

51 Camem G. Burgert Schiavon. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2007. p 102

em língua portuguesa⁵². Em última análise pode-se dizer que a revista *Atlântico* dava continuidade a pretensões ensaiadas no início do século XX. Como bem notou José Osório de Oliveira: *o desejo de aproximação existia há muito, mas a falta de um instrumento oficial que lhes garantisse a eficácia e a continuidade fazia com que numerosos esforços para a conseguir se perdessem*⁵³.

Outra iniciativa decorrente da vinda *Embaixada Especial de Portugal* foi a realização da Exposição e Quinzena do Livro Português, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em novembro de 1941, promovida pela Casa do Livro de Lisboa. Para o evento, já consoante as deliberações do Acordo Cultural, foram solicitados livros e publicações que pudessem facilitar no Brasil o conhecimento e a difusão da cultura portuguesa. Mais do que uma simples atividade de intercâmbio entre os dois países, a exposição do



Figura 43 - Abertura da Exposição do Livro Português

livro português no Brasil constituía também uma oportunidade para a ampliação do espaço de comercialização das publicações do além-mar. Ademais, segundo Carmen Schiavon, esse tipo de exposição tinha a dupla responsabilidade de contribuir para a difusão da cultura portuguesa e de atuar como uma atividade doutrinadora da colônia portuguesa aqui residente⁵⁴.

A despeito das ações culturais, por detrás da vinda da *Embaixada Especial Portuguesa* é possível encontrar pistas de outras intenções. Com efeito, a aproximação luso-brasileira era interessante na medida em que propiciaria a Portugal uma aliança que buscava dar proteção ao Império colonial. No fundo, o temor provocado pela eclosão de uma nova guerra mundial fez com que o governo de Salazar passasse a perceber o Brasil, não apenas como um exemplo de sua glória pretérita, mas também como um futuro aliado na salvaguarda da independência moral e espiritual do ultramar. Talvez, o Governo de Salazar, no auge do culto à memória nacional, tivesse se lembrado da famosa fuga do príncipe regente D. João, quando as tropas de Napoleão invadiram Portugal. Mais uma

⁵² Idem, p. 103

⁵³ José Osório de Oliveira. Obreiros da aproximação. *Revista Atlântico*, No 2, 1942, p.187

⁵⁴ Schiavon, Op. Cit. p 101

vez, a nação lusa se voltaria para o Atlântico nas horas de perigo e incertezas, tal como indica o comentário do jornal *O Século*:

A visita dos Embaixadores de Portugal “simbolizava a resolução dos Governos e dos povos de Portugal e Brasil de defenderem com todos os seus esforços, nas horas de incerteza que atravessavam, neste momento, as suas tradições e as suas idéias, com o objetivo de salvaguardar as leis étnicas e culturais dos seus antepassados comuns”. Definiu-se assim uma aliança espiritual, cujo poder de salvaguarda é evidente. Pôs-se termo a um isolamento que seria incompreensível num período histórico em que as nacionalidades necessitam de ver a seu lado tudo quanto possa preservá-los de calamidades, cuja extensão nenhuma força imaginativa, por mais poderosa, pode prever.⁵⁵

Por outro lado, a possibilidade de uma aliança militar luso-brasileira parecia agradar também ao governo varguista. A idéia pode ser depreendida no telegrama ostensivo, confidencial e reservado, dirigido a Embaixada brasileira em Lisboa, possivelmente enviado pelo Ministro Osvaldo Aranha, em agosto de 1941:

Tão boa impressão estão causando às nossas forças armadas os dois assistentes militar e naval à Embaixada Especial de Portugal que se avolumou aqui nas esferas militares o velho desejo entre elas existentes da criação dos cargos de Adidos militar e naval respectivamente do Brasil em Lisboa e de Portugal no Rio de Janeiro. Conversei sobre o assunto com os meus colegas da Guerra e da Marinha que me manifestaram muito interesse na criação desses cargos oferecendo a imediata reciprocidade desde que a iniciativa parta do Governo português. Rogo comunicar o que antecede ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.⁵⁶

Por certo, não é fácil identificar os objetivos de uma relação militar pacífica entre Brasil e Portugal, pois como argumenta o historiador Jean-Baptiste Duroselle, no âmbito das relações político-militares reside a menor distância entre as relações pacíficas e as relações conflituosas. Porém, o mesmo autor afirma que: (...) *todas as relações políticas internacionais estão ligadas ao poder e à segurança, sendo, por vezes, a garantia de segurança mais satisfatória do que o próprio poder*⁵⁷. Nesse sentido, sabe-se que as intenções dos governos varguista e salazarista estavam, à época, de fato relacionadas com a problemática da segurança e da manutenção da neutralidade frente ao cenário de guerra que se desenhava na Europa, bem como da salvaguarda de seus interesses nacionais.

Os povos, como os indivíduos, não podem caminhar sozinhos. Não podem levar vida isolada e hermética. Tem de se aproximar, para mais facilmente poderem defender-se nas horas angustiosas do perigo. Essa aproximação, porém, só será eficaz desde que os laços do sangue acimentem. O povo português e o povo brasileiro falam a mesma língua, vivem a mesma

55 Comunidade de Raça Identidade de Destinos. *O Século*. 22/08/1941

56 Ministério das Relações Exteriores. *Telegrama ostensivo, confidencial e reservado dirigido à Embaixada do Brasil em Lisboa, em Agosto de 1941*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 1192 Maço 25789A.

57 Jean Baptiste Duroselle. *Tudo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 273

civilização, trazem nas veias as mesmas energias e alimentam as mesmas esperanças e as mesmas aspirações de independência perene e perfeita. É para defender tudo isso que apertaram mais os vínculos que dum e doutro lado do vasto mar, que foi sempre a estrada maravilhosa da imortalidade lusa, é indispensável fortalecer, o interesse comum assim o determina. Faltar-lhe seria destruir rapidamente, o que tanto tempo e tantos esforços exigiu para se construir⁵⁸.

Efetivamente, Portugal e Brasil procuravam apoiar-se mutuamente, e sabe-se que, desde as festividades do “ano áureo”, os governos de Vargas e de Salazar vinham mantendo conversações a respeito das vantagens da preservação da neutralidade lusa.

30 de outubro – Do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro a Salazar:
O ministro das Relações Exteriores comunicou-me que perante a agudeza da situação internacional telegrafou ao Embaixador do Brasil para comunicar que o Brasil apoiará todos os esforços de Portugal para se manter em paz e fará todas as diligências que V. Exa. julgar necessárias nesse sentido.⁵⁹

A sucessão de documentos entre Salazar e seu representante no Rio de Janeiro, Martinho Nobre de Melo, revela que as autoridades brasileiras davam a entender que estavam realmente dispostas a garantir não só a neutralidade como a integridade da nação irmã, com base no fundamento de que Lisboa seria o último porto neutro por onde se poderiam manter as comunicações entre a América do Sul e a Europa.

22 de novembro – do embaixador de Portugal no Rio de Janeiro a Salazar:
Voltando ao assunto Portugal, disse (o presidente) que, tendo conversado há poucos dias com o Embaixador italiano relembrou-lhe que qualquer ato de hostilidade contra Portugal teria repercussão no Brasil e que esse caso seria certamente daqueles que levariam o Governo Brasileiro a refletir sobre a neutralidade até agora rigorosamente mantida.⁶⁰

Aliás, Marcelo Caetano, em suas memórias relata que, já em 1942, Osvaldo Aranha revelou a Augusto de Castro, que teria feito diligências junto ao Departamento de Estado em Washington, recebendo a expressa garantia de que os EUA nada tentariam contra Portugal desde que o país mantivesse intacta a sua soberania⁶¹. Além disso, segundo Caetano, o Ministro brasileiro teria autorizado o seu interlocutor a informar o governo de Salazar que se os EUA tentassem qualquer golpe contra a soberania lusitana o Brasil interviria imediata e decisivamente, acrescentando ainda que a antiga colônia tinha interesse na manutenção da integridade do império ultramarino sobretudo em África⁶².

58 Comunidade de Raça Identidade de Destinos. *O Século*. 22/08/1941

59 Marcello Caetano, Op. Cit. p. 115

60 Idem, p. 116

61 Cf. Marcello Caetano *Minhas memórias de Salazar* Op. Cit. p. 143

62 Marcello Caetano, Op. Cit. p. 143

Por seu turno, Portugal mostrava-se solidário ao governo de Vargas frente aos problemas que este enfrentava no contexto da guerra. Provas disso podem ser encontradas nos periódicos portugueses, seja no episódio do afundamento dos navios mercantes brasileiros pelos alemães, quando *A Voz*, proclamou: *os atentados contra o Brasil sensibilizam a opinião portuguesa, como se tratasse de violências contra Portugal cometidas. É como um atentado contra a nossa própria carne e o nosso próprio sangue cometido*⁶³. Seja ainda, em outras situações mais gerais, como é o caso do jornal *Correio Português* que trazia a seguinte manchete: *O Brasil é a única nação do mundo que poderá chamar a si a defesa ou proteção de Portugal*⁶⁴. Já o diário *Novidades*, em seu artigo “Compreensão”, externava que:

A imprensa portuguesa deu à notícia alto relevo e o público tomou conhecimento dela com vivo interesse. Um e outro se justificariam plenamente com a natural impressão causada pelo alastramento do conflito, já antes de vastíssimas proporções, que divide e confunde o mundo. Mas a sua mais exata explicação encontra-se na existência dos laços profundos que, através dos caminhos da história, unem Portugal e Brasil.⁶⁵

Outra fonte importante para se conferir o apoio luso são as correspondências do Embaixador A.G. de Araujo Jorge. Segundo o diplomata: (...) *o presidente Carmona, logo que foi informado do estado de guerra do Brasil, telegrafou ao Presidente Getúlio Vargas solidarizando-se com ele.*

No momento em que recebo comunicação oficial de se encontrar o Brasil em estado de beligerância, quero ser intérprete, junto de V. Exa. e do Povo brasileiro, dos meus sentimentos fraternos e dos do povo português, que acompanha a nobre Nação brasileira, com a maior emoção, neste momento histórico da vida.
General Carmona, Presidente da República Portuguesa.⁶⁶

O Embaixador Araújo Jorge se reporta ainda ao apoio que a Embaixada brasileira recebia (...) *dos pontos mais remotos de Portugal e de todas as classes sociais as mais carinhosas demonstrações de solidariedade e de estima, bem como inúmeros oferecimentos de serviços militares*⁶⁷.

Não obstante, a demonstração mais contundente da aproximação dos dois países talvez tenha sido a salvaguarda, por Portugal, dos interesses brasileiros na Alemanha, na Itália e no Japão e em outros locais ocupados pelas forças do Eixo (como era o caso da

63 *A Voz*, Lisboa, 11/09/1941, p.2

64 O Brasil é a única nação do mundo que poderá chamar a si a defesa ou proteção de Portugal. *Correio de Portugal*. 12/08/1941

65 Compreensão. *A Voz*. Lisboa, 24/08/1942, p.1

66 *Ofício No 170 da Embaixada Brasileira em Lisboa, datado de 28 ago de 1942*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

67 *Idem*

França), no momento em que Vargas optou oficialmente pela aliança pró-americana. Segundo José Calvet de Magalhães, no livro *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*, em 1942, o Itamaraty instruiu a Embaixada em Lisboa a consultar o governo português para saber se este estaria disposto a assumir a proteção dos negócios brasileiros nessas nações, no caso de o Brasil romper suas relações diplomáticas com os países do Eixo. O Governo Português aceitou e o Brasil juntou-se aos aliados⁶⁸.

Depois da definição portuguesa, o ministro das Relações Exteriores, por ordem do Presidente Vargas, oficialmente solicitou ao *Portuguese government to send urgent instructions to its diplomatic representatives in Germany, Italy, Japan, Romania and Hungary that it will represent Brazil's interests in those countries*⁶⁹. Logo em seguida, o governo de Salazar entrou em contato com os chefes de missões e consulados portugueses naqueles países, informando que:

following the favorable answer given by the Portuguese government to the Brazilian government's request (...) you will be responsible for the protection of Brazil's interests in that country when the rupture becomes official. You will accept that incumbency when the official Brazilian representative asks you to do so, and after that you will inform the government of that country.⁷⁰

Tamanha solidariedade não passaria em branco, pois elementos ligados ao governo português no Brasil trataram logo de divulgá-la nos periódicos, destacando-a como mais um resultado da união luso-brasileira. Esse foi o caso do Comendador Albino de Souza Cruz, que após a confirmação oficial do rompimento das relações do governo brasileiro com os países do Eixo e a garantia da salvaguarda dos interesses brasileiros por Portugal, disse, em uma entrevista concedida ao jornal *O Globo*:

Sentido de afeto que liga Brasil e Portugal às lealíssimas e íntimas relações que a admirável política externa do Governo de Salazar e do Governo brasileiro tornaram para nosso orgulho numa realidade viva e de que é o mais recente testemunho a notícia de que o Brasil confiou a Portugal, nesta emergência, a defesa e a representação dos interesses brasileiros nos países com cortou as suas relações.⁷¹

Na opinião da historiadora Carmen Schiavon, entende-se que Getúlio Vargas confiou a defesa de seus interesses ao governo português, não somente devido às

68 José Calvet de Magalhães. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Brasília: FUNAG; São Paulo: Paz e Terra, 1999.

69 Nota verbal de 28/01/1942 da Embaixada do Brasil em Lisboa ao Ministro dos Negócios A.H.D. do M.N.E.; Cota 2P A49 M107. apud SANTOS, Paula Marques. *Relations Between Portugal and Brazil (1930-1945) The Relationship Between the Two National Experiences of the Estado Novo*. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue8/html/psantos_main.html Acessado em: 03/03/2009.

70 Telegrama confidencial No. C-3 of 29/01/1942 enviado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros a suas delegações em Berlim, Roma, Tóquio, Bucareste e Budapeste. A.H.D. do M.N.E.; Cota 2P A49 M103. apud SANTOS, Paula Marques. *Relations Between Portugal and Brazil (1930-1945) The Relationship Between the Two National Experiences of the Estado Novo*. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue8/html/psantos_main.html Acessado em: 03/03/2009.

71 *O Globo*. Rio de Janeiro, 03/02/1942. p2

conhecidas afinidades histórico-culturais. A esta altura, após a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro (1941) e o Acordo Postal (1942), as relações entre os dois países estavam fortemente solidificadas.

O Acordo Postal de 30 de abril de 1942, assinado em Lisboa perante a presença de Antonio de Oliveira Salazar, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, e do Embaixador brasileiro A.G. de Araujo Jorge, constituiu mais um passo para intensificar a aproximação luso-brasileira. Em princípio, o acordo tinha por finalidade fazer vigorar, nas relações recíprocas dos dois países, as respectivas tarifas postais internas, nas correspondências e encomendas por via de superfície, mas na prática o acordo surgia como uma forma de solucionar o alto valor das tarifas postais presentes em ambos os países que encareciam muito a circulação de livros, sobretudo a das publicações brasileiras em Portugal. Na esteira do Acordo Postal de 1942 foi elaborado, em 1943, um Acordo Telegráfico, que visava complementar o primeiro e facilitar ainda mais a comunicação entre os dois países.

Entre os dois povos, e como lógico complemento do Acordo Postal, firmado em Lisboa em 30 de Abril de 1942, resolvem, em conformidade com o artigo 13 da Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada em Madrid em Setembro de 1932, celebrar o presente Acordo para o estabelecimento de um serviço telegráfico.⁷²

Ambos os acordos permitiriam não só uma maior comunicação entre as famílias de um e de outro lado do Atlântico, como também entre os dois governos. Há de se lembrar também de que para o Brasil isso era importantíssimo na medida em que Portugal havia assumido os seus negócios perante os países do Eixo. Contudo, não seria o governo brasileiro o único beneficiado com esses acordos. É conveniente notar que mesmo após a queda de Vargas em 1945 tal política teria continuidade. A aproximação luso-brasileira serviria para mitigar o isolamento infligido ao governo português por este não ter assumido diretamente uma posição no conflito mundial. Nesse sentido, cabe ainda destacar o acordo sobre transportes aéreos de 1946 e a inauguração, no mesmo ano, de uma rota aérea entre o Rio de Janeiro e Lisboa, pelos aviões da Panair.

Não obstante as iniciativas aqui tratadas, era a questão do ultramar a grande motivação que levava Portugal a estreitar seus laços com o Brasil. Sabe-se que, ao final da década de 1940, a preservação dos domínios ultramarinos tornou-se cada vez mais difícil, tendo em vista o avanço do processo de descolonização advindo, sobretudo, das

72 Schiavon, Idem, p. 115

mudanças estabelecidas pelo desenrolar da 2ª Guerra Mundial. O fato de o Brasil ter sido colônia portuguesa e constituir-se no mais importante país da América latina, bem como uma das mais significativas nações do então chamado terceiro mundo, possuía um valor político inestimável para o governo de Salazar. Não por acaso, as autoridades do Palácio Belém, durante as Comemorações Centenárias, em 1940, procuraram reforçar a imagem da Terra de Santa Cruz como a obra-prima da ação civilizadora lusíada e como parte do seu império moral e espiritual. Ao mesmo tempo, Portugal buscava obter o apoio brasileiro na questão colonial, apelando para o passado comum e para a “afetividade familiar”.

Assim, subjacente a esse clima de fraternidade havia um pragmatismo realista⁷³, por meio do qual Portugal conseguiu obter o respaldo do governo brasileiro, que passou a adotar de maneira recorrente uma postura favorável ao colonialismo luso nos foros multinacionais. Mas esta é uma outra história...

73 Cf. Williams da Silva Gonçalves. *O Realismo da fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade Ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2003. p. 147-8

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da participação do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal permite compreender de que modo questões políticas foram habilmente transfiguradas em assuntos de ordem cultural. Na prática, verificou-se que, quando os interesses de qualquer um dos dois Estados criavam a necessidade de maior estreitamento oficial, era costume se valer de elementos culturais para justificar a iniciativa.

Lançando mão dessa estratégia, tanto Getúlio Vargas quanto António de Oliveira Salazar implementaram, ao longo de seus governos, ações culturais com o intuito de reconstruir e fomentar os vínculos políticos. Nesse sentido, os elementos-chaves dessa aproximação seriam a matriz cultural portuguesa e as redes formadas por intelectuais dos dois lados do Atlântico, que há tempos mantinham sólidos laços de amizade e de cooperação.

Tudo leva a crer que os dois estadistas perceberam que uma aliança entre os seus países seria benéfica aos interesses dos respectivos governos. Não é demais lembrar que ambos os líderes desenvolviam políticas públicas direcionadas para a valorização da nacionalidade, procurando legitimar o presente por meio das glórias do passado, ou seja, nos dois casos buscava-se a consagração dos regimes políticos vigentes. Com efeito, Brasil e Portugal atravessavam contextos político-ideológicos semelhantes, tanto que esse período de suas histórias seria batizado com a mesma designação: Estado Novo.

Com os festejos do Duplo Centenário de Portugal surgiu uma oportunidade ímpar para se estreitar ainda mais os laços sentimentais que uniam o Brasil a sua ex-metrópole. Sintomaticamente, o Presidente do Conselho de Ministros fez questão de convidar o governo brasileiro para não apenas participar do evento, mas também para ajudá-lo a “a fazer as honras da casa”, na qualidade de nação-irmã de Portugal. E, sem dúvida, pode-se dizer que os representantes brasileiros responderam a altura ao convite. Em todas as celebrações ocuparam posição proeminente ao lado das mais altas autoridades portuguesas.

Mas, a participação da ex-colônia em tais festejos não se restringiu simplesmente a mostra de sua história, cultura e economia nos pavilhões temáticos da *Exposição do Mundo Português* ou a presença de uns poucos intelectuais no *Congresso Luso-Brasileiro de História*, esvaziado, aliás, pelas próprias autoridades brasileiras. O certo é que António de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas souberam astutamente transformar a ocasião em duas “arenas pacíficas”, nas quais os interesses específicos de ambos os governos se digladiaram em um embate simbólico.

Para o Brasil, comparecer às celebrações era a chance não só de mostrar os potenciais da jovem nação americana para o velho continente, como também de levar a cabo a sua política exterior pragmática, buscando alcançar benefícios no cenário mundial. Não por acaso, Vargas enviou a Portugal uma *Embaixada Especial*, constituída sobretudo por militares, com objetivos que ultrapassavam os de uma simples missão de representação.

Para Portugal, a presença de sua antiga colônia nas efemérides nacionais enaltecia ainda mais a matriz cultural lusíada. Além disso, constituía uma prova póstuma da sua capacidade de civilizar e de administrar suas possessões ultramarinas.

A imagem brasileira exibida na *Exposição* provocou reações antagônicas. Impressionou na medida em que mostrou um Brasil de feições lusas, que por tabela ainda pertencia ao grande império moral e espiritual português. E inquietou quando revelou uma nação jovem e moderna, com suas próprias idiossincrasias e identidade ligada também às culturas africana e ameríndia.

Se na “arena pacífica” da *Exposição do Mundo Português*, Brasil e Portugal empataram, uma vez que ambas as nações alcançaram exitosamente os seus objetivos, o mesmo não se pode dizer da peleja travada no picadeiro do *Congresso do Mundo Português*. Desde os preparativos desse encontro, a Comissão Brasileira dos Centenários travou sucessivas quedas de braços com Júlio Dantas para assumir o controle da organização do evento. Sem haver um vencedor, a jornada acadêmica que prometia ser uma reunião monumental de renomados intelectuais luso-brasileiros, acabou por se converter em um verdadeiro fiasco, em que ambos os países saíram perdendo. Vargas obstruía a viagem dos historiadores do lado de cá do Atlântico para Lisboa, empanando o brilho do encontro científico planejado por Dantas. Por sua vez, a ausência dos brasileiros permitiria a vitória das teses historiográficas lusas.

Não obstante os resultados, é importante salientar que, ao final do jogo, ambos os concorrentes saíram ganhando e se tornaram mais próximos. Na arena nada pacífica da 2ª Grande Guerra, as duas nações, agora unidas por laços ditos “espirituais” e “sentimentais”, passaram a se amparar mutuamente, defendendo os interesses uma da outra nas horas de “angústias” e de “incertezas”.

Se na década de 1930 as relações culturais entre Brasil e Portugal foram importantes para ambos os regimes, agora, em princípios da década de 40 os laços afetivos reforçados nos anos anteriores poderiam proporcionar uma cooperação mais efetiva, de modo a minimizar os vários problemas estratégicos e econômicos impostos, às duas nações, pela situação de guerra.

Assim, não se tratava mais de proteger questões específicas do Brasil ou de Portugal, mas sim de defender o mundo português, uma comunidade que partilhava os mesmos valores morais, espirituais e culturais. Não por acaso, quando o Brasil se juntou aos aliados em 1942, Portugal passou a representar seus negócios junto aos países do Eixo. O que significava cuidar desde a resolução de casos concretos envolvendo cidadãos brasileiros no exterior e a defesa dos interesses pragmáticos do governo varguista, até a proteção e reafirmação de uma luso-brasilidade em termos mundiais.

Em contrapartida, diante do cenário beligerante, o Brasil parecia disposto a garantir não só a neutralidade como a integridade geográfica da nação-irmã, com base no fundamento de que Lisboa seria o último porto neutro por onde se poderiam manter as comunicações entre a América do Sul e a Europa. Além disso, o governo brasileiro, nos anos que se seguiram, passaria a adotar sistematicamente uma postura favorável a Portugal nos foros internacionais contra o colonialismo lusíada.

Sem dúvida, os anos compreendidos entre 1930 e 1945 representam um momento emblemático nas relações entre Brasil e Portugal depois de sua separação política. Foi nesse período que as duas nações procuraram superar as cisões que os separavam e reconstruir suas relações, baseadas em uma retórica que valorizava elementos culturais e reforçava os laços de fraternidade. O fortalecimento de uma aliança transatlântica luso-brasileira resultaria em uma série de manifestações positivas em termos de relação bilateral, bem como pôs em evidência os potenciais caminhos para uma futura colaboração. Como comentou o célebre escritor português João de Barros: *Only a cosmic cataclysm can interrupt or change the natural course – natural and unavoidable rather than traditional – of Portuguese-Brazilian friendship. It is not based only on past knowledge, but also on aspirations, impositions and future advisability*¹

¹ João de Barros. *Brasil*. Lisbon: Edições Europa, 1938, p. 11.

FONTES PRIMÁRIAS

Periódicos

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1930-1942.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1930-1942.

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTORIA. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1937-1942.

COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS. *Revista dos Centenários*. Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1939-1940.

COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS. *Anais do Congresso do Mundo Português*. Lisboa, S.N., 1940

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1930-1942.

Documentos Oficiais

Arquivo Histórico do Itamaraty

LATA 664 MAÇO 9884

LATA 1192 MAÇO 25789 (a)

LATA 1192 MAÇO 25789 (b)

LATA 1482 MAÇO 33495

602.77 (81) M.D.B. 25/4/11 - LISBOA

641.7(88) LATA 787 MAÇO 10969

641.7(88) LATA 788 MAÇO 10970

641.7(88) LATA 788 MAÇO 10971

641.7(88) LATA 788 MAÇO 10972

641.7(88) (00) LATA 862 MAÇO 12966

OLIVEIRA, Alberto de. *Carta ao Brasil sobre a sua participação no duplo centenário de 1940*. Lisboa: S.P.N., 1940.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Coleção IHGB

Coleção Max Fleiuss

Coleção Macedo Soares

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AOS/CO/PC-22 – PT.1 –fólios 29 e 30

Cota 2P A49 M103

Cota 2P A49 M107

Maço 955, nº 392, ano de 1939

Processo 52, 114, 1940. 3º Piso. A1, Maço 956

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABDALA Jr., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: SENAC, 2003.

ALMEIDA, José Carlos. *Celebrar Portugal: a nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*. Lisboa: Piaget, 2005.

_____. *Memória e identidade nacional: as comemorações públicas, as grandes exposições e o processo de (re)construção da Nação*. S.I.: s.n., 2004 Disponível em: www.ces.uc.pt/LAB2004. Acesso em: 20 out. 2006.

_____. Portugal, o Atlântico e a Europa. A identidade nacional, a (re)imaginação da nação e a construção europeia. *Nação e defesa*, n. 107, 2ª. Série, p.147-172, 2007.

ALMEIDA, Lourival Nobre de. *A comunidade luso-brasileira: desafio a uma raça*. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

ALMINO, João. “O diálogo interrompido” In: ABDALA Jr., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: SENAC, 2003.

BARROS, Júlia Leitão de. Exposição do Mundo Português. In BRITO, J. M. Brandão de ; ROSAS, Fernando (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, v.l. 1, p. 325-327.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1410, de 11 de julho de 1939. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939*, volume IV, julho-setembro de 1940. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1939vVI.550p/pdf01.pdf>. Acessado em 10/12/2008.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1565, de 5 de setembro de 1939*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/visualizarNorma.html?ideNorma=411500&PalavrasDestaque>. Acessado em 10/12/2008.

CAPELATTO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: a propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas (SP): Papyrus, 1998.

CASTRO, Augusto de. *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1940.

CASTRO, Zília Osório de. A varanda da Europa e o cais do lado de lá. In: *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006. p. 23-56

CORSI, Francisco Luiz. *Estado novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000.

CAETANO, Marcello. *Depoimentos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1974.

_____. *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: _____, TORGAL, Luís R. ; MENDES, J. A., *História da História em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998, p. 221-361.

CODATO, Adriano Nervo ; GUANDALINI JR, Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.32, 2003.

COSTA, Michelyne Barros. *A política cultural brasileira na UNESCO: 1946 a 1954*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2005.

CRESPINO, Flavia Ribeiro. *O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FERREIRA, Tania Bessone. *História e Prosopografia*. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Conferencias/Ferreira%20Tania%20M%20T%20B.doc> Acesso em: 15 de jan 2008.

GABBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (Org.). *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira: depoimentos e estudos*. São Paulo : Ed. UNESP ; Bauru, SP : EDUSC, 2002.

GUIMARÃES, Lúcia. A censura do Palácio do Catete e o malogro do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940). Conferência proferida no Centro de Estudos de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, em 27 de janeiro de 2009.

_____. *A "Sala do Brasil": Uma vitrine para a Terra de Santa Cruz na Universidade de Coimbra*. Conferência proferida em 7 de dezembro de 2007, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. MS. Inédito.

_____. À sombra das chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro a. 168, n. 437, p. 49-66, out./dez. 2007.

_____. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Da Escola Palatina ao Silogeu (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2007.

_____. *Intelectuais portugueses no Silogeu: IV Congresso de História Nacional* (Rio de Janeiro, 1949). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro a. 165, n. 425, out./dez. 2004.

_____. *Relações Culturais Luso-Brasileiras: Alguns pontos de confluência. Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro, 24, p. 256-264, 2º semestre, 2007.

GONÇALVES, Williams da Silva. Brasil e Portugal no Sistema das Relações Internacionais. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35, 2003.

_____. *O Realismo da fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade Ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2003.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual history: texts, contexts and language*. London: Cornell University Press, 1990.

LEHMKUHL, Luciene. *Entre a Tradição e a Modernidade: o café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português*. 2002. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LINO, Raul. *Auriverde Jornada*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1937.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, Sonia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Brasília: FUNAG; São Paulo : Paz e Terra, 1999.

MALATIAN, Teresa. *Diplomacia e Letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 377-392, 1999.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende de. *Relações internacionais: cultura e poder*. Brasília: Instituto de Relações Internacionais, 2002.

MATTA, J. Caeiro da. *No Congresso do mundo Português*. Lisboa, s.n., 1940

- MÓNICA, Maria Filomena. Exposição do Mundo Português. In: BARRETO, António e _____. (Coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Livraria Figueirinhas, v.7, 1999, p. 710-711.
- NEVES, Margarida de Souza. As “Arenas Pacíficas”. *Gávea, Revista de História da Arte e da Arquitetura*. Rio de Janeiro, n. 5, p.29-41, abr., 1988.
- RAMOS Maria Bernardete; SERPA, Elio; PAULO, Heloísa. (Org.). *O Beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no panlusitanismo*. Chapecó: Grifos, 2001
- REGO, Antonio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1966.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SANTOS, Paula Marques. *Relations Between Portugal and Brazil (1930-1945): The Relationship Between the Two National Experiences of the Estado Novo*. Disponível: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue8/html/psantos_main.html Acessado em: 03/03/2009.
- SARMENTO, Cristina Montalvão. Tratado do Milênio: 500 anos para redescobrir a história. In: *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006. p. 289-344
- SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2007.
- SILVA, Alberto da Costa (Org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.
- SIRINELLI, Jean François. *Intellectuels et passions françaises: manifestes et pétitions ao XXE siècle*. Paris: Gallimad, 1990.
- _____. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- SUPPO, Hugo R.; LESSA, Mônica L. . Contribuições teóricas y metodológicas al estudio de la dimensión cultural en las relaciones internacionales. *Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad*, Buenos Aires, v. 28, p. 155-174, 2004.

SUPPO, Hugo R.; LESSA, Mônica L. A dimensão cultural da política externa brasileira nos anos trinta. In: *Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 22. Anais. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Gilberto Freyre e a imagem do Brasil no mundo. *Cena internacional*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 40-58, 2003.

SZESZ, Christiane Marques et al. (Org.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. São Paulo: EDUSC, 2003.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao luso tropicalismo: “Raça” e “Nação” nas primeiras décadas do Salazarismo. In: MAIO, Marcos Chor (Org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPESP, 2002.

TREBITSCH, Michel ; GRANJON, Marie Christine. *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Paris: Complexe, 1999.

ANEXO A

PROGRAMA CALENDÁRIO DAS
FESTAS NACIONAIS DE 1940

1.ª ÉPOCA

5 A 19 DE MAIO

MAIO, 5 (Domingo).

De manhã, *Te-Deum* na Sé Patriarcal e em todas as Sés, colegiadas e velhas igrejas matrizes de Portugal e do Império. À tarde, sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa, em que S. Ex.ª o Presidente da República inaugurará as festas nacionais de 1940; à mesma hora, actos solenes em todas as Câmaras Municipais da Metrópole e das Colónias, e nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal, unindo, no mesmo sentimento da Pátria, todos os portugueses dispersos no Mundo. À noite, sessão solene na Assembleia Nacional.

MAIO, 7.

Festas comemorativas da Fundação, em Guimarães. Alvorada de trombetas; ocupação do terreiro do castelo por homens de armas do século XII. Cortejo das flores. Missa campal. Discurso de S. Ex.ª o Presidente do Conselho. No castelo, o Chefe do Estado hasteia a bandeira de Afonso Henriques. Em coincidência horária com as solenidades de Guimarães, bandeira igual sobe nas torres dos castelos medievais portugueses; salva a artilharia nas praças e navios de guerra; repicam os sinos de todas as igrejas de Portugal imperial; alto-falantes, nos monumentos de arquitectura militar contemporâneos da fundação da nacionalidade, transmitem o discurso do Chefe do Governo. À noite representação dum auto comemorativo no claustro do paço dos Duques de Guimarães.

MAIO, 8.

Chegada do Chefe do Estado e elemento oficial a Braga, pela Citânia e Lanhoso. Missa de pontifical na Sé Primaz; visita aos túmulos de D. Teresa e do Conde D. Henrique; celebração do sexto centenário da batalha do Salado (1340) na capela da Glória. Sessão solene no antigo paço arquiépiscopal de D. Diogo de Sousa; inauguração da Exposição Histórica de Tecidos e Paramentos. Partida para o Porto.

MAIO, 9.

Festa medieval do Porto. Visita à Sé; comemoração da concessão do foral pelo bispo Hugo (1123); evocação dos bispos fundadores. Sessão solene no Pátio da Bolsa, celebrando a criação da primeira bolsa comercial no Porto (1233) e a sua reorganização pelo Rei D. João I (1387).

MAIO, 10.

Chegada a Coimbra. Cerimónia cívico-religiosa na igreja de Santa Cruz, perante os túmulos de Afonso Henriques e de Sancho I. Sessão solene na Sala dos Capelos comemorativa das Cortes de Coimbra (1211) e da fundação da Universidade (Lisboa, 1290; Coimbra, 1308).

MAIO, 12 (Domingo).

Festa medieval de Lisboa. De manhã, romagem do povo à Sé e ao castelo de S. Jorge. De tarde, representação dum auto, ao ar livre, no castelo. À noite, iluminações e danças populares.

MAIO, 13.

Inauguração da Exposição dos Primitivos Portugueses no Museu das Janelas Verdes.

MAIO, 14.

Preito da Universidade Técnica à memória de D. Diniz (política de valorização da terra, criação dos seguros comerciais); inauguração do monumento ao rei Lavrador.

MAIO, 15.

Partida para Beja. Romagem ao local tradicional da batalha de Ourique (próximo de Castro Verde); inauguração do paíño comemorativo. Partida para Faro.

MAIO, 16.

Festa provincial do Algarve. Sessão solene comemorativa da tomada de Faro (1249) e do quarto centenário da sua elevação a cidade (1540).

MAIO, 17.

Festa do Mar, em Lagos e Sagres. Glorificação do Infante e dos navegadores do ciclo henriquino. Allocução por Sua Eminência o Cardinal Patriarca; bênção do Mar e do Império, do alto do rochedo de Sagres. Os vasos de guerra portugueses passam, salvando, na baía de Lagos, um frente das naus de D. João II e das caravelas do Infante, povoadas de marinheiros e homens de armas do século XV. Regresso a Lisboa.

MAIO, 18.

Abertura da Exposição Bibliográfica e Documental das Cortes do Reino, na Assembleia Nacional. À noite, concerto de gala; peça sinfónica inspirada na «Fundação»; reconstituição musical das poesias galéico-portuguesas dos séculos XII e XIII.

MAIO, 19.

Grande Cortejo Histórico das Corporações, em Lisboa.

2.ª ÉPOCA

28 DE MAIO A 14 DE JULHO

MAIO, 28.

Comemoração da data nacional de 28 de Maio e Festa do Trabalho, no Pôrto. Grande Cortejo do Trabalho. À noite, acto solene de abertura do Congresso das Corporações.



A COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS OUVINDO A LEITURA DO PROGRAMA-CALENDÁRIO DAS CELEBRAÇÕES DE 1940. QUE FOI FEITA PELO SR. DR. JÚLIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

MAIO, 29.

Inauguração da Exposição da Obra de Soares dos Reis, no Palácio das Carrancas. Regresso do elemento oficial a Lisboa.

JUNHO, 2 (Domingo).

Inauguração da Semana Olímpica. Concurso hípico internacional.

JUNHO, 7.

Reunião, em Lisboa, da Aliança Internacional de Turismo.

JUNHO, 8 e 9 (Domingo).

Festa provincial do Ribatejo. A cavalgada dos campinos acompanha o Chefe do Estado e comitiva na sua entrada em Santarém. Exposição etnográfica; parada agrícola-pecuária.

JUNHO, 10.

Dia de Camões. Preito da mocidade de tódas as escolas ao grande poeta nacional. À noite, sessão solene na Academia das Ciências; festa da língua portuguesa.

JUNHO, 12.

Iluminações e arraiais nos bairros da Lisboa antiga.

JUNHO, 13.

Dia de Santo António. Romagem ao local tradicional em que nasceu o grande Santo português. À noite, representação, no adro da Sé de Lisboa, duma obra hierática comemorativa. Festa provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro; exposição e cortejo etno-folclórico; feira e parada agrícola. Circuito automobilístico internacional de Vila Real.

JUNHO, 15.

Inauguração solene da Exposição do Mundo Português.

JUNHO, 16 (Domingo).

Abertura da Exposição ao povo.

JUNHO, 20.

Inauguração do Congresso da Imprensa Latina. À noite espectáculo de bailados populares portugueses.

JUNHO, 21.

Recepção de credenciais das embaixadas extraordinárias e missões diplomáticas estrangeiras no Palácio de Belém. Visita oficial à Exposição.

JUNHO, 22.

Exaltação do esforço de Portugal no Mundo: cerimónia civico-religiosa na igreja dos Jerónimos. Serão manuelino na Torre de Belém.

JUNHO, 23 (Domingo).

Festa no Tejo. Cortejo fluvial: passam as naus e caravelas portuguesas dos séculos XV e XVI; os bergantins reais; a representação de todos os barcos de pesca da costa de Portugal; as embarcações coloniais e ribeirinhas. Desfile nocturno dos barcos iluminados. As tripulações cantam. Da nau de D. João II eleva-se o grande coral da *Fé*. Fogo de artifício.

JUNHO, 24.

Marchas populares dos velhos bairros de Lisboa. Festas provinciais do Minho, em Braga, e do Alto Alentejo, em Évora (S. João).

JUNHO, 25.

Serenim do século XVIII, nas salas e jardins do Palácio de Queluz, oferecido ao Corpo Diplomático e missões estrangeiras. Execução de música setecentista portuguesa (orquestra de câmara e cravo). Representação, ao ar livre, de cenas duma comédia do tempo.

JUNHO, 26.

Revista naval. Banquete ao Corpo Diplomático e missões estrangeiras, no Palácio da Ajuda.

JUNHO, 27.

Abertura do Congresso da Federação das Sociedades de Escritores e Compositores Teatrais. Representação de autos e farças de Gil Vicente.

JUNHO, 28.

Tourada do século XVII, na Junqueira. Desfile dos coches. Entremeses e danças populares.

JUNHO, 29.

Festa de S. Pedro. Concurso e prémios aos ranchos populares lisboetas.

JUNHO, 30 (Domingo).

Repetição da tourada seiscentista, para o povo.

JULHO, 1.

Sessão solene inaugural do Congresso do Mundo Português, no Palácio da Assembleia Nacional (à noite).

JULHO, 2.

Abertura da Exposição de Cartografia Portuguesa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Partida do elemento oficial para o Pôrto.

JULHO, 3.

Sessão solene na Universidade do Pôrto: abertura dos trabalhos da secção pré e proto-história do Congresso do Mundo Português. Inauguração da Exposição de Barroco, no Palácio das Carrancas. Baile no Palácio da Bolsa.

JULHO, 4.

O elemento oficial e os congressistas iniciam o percurso histórico-turístico do Norte: Leça do Bailio, Barcelos, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez (reconito, 1140?), Ponte da Barca, Braga, Guimarães (S. Mamede, 1128), Paço de Sousa, Feira e Coimbra.

JULHO, 6 e 7 (Domingo).

Festas da Rainha Santa, em Coimbra. Sessão solene na Sala dos Capelos: abertura dos trabalhos das secções do Congresso do Mundo Português que funcionam na Universidade. Inauguração da Exposição de Ourivesaria. Festa provincial da Beira Litoral.

JULHO, 8.

Início do percurso histórico-turístico do Centro: Pombal, Leiria, Batalha, Tomar, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Santarém, Lisboa. Durante o percurso realizam-se vários actos e solenidades: em Tomar, inauguração do monumento a Gualdim Pais e reunião dos titulares da Ordem Militar de Cristo no claustro grande; em Leiria, comemoração das Côrtes de 1254, em que pela primeira vez teve voz o povo; na Batalha, romagem no campo de Aljubarrota (1385); em Alcobaça, representação dum acto da *Castro*, de António Ferreira, no adro da igreja abacial.

JULHO, 10.

Proseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso do Mundo Português. À noite, na Sociedade de Geografia, sessão solene de abertura do Congresso Colonial.

JULHO, 13.

Banquete de encerramento dos Congressos, no Palácio da Pena, em Sintra.

JULHO, 14 (Domingo).

Grande Cortejo Imperial do Mundo Português.

PERÍODO INTERMÉDIO CORRESPONDENTE
ÀS FÉRIAS

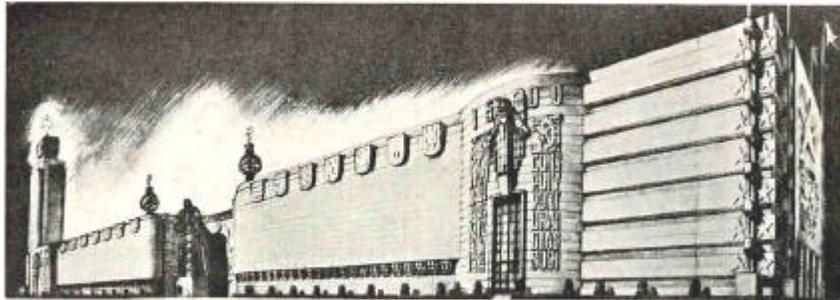
3 DE AGOSTO A 4 DE OUTUBRO

AGOSTO, 3 a 5.

Regatas Internacionais na Figueira da Foz.

AGOSTO, 10 a 12.

Festa provincial do Baixo Alentejo, em Beja.



PAVILHÕES DOS PORTUGUESES DO MUNDO, DE PORTUGAL 1940
E DO BRASIL NA «EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS»

AGOSTO, 14.

Rememoração de Nun'Alvares, na igreja do Carmo, em Lisboa.

AGOSTO, 15 a 29.

Congresso Internacional da Mocidade. Acampamento, em Lisboa, de delegações de jovens de todos os países em que a mocidade se encontra organizada pelo Estado, ou possui características nacionais (Portugal, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, Roménia, Polónia, Hungria e Grécia), torneios desportivos; reunião dos chefes para versar problemas de formação, de educação e de política pedagógica.

SETEMBRO, 4.

Sessões inaugurais das Conferências internacionais de telefonia e de telegrafia, Concerto no Teatro de S. Carlos.

SETEMBRO, 8 (Domingo).

Circuito automobilístico internacional do Estoril.

SETEMBRO, 12.

Acto solene de abertura do Congresso de Ciências da População, na Universidade do Porto (à noite).

SETEMBRO, 15 (Domingo).

Inauguração, no Pórtio, da Exposição Etnográfica do Douro-Litoral, Festa das Colheitas. À noite, espectáculo de gala.

SETEMBRO, 16.

Partida para Viseu. Festa provincial da Beira Alta. Início do circuito histórico-turístico da Beira: Lamego, Aguiar da Beira, Trancoso (batalha de 1385), Colorico, Guarda, Sabugal, Belmonte, Gouveia e Viseu.

OUTUBRO, 4.

Festa provincial da Beira Baixa, em Castelo Branco. Feira franca tradicional.

3.^a ÉPOCA

25 DE OUTUBRO A 2 DE DEZEMBRO

OUTUBRO, 25.

Glorificação da Acrópole de Lisboa nas suas duas grandes datas históricas: 1147-1640. Festa histórico-militar.

OUTUBRO, 27 (Domingo).

Peregrinação popular aos monumentos e lugares lisboetas da Restauração.

OUTUBRO, 28.

Abertura solene do Congresso Luso-Brasileiro de História (à noite).

OUTUBRO, 29.

Festa do Brasil na Exposição do Mundo Português. Espectáculo de gala: *Frei Luís de Sousa*.

OUTUBRO, 30.

Romagem dos congressistas brasileiros à igreja da Graça, de Santarém, onde repousa Pedro Álvares Cabral. Leitura, junto à campa do Descobridor, de trechos da carta de Pero Vaz de Caminha.

OUTUBRO, 31.

Homenagem à memória do padre António Vieira: reconstituição do Sermão das Quarenta Horas, prêgado há três séculos pelo grande orador (1642) no púlpito da igreja de S. Roque.

NOVEMBRO, 1.

Festa em Mafra. Concêrto pelos carrilhões.

NOVEMBRO, 3 (Domingo).

Partida do elemento oficial e dos congressistas para a romagem histórico-turística do Alentejo: Palmela (reunião, no castelo, dos titulares da Ordem Militar de Santiago); Setúbal; Évora (sessão comemorativa do movimento de 1637, na sala dos actos da velha Universidade); Borba (batalha de Montes Claros, 1665); Extremoz; Ameixial (1663); Aviz (reunião dos titulares da Ordem Militar de Aviz), Crato (Flor da Rosa); Fronteira (batalha dos Atoleiros, 1384); Elvas (batalha das Linhas de Elvas, 1659); Vila Viçosa. São inaugurados, durante o percurso, os padrões das grandes batalhas.

NOVEMBRO, 6.

Inauguração da estátua equestre de D. João IV no Terreiro do Paço de Vila Viçosa. Cortejo histórico-militar. Visitas evocativas da estirpe ducal de Bragança: sala de armas do Castelo; sala dos Duques; igrejas — panteões dos Agostinhos e de Santa Clara.

NOVEMBRO, 7.

Proseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso Luso-Brasileiro de História. Abertura da época de ópera no Teatro de S. Carlos.

NOVEMBRO, 9.

Sessão de encerramento do Congresso. Banquete aos congressistas, no Estoril.

NOVEMBRO, 10 (Domingo).

Sessão solene, no Museu de Artilharia, comemorativa dos grandes chefes militares da Restauração. O Chefe do Estado é escoltado, desde o Palácio de Belém, por um esquadrão de Cavalaria portuguesa de Montes Claros e das Linhas de Elvas.

NOVEMBRO, 14.

Inauguração da Exposição Bibliográfica da Restauração, na Biblioteca Nacional.

NOVEMBRO, 17 (Domingo).

Acto de escritura pública, ao estilo do século XVII, da doação do Palácio dos Condes de Almada ao Estado pela colónia portuguesa do Brasil. Cerimónia da entrega das chaves do Palácio pelos representantes da Colónia, ao Governo Português. Posse do edifício pela Mocidade Portuguesa e pela Sociedade Histórica da Independência.

NOVEMBRO, 21.

Sessão solene na Academia das Ciências de Lisboa: comemoração da obra dos diplomatas e dos juristas da Restauração.

NOVEMBRO, 24 (Domingo).

Festa de saudação à colónia portuguesa do Brasil e a todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo.

NOVEMBRO, 25.

Inauguração do Museu da Restauração, no Palácio dos Condes de Almada.

NOVEMBRO, 28.

Preito das mãis portuguesas e da Mocidade Portuguesa Feminina às mulheres ilustres da Revolução de 1640. Espectáculo de gala, no Teatro Nacional: *Filipa de Vilhena*, de Garrett (um acto); *Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo (um acto); peça em um acto, comemorativa da Restauração.

NOVEMBRO, 30.

Festas populares no Largo de S. Domingos. Concêrto de gala em S. Carlos: obra sinfónica inspirada na Restauração de Portugal.

DEZEMBRO, 1 (Domingo).

Te-Deum na Sé de Lisboa. Chamada, em acto solene, no Terreiro do Paço, dos fidalgos que tomaram parte no movimento revolucionário de 1640. Ao ouvir-se o último nome, sôam os tambores, pifanos, clarins e timbales dos terços e dos esquadrões portugueses do século XVII; repicam todos os sinos; a artilharia trôa. Desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos Municípios, das Corporações, da Legião, da Mocidade Portuguesa perante o monumento dos Restauradores. À noite, espectáculo de gala no Teatro de S. Carlos: representação da ópera *1640*; execução de composições musicais de D. João IV e dos contrapontistas de Évora e de Vila Viçosa; dansas cortesãs e populares do século XVII.

DEZEMBRO, 2.

Encerramento das festas nacionais, por Sua Excelência o Presidente da República, na Câmara Municipal de Lisboa. À mesma hora, sessões solenes em tôdas as Câmaras Municipais de Portugal e do Império, embaixadas, legações e consulados portugueses. À tarde, repetição, da ópera *1640*, para o povo. À noite, grande fogo de artifício na cidade de Lisboa.

ANEXO B

Nacionalidade dos autores das comunicações apresentadas no Congresso Luso-Brasileiro de História

1ª SEÇÃO		
TÍTULO DA COMUNICAÇÃO	AUTOR	NAC
O descobrimento do Brasil pelos portugueses antes de 1500	Jordão de Freitas	Pt
Da intenção e da casualidade no descobrimento do Brasil	Carlos Coimbra	Pt
O roteiro de Vasco da Gama não prova a “casualidade” no descobrimento do Brasil	Gago Coutinho	Pt
A primeira notícia etnográfica da Terra de Santa Cruz	Luís Chaves	Pt
Américo Vespúcio e o nome América	A. L. Pereira de Ferraz	?
O descobrimento do Brasil pelos portugueses, as suas primeiras notícias (...)	Mário Simões dos Reis	Pt
O descobrimento do Brasil. As primeiras notícias e a exploração	Saladino de Gusmão	Br
Primeiro núcleo fundado pelos portugueses no Brasil. Origem do Rio de Janeiro	Armando de Magalhães Correia	Br
O mais antigo marco colonial do Brasil	Luís da Câmara Cascudo	Br
A condição jurídica das Capitanias	Luís de Oliveira Guimarães	Pt
O plano de D. João III: ensaios e desilusões	Afonso Bandeira de Mello	Br
O Brasil durante os sessenta anos da administração filipina	Queiroz Veloso	Pt
A defesa do Brasil de 1603 a 1661	Durval Pires de Lima	Pt
Ravardiére no Maranhão	Lia Arez Ferreira do Amaral	Pt
O bispo D. Marcos Teixeira	Antonio Baião	Pt
A contribuição da cidade do Porto para o socorro de Pernambuco	Antonio Cruz	Pt
A reintegração de São Paulo no Império colonial português em 1641, e o episódio de Amador Bueno	Afonso de Taunay	Br
A colaboração da metrópole na reconquista do Brasil	Antonio Rodrigues Cavalheiro	Pt
A política brasileira de El-rei D. João IV	Durval Pires de Lima	Pt

João Fernandes Vieira o primeiro aclamador da liberdade	Mário Magalhães	Br
A odisséia de Francisco Barreto de Menezes	Clado Ribeiro Lessa	Br
O capitão e almirante Lourenço Carneiro e Araújo	Conde de Campo Belo	Pt
Resposta a uma arrogância. Capítulo da história da Invasão Holandesa	Walter Spalding	Pt
A reconquista de Angola por Salvador Correia de Sá e Benevides	Júlio Cayola	Pt
Os jesuítas e a catequese do silvícola	Padre Júlio Mariz (S. J.)	Pt
Os jesuítas e a conversão dos índios	Padre Candido Mendes (S.J.)	?
João de Barros, lisboeta apóstolo dos Quiriris e Acarases. Episódios da conquista espiritual do sertão brasileiro no século VII	Padre Serafim Leite (S. J.)	Pt
Os Cabrais eram agigantados	Aureliano Leite	Br
2ª SEÇÃO/ 1ª PARTE		
TÍTULO DA COMUNICAÇÃO	AUTOR	NAC
O trabalho do engenho e a reação do índio – estabelecimento da escravatura africana	Luiz Viana Filho	Br
Escravatura no Brasil (1500-1700)	M. Mendes Maia	Pt
A lenda de Sabarabuçu	Basílio de Magalhães	Br
Espinosa e Aspilcueta Navarro	Basílio de Magalhães	Br
As entradas e bandeiras	Basílio de Magalhães	Br
A miragem do ouro nas capitanias do norte do Brasil	Madalena da Câmara Fialho	Br
Interesse que a El-Rei D. Pedro II mereceu a capitania de Pernambuco (...) Códice 51-VIII-53 da Biblioteca da Ajuda	Frederico Gavazzo Perry Vidal	Pt
Os quintos do ouro em Minas Gerais	Manuel da S. Soares Cardoso	Pt
Os serviços e o espírito de Alexandre de Gusmão	Rocha Martins	Pt
Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba	José Mendes da Cunha Saraiva	Pt
O Capitão General do Pará e Maranhão (...) - e a Companhia de Jesus	F. A. de Oliveira Martins	Pt
Pedro Taques de Almeida e as terras do Conselho (...) da Vila de S. Paulo	Ernesto Ennes	Pt
Luís de Albuquerque – Fronteiro Insigne	Virgilio Correia Filho	Br
O resguardo na colônia	Raul Correia Bandeira de Melo	Br
A capitania de São Pedro	Souza Docca	Br
Vila Bela (...) de Mato Grosso – o seu fundador e a sua fundação	Henrique de Campos F. Lima	Pt

Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento deste sertão (...)	João Afonso Corte Real	Pt
Tratado de 1750 – Gomes Freire de Andrade, o general	João Borges Fortes	Br
Subsídios para a delimitação da América Portuguesa pelo tratado de 1750	P. M. Laranjo Coelho	Pt
O português dos Açores na consolidação (...) do extremo sul do Brasil	Dante de Laytano	Br
O ano das Minas Gerais	Augusto de Lima Jr	Pt
O descobrimento das Minas Gerais	Augusto de Lima Jr	Pt
A grande invasão das Minas Gerais	Augusto de Lima Jr	Pt
A formação social das Minas Gerais	Augusto de Lima Jr	Pt
Influência portuguesa na evolução do Rio Grande do Sul	João Borges Fortes	Br
A marcha do Brasil para o Prata	Manuel Murias	Pt
14 e 21 de janeiro: datas que a história do Brasil não esqueceu (...)	Edgard Luís Duque - Estrada	Br
D. João VI, o fundador	Celso Vieira	Br
O Algarve ao serviço da Corte do Rio de Janeiro	Alberto Iria	Pt
Antecedentes da política portuguesa na América	Renato Mendonça	Pt
Um episódio misterioso da história luso-brasileira: a prisão do Conselheiro José Mascarenhas Pereira Pacheco Coelho de Melo	A. de Magalhães Basto	Pt
O projeto da fundação de uma colônia alemã no Brasil em 1821	Dr. Harry Gerber	Al
As primeiras tentativas suíças de colonização no Brasil	Hans Nabholz	Al
A questão do Amazonas através dos tratados de Paris, Madri e Badajós	Luciano de Castro	Pt
2ª SEÇÃO/ 2ª PARTE		
TÍTULO DA COMUNICAÇÃO	AUTOR	NAC
Uma conspiração malograda em Minas Gerais para aclamar (...) o infante d. Manuel (1741-1744)	Ernesto Ennes	Pt
Nota prévia sobre as origens ideológicas da Inconfidência Mineira	Guy de Holanda	Br
A sorte dos revolucionários no degredo	Manuel Ruela Pombo	Pt
A formação da consciência nacional no Brasil	Gustavo Barroso	Br
Pódromos da Independência e da República no Brasil	Braz do Amaral	Br
A influência do meio português na formação (...) do Patriarca da Independência do Brasil	Leopoldo Feijó Bitencourt	Br
Independência do Brasil	Augusto Tavares de Lyra	Br
Independência do Brasil	Marquês do Lavradio	Pt

A diplomacia europeia e a sucessão de D. João VI (...)	Sérgio Correia da Costa	Br
Casamentos de D. Pedro I e de D. Pedro II, imperadores do Brasil	Padre José de Castro	Pt
O Império - síntese do Primeiro e do Segundo Reinados	Brito Machado	Br
O parlamento no Brasil durante o Império	Augusto Tavares de Lyra	Br
O Cônego Gonçalo de Sousa Falcão, vigário geral do arcebispado da Bahia	Eugênio de A da Cunha e Freitas	Pt
Um documento secular passado no Rio de Janeiro	João Afonso Corte-Real	Pt
O Maranhão (Roteiro de papéis do século XVIII do Arquivo Colonial)	Luísa da Fonseca	Pt
Documentos manuscritos e cartográficos relativos ao Brasil que existem no Arquivo Militar	Henrique de Campos Vieira Lima	Pt
O elemento português na demografia do Brasil	A. A. Mendes Correia	Pt
Os sete passos maiores do Caminho português	Fernando Emygdio da Silva	Pt
Três documentos para a história das navegações	Rosa Capeans	Pt
Contribuição de estudo (...) a “Viagem filosófica” do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira	J. Bethencourt Ferreira	Pt
Notas comparativas de medicina popular luso-brasileira	A. Lima Carneiro e Fernando Pires de Lima	Pt
<i>Mairs e Perots</i>	Lindolfo Gomes	Br
Arcaísmos ainda correntes no português falado no interior do Brasil	João Dornas Filho	Pt
O “Esmeraldo” de Duarte Pacheco	Lindolfo Gomes	Br
Paralelos folclóricos entre Portugal e Brasil	Luís Chaves	Pt
O método Castilho em Portugal e o desenvolvimento que toma no Brasil	Carlos Alberto Ferreira	Pt
Un nuevo Atlas de la America Hispano-Portuguesa	Juan Dantin Cerceda	Es
Os portugueses na Venezuela	Mário Duarte	Pt
Matérias para a história das ciências no Brasil	Luís de Pina	Pt

Quadro 9 – Nacionalidade dos autores das comunicações apresentadas no *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Fonte: Quadro elaborado a partir dos textos publicados em *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Lisboa: [s.n.], 1940, v. XI.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)